



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SÃO BORJA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS (PPGPP)**

RIVIANI DA SILVA SCHOPF

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PECUÁRIA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DA
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE MELHORAMENTO ZOOTÉCNICO
BOVINO PARA A PECUÁRIA FAMILIAR EM URUGUAIANA, RS**

**São Borja
2020**

RIVIANI DA SILVA SCHOPF

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PECUÁRIA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DA
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE MELHORAMENTO ZOOTÉCNICO
BOVINO PARA A PECUÁRIA FAMILIAR EM URUGUAIANA, RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Thiago da Silva Sampaio

São Borja

2020

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

S373p Schopf, Riviani da Silva
Políticas Públicas para a Pecuária Familiar: Uma Análise da
Implementação do Programa de Melhoramento Zootécnico Bovino
para a Pecuária Familiar em Uruguaiana, RS / Riviani da Silva
Schopf.
137 p.

Dissertação(Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, 2020.
"Orientação: Thiago da Silva Sampaio".

1. Emater RS/Ascar. 2. Pecuária Familiar. 3.
Desenvolvimento Rural . 4. Extensão Rural. 5. Abordagem
Multicêntrica. I. Título.

RIVIANI DA SILVA SCHOPF

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PECUÁRIA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DA
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE MELHORAMENTO ZOOTÉCNICO
BOVINO PARA A PECUÁRIA FAMILIAR EM URUGUAIANA, RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Strictu Sensu* em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas.

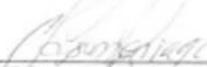
Área de Concentração: Elaboração, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional em Áreas de Fronteira.

Dissertação defendida e aprovada em: 20 de fevereiro de 2020.

Banca Examinadora:



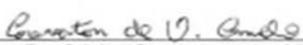
Prof. Dr. Thiago da Silva Sampaio
Orientador
UNIPAMPA



Prof. Dr. Edson Romário Monteiro Paniágua
UNIPAMPA



Prof. Dr. Muriel Pinto
UNIPAMPA



Prof. Me. Caerverton de Oliveira Camelo
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela oportunidade de realizar este mestrado e por estar presente nos momentos em que precisei de sabedoria e fé para seguir em frente.

A minha mãe e amiga Irene de Jesus Alves da Silva.

Em especial ao meu companheiro, Antonio Getulio Rodrigues Soares, pelo carinho, dedicação e apoio, mesmo diante dos momentos de ausência e distância ao longo desse tempo.

A minha mestrinha, filha amada, Lorian Schopf Soares, que me acompanhou durante muitos meses nessa jornada dando força para que eu continuasse, mesmo ainda estando na minha barriga.

Ao técnico extensionista rural Emanuel de Deus Torres, do escritório municipal da Emater/RS – Ascar de Uruguaiana, pela acolhida e disponibilidade em colaborar com a consecução deste projeto e aos demais profissionais desta instituição pela atenção as minhas demandas.

Aos meus colegas do mestrado por compartilharem conhecimento e amizade.

Ao meu orientador, Dr. Thiago da Silva Sampaio, pela oportunidade de fazer parte desse projeto de pesquisa da pecuária familiar em nossa região.

Aos demais professores, minha gratidão pela forma de administrar o curso em todas as etapas.

Aos meus colegas de trabalho da UNIPAMPA Uruguaiana, sempre presentes nas horas mais difíceis, quando pensei que não haveria tempo de concretizar todas as atividades.

Expresso minha gratidão a todos os envolvidos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a concretização desse projeto.

“Combati o bom combate, acabei a carreira, guardei a fé”.

2 Timóteo 4:7

RESUMO

SCHOPF, Riviani da Silva. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PECUÁRIA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE MELHORAMENTO ZOOTÉCNICO BOVINO PARA A PECUÁRIA FAMILIAR EM URUGUAIANA, RS

O objetivo geral deste trabalho é realizar a análise da implementação do Programa de Melhoramento Zootécnico Bovino para a Pecuária Familiar no município de Uruguaiana, RS, no período de 2017 a 2018, realizado a partir da proposta institucional da Emater-RS/Ascar, que é responsável pelo serviço oficial de assistência técnica, extensão rural e social do estado do Rio Grande do Sul. Este programa é implementado pelo escritório municipal da Emater considerando a importância da representatividade dos 109 pecuaristas deste segmento e as formas de interação de atores e instituições nos mecanismos que envolvem os procedimentos de orientação técnica. Por essa razão, o referido programa teve como resposta ao objetivo geral a abordagem multicêntrica de promover o desenvolvimento rural sustentável da esfera familiar, relacionando a parte cultural com o sistema econômico: população, agropecuária, solo, meio ambiente, unidades de produção e organizações rurais. Esse processo, envolvendo prioritariamente a melhoria genética do rebanho bovino de corte, pode ocorrer por meio do cruzamento entre as diversas raças viabilizadas, uso de sêmen selecionado, descarte e compra de animais, conseguindo ganhos em desempenho, eficiência e qualidade. Para uma melhor contextualização da abordagem multicêntrica, respondendo aos objetivos específicos, foram identificadas as instituições participantes no processo de implementação do referido programa, suas contribuições para que as intervenções pudessem ocorrer e apresentadas as dificuldades encontradas no processo de implementação. Por fim, após a análise dos dados, pudemos constatar a importância do desenvolvimento dos dispositivos extensionistas para a execução correta dos padrões mercadológicos e normas técnicas de criação de gado de corte.

Palavras-chave: Emater RS/Ascar. Pecuária Familiar. Desenvolvimento Rural. Extensão Rural. Abordagem Multicêntrica.

ABSTRACT

SCHOPF, Riviani da Silva. PUBLIC POLICIES FOR FAMILY LIVESTOCK: AN ANALYSIS OF IMPLEMENTATION OF THE BOVINE ZOOTHENICAL IMPROVEMENT PROGRAM FOR URUGUAIANA, RS, FARMING

The general objective of this work is to analyze the implementation of the Cattle Breeding Program for Family Livestock in the municipality of Uruguaiana, RS, in the period from 2017 to 2018, based on Emater-RS/Ascar's institutional proposal, which is responsible for the official technical assistance service, rural and social extension of the state of Rio Grande do Sul. This program is implemented by Emater's municipal office, considering the importance of the representativeness of the 109 ranchers of this segment and the forms of interaction of actors and institutions in the mechanisms that involve the procedures of technical orientation. Therefore, this program had the multicenter approach of promoting sustainable rural development in the family sphere, relating the cultural part to the economic system: population, agriculture, soil, environment, production units and rural organizations, as an answer to the general objective. This process, involving primarily the genetic improvement of beef cattle, can occur through the crossing between the different locally available breeds of cattle, use of selected semen, disposal and purchase of animals, achieving gains in performance, efficiency and quality. For a better contextualization of the multicenter approach, responding to the specific objectives, The institutions participating in the process of implementing the program were identified, as well as their contributions so that interventions could occur and the difficulties encountered in the implementation process. Lastly, After analyzing the data, we could see the importance of developing extension devices for the correct execution of market standards and technical norms for raising beef cattle.

Key words: Emater RS/Ascar. Family Farming. Rural Development. Rural Extension. Multicenter Approach.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do Município de Uruguaiana	29
Figura 2 - Abordagem Multicêntrica.....	47
Figura 3 - Abrangência e Regiões Administrativas.....	60
Figura 4 - Sistema de Pastejo	65
Figura 5 - Animais Padrão da raça e mestiços	66
Figura 6 - Modelo de capa da recomendação técnica	79
Figura 7 - Estudos de Análise Política, suas abordagens e perspectivas	83
Figura 8 - Etapas a serem executadas em cada nível de planejamento	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pecuarista participa do melhoramento genético? Se sim, desde quando?	72
Tabela 2 - Número de bovinos em 2017	73
Tabela 3 - Número de bovinos em 2018	74
Tabela 4 - Tabela referente ao uso de melhoramento genético por pecuaristas	74
Tabela 5 - Tabela referente a quantidade de animais geneticamente melhorados em 2017	74
Tabela 6 - Tabela referente a quantidade de animais geneticamente melhorados em 2018	75
Tabela 7 - Tipos de Melhoramentos genéticos realizados em 2017	75
Tabela 8 - Tipos de melhoramentos genéticos realizados em 2018	76
Tabela 9 - Nascimentos de animais geneticamente melhorados em 2017	76
Tabela 10 - Nascimentos de animais geneticamente melhorados em 2018	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Apresentação sistemática da Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias – 2017	25
Quadro 2 - Comparativo entre os modelos Patronal/Empresarial e Pecuária Familiar	31
Quadro 3 - Número de estabelecimentos agropecuários com pecuária e efetivos, por espécie da pecuária – resultados 2017.	33
Quadro 4- Número de estabelecimentos agropecuários com pecuária e efetivos, por espécie da pecuária bovina.	34
Quadro 5 - Níveis de entidades organizacionais de implementação: Análise <i>top-down</i>	40
Quadro 6 - Síntese dos argumentos teóricos sobre a implementação de políticas públicas	42
Quadro 7 - Problemas, Políticas, Instrumentos e Atores	45
Quadro 8 – Capilaridade	61
Quadro 9 - ATER – Pecuáristas familiares em Uruguaiana RS, no período compreendido entre 2017-2018	69
Quadro 10 - Número de profissionais da EMATER / Escritório Uruguaiana RS nos anos de 2017 – 2018	70
Quadro 11 - Outras atividades ATER em Uruguaiana RS, nos anos de 2017-1018	71
Quadro 12 - Planejamento Tático e Operacional	86
Quadro 13 - Distribuição Operacional de Atuação Estratégica – Multiatores	87
Quadro 14 - Identificação do Projeto	88
Quadro 15 - Aplicativos rurais	89
Quadro 16 - Escolas Rurais do Município de Uruguaiana.....	91

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

ACAR - Associações de Crédito e Assistência Rural

ADU - Agência de Desenvolvimento de Uruguaiana

AIA - *American International Association*

ASCAR - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural

ASD - Áreas Susceptíveis à Desertificação

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

CAR - Cadastro Ambiental Rural

CGATER - Coordenação Geral de Assistência Técnica e Extensão Rural

COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento

DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf

DIMS - Departamento de Integração e Mobilidade Social

EAD – Ensino à Distância

EMATER/RS - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

ERNM – Extensionista Rural de Nível Médio

ERNS – Extensionista Rural de Nível Superior

ETA - Projeto Técnico de Agricultura

FEE - Fundação de Economia e Estatística

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário

SIBER - Sistema Brasileiro de Extensão Rural

SIBRATER – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo

SMC - Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PECFAM – Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar

PIB – Produto Interno Bruto

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Caracterização do município da área de estudo	24
1.2 Perfil socioeconômico de Uruguaiana, RS	27
1.3 Caracterização da pecuária familiar	30
1.4 Implementação de políticas públicas na pequena propriedade	34
2 REFERENCIAL TEÓRICO	38
2.1 Melhoramento zootécnico bovino para pecuária familiar em Uruguaiana, RS	44
2.2 Programa estadual de desenvolvimento da pecuária de corte familiar - PECFAM.....	46
2.3 Políticas públicas – abordagem multicêntrica.....	47
2.3.1 O direito e a importância para as políticas públicas	49
2.3.2 Os papéis dos burocratas a nível de rua na implementação das parcerias público-privadas	52
2.3.3 A importância da extensão rural e a assistência técnica para o pecuarista familiar	53
2.4 A institucionalização da extensão rural no Brasil	54
2.4.1 Lei geral de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural)	58
2.4.2 A Emater RS/Ascar	59
2.4.3. Emater/RS Ascar – regional Bagé RS	62
2.4.4. Emater escritório de Uruguaiana RS	62
3 RESULTADOS	64
3.1 Entrevista semiestruturada	64
3.2 Relatório institucional 2017-2018.....	68
3.3 Pesquisa de campo	72
4 RECOMENDAÇÃO TÉCNICA DE POLÍTICA PÚBLICA DO TIPO RELATÓRIO	78
4.1 Capa	79
4.2 Resumo executivo	80
4.3 Análise do problema	80
4.4 Análise da proposta de solução.....	81
4.5 Síntese da recomendação	92
4.6 Referências da recomendação	93
5 CONCLUSÕES.....	94
REFERÊNCIAS.....	96
APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DO EXTENSIONISTA RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO	103

APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM PECUARISTAS FAMILIARES.....	105
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	114
APÊNDICE D – CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTOR E DA PROPRIEDADE	115

1 INTRODUÇÃO

Compreende-se por implementação o que se desenvolve entre o estabelecimento de uma intenção do governo fazer ou parar de fazer algo e o seu último impacto (O'TOOLE, 2000 apud SEGATTO, 2012, p. 01). Assim, acolher o delineamento da implementação é decisivo na compreensão das etapas do processo político administrativo em sua integralidade, uma vez que consegue materializar as versões técnicas e a versão política da ação pública no desenvolvimento rural sustentável. É indispensável a distinção entre Estado, suas formas de governo e as variadas ferramentas utilizadas para sua operacionalidade no campo da implementação na área de assistência técnica voltada a pecuária familiar. Há, então, um desdobramento dos trabalhos baseados na formulação diante da necessidade de observar a realidade dos processos culturais envolvidos nos grupos de indivíduos representados e a busca pela inovação com sustentabilidade tem se apresentado como principal desafio para todos os setores econômicos através de intervenções do governo.

Tais intervenções podem ser executadas por atores governamentais, não governamentais através de convênios, como no caso da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS) e Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Ascar), nas parcerias público-privadas locais, ou até mesmo organizações do terceiro setor. Essa análise de políticas públicas (*Policy Analysis*), que envolve instituições políticas, processos políticos e conteúdo da política faz referência para um conjunto de conhecimentos oriundos de diversas áreas para buscar a resolução ou análise de problemas concretos e também mostrar como as coisas acontecem dentro das políticas públicas (FREY, 2000, apud SILVA; NOGUEIRA 2018, p. 375). As políticas públicas voltadas ao setor agropecuário nasceram da necessidade de se abordar o segmento para buscar o desenvolvimento rural brasileiro, que pode ser colocado no mesmo grupo de conceitos associados à localidade, tais como desenvolvimento territorial, local e regional, passando a ser buscado como novo paradigma, concorrente, mas não excludente, da visão de desenvolvimento baseado em setores econômicos estanques, como a agricultura, a indústria e o comércio (STUMPF JUNIOR; BALSADI, 2015, p. 512).

Essa pesquisa justifica-se para entender a organização produtiva do pecuarista familiar diante das ações que a Emater RS/ Ascar, escritório de Uruguaiana implementa junto a esse público. Essas alterações promovem valor agregado ao produto, identificado pelo consumidor final como um produto diferenciado. As transformações estão ligadas as necessidades de

comercialização, que se baseiam por articulações de técnicas de melhora genética dos animais, e um conjunto de relações comerciais e financeiras estabelecidas entre os estágios de transformação e efetividade produtiva, frente à atual conjuntura econômica, social e política envolvendo a bovinocultura.

A unidade familiar de produção se rege por um comportamento econômico-social e cultural muito específico, de conhecimentos tácitos, entre outros valores não mercantis. Isto significa que as informações a que os pecuaristas familiares têm acesso são repassadas pela família e vizinhos a partir dos conhecimentos práticos e das experiências vividas (WAQUIL et al., 2016, p. 95). Isto na conjuntura de dinâmicas sociais que configuram o mundo rural contemporâneo, não atendem adequadamente aos padrões, normas e técnicas de criação de animais com perfil mercadológico, uma vez que essa conjuntura exigida pelos consumidores denota um conjunto previamente definido de estruturas, determinados por padrões de mercado que perpassam pela melhoria genética dos rebanhos para ganho em eficiência na produtividade da pecuária de corte.

Considerando a relevância da pecuária familiar para o município de Uruguaiana-RS, o governo, a nível estadual, propõe políticas públicas extensionistas que tem como característica agregar novas perspectivas de desenvolvimento para pecuária do segmento familiar desta região. Esse propósito visa propiciar valor agregado para a produção e organizar os outros elos das cadeias produtivas envolvidas. Segundo a Emater, escritório local, de modo a garantir a implementação das proposições da extensão rural e assistência técnica para maior integração das características peculiares desses produtores, são realizadas parcerias com redes de modo conjunto a trabalhar com empresas que tem a capacidade técnica especializada no segmento pecuário, como no caso das cabanhas doadoras de sêmen. Entre as vantagens advindas da assistência técnica está o fato de coordenar o domínio da esfera familiar com o sistema econômico, de forma institucional, mais amplo e organizado, aperfeiçoar o manejo das pastagens, assistência de veterinários e melhoramento genético do rebanho através de técnicas diferentes, como exemplo da inseminação artificial que, de forma geral, se caracteriza por uma pequena produção em termos de rebanho por produtor.

O presente trabalho investiga as características da implementação do Programa de Melhoramento Zootécnico Bovino para Pecuária Familiar em Uruguaiana, RS realizado individualmente pela Emater – escritório de Uruguaiana – e em parceria com atores privados em determinados projetos extensionistas, nos anos de 2017 e 2018. Para analisar a implementação desse programa no município de Uruguaiana-RS, com recorte temporal

determinado pela aplicação de recursos realizados pela Agência de Desenvolvimento de Uruguaiana – ADU, através de um projeto piloto que teve como finalidade ser parceira da Emater desta cidade, e recursos oriundos do convênio da entidade com o estado do Rio Grande do Sul, bem como recursos privados dos pecuaristas, considera-se os seguintes objetivos específicos:

1) Identificar as instituições participantes no processo de implementação do “Programa de Melhoramento Zootécnico Bovino para Pecuária Familiar” no município de Uruguaiana, RS no período 2017-2018;

2) Analisar as contribuições das instituições envolvidas na implementação do Melhoramento Zootécnico Bovino para Pecuária Familiar no referido município;

3) Indicar possíveis dificuldades enfrentadas pelos atores integrados na implementação do programa;

4) Apresentar recomendação técnica para a realização de ações educativas com o uso de parcerias que atuarão como facilitadores no processo de aprendizagem na área de tecnologia da informação voltada especificamente para o pecuarista familiar.

Para a execução do estudo, levou-se em consideração a reprodução social na qual as famílias estão inseridas, a sua estrutura fundiária, a modalidade de exploração agropecuária, a natureza da mão de obra familiar, a reorganização produtiva em virtude do melhoramento genético da produção, a comercialização, as trocas entre vizinhos, os possíveis intermediários, a integração a outros cultivos agrícolas, o autoconsumo, assim como recursos de que dispõem e o contexto cultural no qual estão inseridos os atores que participaram desse processo empreendedor.

Este trabalho foi uma abordagem realizada com pesquisa qualitativa, com objetivo de analisar as relações dos atores sociais perante a política pública de assistência técnica e extensão rural do melhoramento genético bovino na pecuária familiar no município de Uruguaiana RS no período referido. De acordo com o referido por André (1983 apud ALVES; SILVA, 1992, p.61) ela visa apreender o caráter multidimensional dos fenômenos em sua manifestação natural, bem como captar os diferentes significados de uma experiência vivida, auxiliando a compreensão do indivíduo no seu contexto.

Para MINAYO (2001, p.21), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. As características da pesquisa qualitativa são: 1) objetivação do

fenômeno; 2) hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; 3) observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; 4) respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, de resultados os mais fidedignos possíveis (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.32).

Concomitantemente também foi empregada a abordagem metodológica quantitativa com o intuito de enumerar eventos, pois nos estudos organizacionais, a pesquisa quantitativa permite a mensuração de opiniões, reações, hábitos e atitudes em um universo, por meio de uma amostra que o represente estatisticamente (DENZIN e LINCOLN, 2005; NEVES, 1996; HAYATI, KARAMI e SLEE, 2006). Essa abordagem foi empregada devido a objetividade numérica de algumas atividades realizadas pela empresa e combinada com a abordagem qualitativa, sendo os critérios de inclusão as atividades de ATER realizadas no período supracitado. Além disso, foram consideradas as suas características organizacionais e variáveis associadas à governança, mescladas com a necessidade de realizar modelo interpretativo a partir dos significados atribuídos pelas informações obtidas com os atores institucionais que se complementam entre si.

Para a obtenção das informações primárias, foi empregada a técnica de entrevista semiestruturada com coleta de dados a partir de entrevistas e documentos fornecidos pelos entrevistados (Apêndices A e B). O método utilizado foi o dedutivo. O método dedutivo parte das teorias e leis consideradas gerais e universais buscando explicar a ocorrência de fenômenos particulares (DINIZ; SILVA, 2005, p. 6).

Do ponto de vistas dos objetivos foi promovida pesquisa exploratória em um processo de pesquisa flexível para estabelecer bases para o entendimento do processo de implementação. Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007, p.40).

Vale ressaltar que todos os entrevistados foram esclarecidos sobre o teor da pesquisa e assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C).

Quanto aos procedimentos adotados foi utilizado também o bibliográfico, visto que para GIL (2007), os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações,

sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, e não menos importante, a pesquisa documental:

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Nesse aspecto foram consultados os relatórios institucionais da Emater, com recorte temporal dos anos 2017 e 2018 no município de Uruguaiana RS.

O questionário, formulado com questões abertas e de múltipla escolha, aplicado ao público-alvo contém aspectos para caracterizar o produtor e a propriedade, aspectos técnicos da pecuária de corte envolvendo o melhoramento zootécnico bovino e finalmente aspectos administrativos e mercadológicos que servem de complemento para subsidiar a recomendação técnica em forma de relatório. Do universo de 109 produtores foram selecionados para 31 para serem entrevistados, os questionários foram aplicados no segundo semestre de 2019 pela conveniência do calendário de visitas da Emater escritório de Uruguaiana, disponível no respectivo ano. Após a coleta de dados foi utilizado o software Excel como ferramenta para montar o banco de dados com as informações coletadas e também para formular tabelas e gráficos sobre as variáveis encontradas. O design da capa da recomendação técnica de política pública do tipo relatório foi elaborado por meio do software Microsoft Word e do editor do site Canva.

A amostra da presente pesquisa pode ser classificada como não probabilística acidental, ou também chamada de não probabilística “por conveniência”, em que o pesquisador seleciona os entrevistados pela facilidade de acesso. Nesses casos, localizam-se os participantes da forma mais conveniente possível, por meio de um método de amostragem não probabilística ou “de conveniência” COZBI (2003, p. 197).

Os principais motivos da escolha da aplicação desse quantitativo de questionários aplicados aos pecuaristas familiares foram: a facilidade de coleta de dados em virtude das visitas técnicas dos extensionistas da Emater local as propriedades, realizadas de acordo com a disponibilidade, calendário institucional de visitas, e sua acessibilidade às informações. No que se refere ao acesso às propriedades rurais, também foi levado em consideração o processo cultural da acolhida dos extensionistas, a sua localização e limitação de tempo da equipe técnica

visitá-las. A análise foi realizada com base nas entidades participantes e nas características próprias da produção deste segmento, e no alcance das políticas públicas empreendidas para atender as demandas desses produtores.

No encadeamento apresentado há, também, a necessidade de se observar o potencial produtivo que deve estar aliado com a conservação da biodiversidade dos campos e pampas, que se estendem por uma área de aproximadamente 750 mil km² na América do Sul, compartilhada por Brasil, Uruguai e Argentina. No Brasil, o bioma Pampa está restringido ao Rio Grande do Sul, onde ocupa 176.496 km², segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2004). Somente em 2004 o Pampa foi reconhecido como bioma¹, uma vez que não há como deixar de relatar a notoriedade da variedade biológica observada, que apesar de apresentar uma aparente homogeneidade, abriga vários ecossistemas. A região possui grande biodiversidade na flora, onde apresenta, em números aproximados, 2500 espécies de plantas vasculares, 450 gramíneas, 150 leguminosas e cerca de 70 tipos de cactos. Já a fauna apresenta pelo menos 385 espécies de aves, 90 mamíferos terrestres, além de répteis e insetos, conforme levantamento realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Esse espaço corresponde a 63% do território estadual e a 2,07% do território nacional e menos de 4% do território do bioma foi transformado em unidade de conservação – é o de menor representatividade no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). A meta oficial é de 10% por bioma.

De acordo com o Decreto Estadual 42.099 de 2002, que estabelece a lista de espécies da flora ameaçadas de extinção no estado, das 607 espécies listadas, 250 delas estão na região do bioma Pampa². Esta característica, por si só, demonstra a importância dessa esfera territorial. Dessa forma, vale ressaltar que o fomento às atividades econômicas, no tempo presente, deve considerar o uso sustentável do território como elemento essencial para assegurar a conservação do Pampa, dado que historicamente, no contexto do uso do solo, o gado bovino já fazia parte do desenvolvimento da atividade pecuária, pois:

Os inúmeros conflitos (Guerras e Revoluções) ocorridos no estado durante o século XIX consolidaram a estrutura da estância de “defesa”. A necessidade de proteção contra os inimigos, associada às condições favoráveis do ambiente (que possibilitava

¹ Segundo o Ministério do Meio Ambiente as paisagens naturais do Pampa se caracterizam pelo predomínio dos campos nativos, mas há também a presença de matas ciliares, matas de encosta, matas de pau-ferro, formações arbustivas, butiazais, banhados, afloramentos rochosos, etc. A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), da qual o Brasil é signatário, em suas metas para 2020, prevê a proteção de pelo menos 17% de áreas terrestres representativas da heterogeneidade de cada bioma.

² Projeto Pampa. Disponível em: <https://fld.com.br/projetopampa/blog/rica-biodiversidade-do-bioma-pampa-ainda-e-pouco-v/>

o crescimento e reprodução dos animais sem a necessidade de muitos cuidados e manejos), acabou estimulando que os investimentos fossem para a defesa da terra e não para as melhorias tecnológicas e para o aumento da produção. Esta condição fortaleceu também a formação da identidade cultural regional. O gado bovino integrou-se a essa identidade, pois, como “mercadoria” abundante, de comercialização relativamente fácil e com facilidade de deslocamento permitia a sua movimentação e a sua apropriação durante os períodos de conflito. (RIBEIRO, 2009, p.16)

O autor aponta que, embora no final do século XX e início do século XXI tenham existido alguns empreendimentos, privados e governamentais, de diferenciação quanto ao aporte de outras culturas, como a fruticultura, e, mais recentemente o monocultivo de árvores em grande escala, tais como o eucalipto, a acácia e o pinus, a bovinocultura de corte extensiva permanece tendo grande importância econômica, social e cultural na região sul do estado. Outro aspecto relevante é a história das migrações para a região sul do estado e as modificações oriundas por aspectos econômicos e domésticos que também apresenta seu papel nas propriedades rurais e suas respectivas áreas, que constituem o que denominamos de pecuarista familiar.

Nas últimas décadas, os mercados da pecuária modificaram-se notadamente, havendo processo de intensa abertura de oportunidades diante da perspectiva de acesso a outros mercados para pecuaristas brasileiros, visto que a pecuária de corte do Brasil se fortaleceu no mercado internacional e tornou-se importante para as exportações no segmento de alimentos. Entretanto, para ter acesso a esse mercado a cadeia produtiva nacional teve que promover admissão a requerimentos específicos de manejo técnico, aprimorado de acordo com questões sanitárias, preocupações com o bem-estar animal, com a conservação ambiental, e aspectos sociais. Essas exigências, quando supridas, resultaram em novas estruturas de mercado, trazendo progressivamente mais valorização das melhores características produtivas de cada raça. Por conseguinte, esse público produtor, detentor de mais espaço e oportunidades diante da grande escala produtiva, quando amparado por sua capacidade técnica e financeira torna o processo produtivo cada vez mais eficiente.

Segundo a Emater local, no que se refere ao manejo, os cuidados com o gado são estabelecidos antes mesmo do nascimento, com a disposição dos reprodutores bovinos e seleção de matrizes e com estratégias para o melhoramento genético com intuito de haver aumento da qualidade da carne bovina.

Desta forma, a pesquisa agropecuária visa proporcionar conhecimento e promover novas tecnologias, com objetivo de produzir cadeias de valor alinhadas com as demandas de produção, procurando alternativas para minimizar os processos de exclusão da produção e de

produtores que não atendam ainda a tais aspectos. Os sistemas de produção modernos e eficientes têm certas características que nem todos os pecuaristas são capazes de atender, uma vez que para muitos a integração de novas tecnologias exige um aporte financeiro significativo diante do quantitativo produzido na pequena propriedade. Com tais características, as modificações ocorridas nos mercados da pecuária demandaram uma nova concepção para melhoria dos fluxos a serem incorporados na vida dos pecuaristas, particularmente com as formas familiares de produção, as quais precisam da definição de políticas de governo relacionadas com o estilo de vida e com as características locais e regionais. O desenvolvimento rural (o qual pode-se colocar no mesmo grupo de conceitos associados à localidade – desenvolvimento territorial, local, regional – passou a ser buscado como um novo paradigma, concorrente, mas não excludente, da visão de desenvolvimento (STUMPF JUNIOR; BALSADI, 2015, p. 512).

Segundo a Emater RS/ Ascar as entidades participam de forma dinâmica na elaboração e implementação de várias políticas de governo neste segmento e procuram aliar as mudanças das políticas governamentais a iniciativas da sociedade civil diante da tomada de decisão dos produtores. Essas diferenciações sociais existentes no meio rural na pecuária familiar servem como base para promover a reorientação da concepção e da gestão produtiva do pequeno rebanho, estabelecendo uma associação entre a política e o modelo de extensão rural decorrente da atuação de atores organizados e representativos, e as estruturas institucionais que se consolidam.

No Brasil pode-se afirmar que a assistência técnica e a extensão rural têm alta relevância na disseminação de novas tecnologias produzidas pela pesquisa, e de experiências fundamentais para o desenvolvimento rural das atividades sustentáveis da agropecuária familiar. De acordo com Peixoto (2008), a extensão rural pode ser compreendida de formas diversas, como processo transmissor de conhecimentos através de aspectos educativos, como instituições conhecidas como organizações estatais dos estados, prestadoras dos serviços da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e como política pública. Nessa conformação também é compreendida como uma política pública traçada pelos governos federal, estaduais ou municipais, ao longo do tempo, através de dispositivos legais ou programáticos, mas que podem ser executadas por organizações públicas e/ou privadas.

Uma vez que uma ou outra forma de prestação do serviço seja privilegiada pelo Estado e/ou pela sociedade é possível identificar em linhas gerais, o modelo adotado, que pode ser público ou privado, pago ou gratuito (SOUSA, 2013, p. 5). Neste sentido, quatro modelos

básicos podem coexistir: público e gratuito; público e pago; privado e gratuito; e privado e pago.

No Brasil privilegiou-se, ao longo do tempo, o primeiro modelo (público e gratuito)³, hoje direcionado prioritariamente para os agricultores familiares e exercido pelas instituições estaduais de ATER (PEIXOTO, 2008). Com a designação conjunta Emater/RS-Ascar, as entidades executam, hoje, as atividades oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural no Rio Grande do Sul, sendo Instituição Oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural e Social no estado do Rio Grande do Sul⁴. Toda ação desenvolvida se dá de forma planejada e continuada, sendo exercida gratuitamente às famílias assistidas.

1.1 Caracterização do município da área de estudo

O município de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, se localiza na microrregião⁵ campanha ocidental, que é uma das que integra o estado do Rio Grande do Sul e que abriga os municípios Alegrete, Barra do Quaraí, Garruchos, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, São Borja, São Francisco de Assis e Uruguaiana e conta com uma área total de 311.189,63 km², sendo parte da composição da Mesorregião⁶ Sudoeste Rio-Grandense.

O município de Uruguaiana é limitado ao norte pelo município de Itaqui, ao sul com a República Oriental do Uruguai, ao leste com os municípios de Alegrete e Quaraí e a oeste com a República Argentina. A principal atividade econômica do município é a agropecuária, com sua extensa lavoura de arroz e gado de corte e reprodução.

O município de Uruguaiana, que é cortado pelas estradas BR-290 e BR-472 e possui o aeroporto internacional Rubem Berta, é a maior porta de entrada de turistas no Estado,

³ Peixoto nos fala do sentido institucional (organização) da extensão rural pública e gratuita para desenvolvimento rural da pequena propriedade.

⁴ Fonte: Dados institucionais Emater RS/Ascar.

⁵ Segundo o portal da FEEDADOS Microrregião - é definida como parte das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Essas especificidades referem-se à estrutura de produção, agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca. A organização do espaço microrregional é também identificada pela vida de relações em nível local, isto é, pela interação entre as áreas de produção e locais de beneficiamento e pela distribuição de bens e serviços de consumo frequente. Assim, a estrutura da produção para identificação das microrregiões é considerada em sentido totalizante, envolvendo a produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais.

⁶ Segundo o portal da FEEDADOS Mesorregião - é entendida como uma área individualizada, em uma unidade da Federação, que apresente formas de organização do espaço definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante; o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. Essas três dimensões deverão possibilitar que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Essa identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou.

registrando muitos turistas argentinos, chilenos, paraguaios e demais países⁷ e tem sua área urbana projetada e localizada estrategicamente – tendo sido a primeira cidade planejada do Brasil. Desta forma, todas as quadras apresentam 110 metros de lado, e todas as medidas são padronizadas. Segundo dados fornecidos pelo IBGE, pela Lei Estadual n.º 10.655, de 28-12-1995, o distrito de Barra do Quaraí foi desmembrado do município de Uruguaiiana, sendo elevado à categoria de município.

Segundo o IBGE foi realizada a atualização do quadro regional anterior (Mesorregiões e Microrregiões Geográficas) produzido na década de 1980, pois o novo recorte, em referência as regiões geográficas imediatas e intermediárias de 2017, incorpora as mudanças ocorridas no Brasil ao longo das últimas três décadas.

As regiões geográficas imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturadas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros.

As regiões geográficas intermediárias organizam o território, articulando as Regiões Geográficas Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado, a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade. Uruguaiiana RS é uma região intermediária composta por 10 municípios, distribuídos em três regiões geográficas imediatas (Quadro 1).

Quadro 1 – Apresentação sistemática da Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias – 2017

Estado	Região Geográfica Intermediária	Região Geográfica Imediata	Número de municípios por Região Geográfica

⁷Guia do Turismo Brasil: <https://www.guiadoturismobrasil.com/cidade/RS/739/uruguaiiana>.

(continuação)

Estado	Região Geográfica Intermediária	Região Geográfica Imediata	Número de municípios por Região Geográfica
43 - Rio Grande do Sul	4304 - Uruguaiana	430015 - Uruguaiana	4 (Uruguaiana, Alegrete, Manoel Viana, Barra do Quaraí)
		430016 - Santana do Livramento	3 (Santana do Livramento, Quaraí, Rosário do Sul)
		430017 - São Borja	3 (São Borja, Maçambará, Itaqui)

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia (adaptado pela autora).

De acordo com informações da biblioteca IBGE na formação administrativa do município historicamente foram criados, por ato municipal nº 2, de 30-10-1892, distritos de Quaraí, Caiboate, Colônia das Rosas e Japejá e anexados ao município de Uruguaiana. Pelo ato municipal nº 3, de 02-01-1901, foram criados os distritos de Giguiquá e Plano Alto anexado ao município de Uruguaiana.

Desde 1911, quando se estabeleceu a divisão do município de Uruguaiana em sete distritos, a cidade passou por várias novas divisões administrativas que ocorreram nos anos subsequentes. Em 1911, o município era constituído de 7 distritos: Uruguaiana, Caiboaté, Colônia das Rosas, Japejá, Giguiquá, Plano Alto e Quaraí. Por ato municipal nº 5, de 02-01-1913, foi criado o distrito de Capela anexado ao município de Uruguaiana.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município passou a ser constituído de 7 distritos: Uruguaiana, Barra do Quaraí, Capela, Colônia das Rosas, Giguiquá, Plano Alto e Capela, menos o distrito de Caiboaté. Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o município era constituído de 8 distritos: Uruguaiana, Barra do Quaraí, Camoatim, Ibirocaí, Colônia Rosas (ex-Colônia das Rosas), Plano Alto, Ipané e Giquiquá, menos o distrito de Japejá.

Pelo decreto estadual nº 7199, de 31-03-1938, o município se compõe de 2 distritos: Uruguaiana subdividido em 5 zonas: Uruguaiana, Vertentes ex-Ibicoraí, Camoatim, Plano Alto

(ex-Colônia das Rosas), Ipané e Barra do Quaraí. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o município é constituído de 2 distritos: Uruguaiana e Barra do Quaraí, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-07-1955.

Pela lei municipal nº 7, de 18-11-1959, é criado os distritos de Charqueada, João Arregui, São Marcos e Plano Alto e anexados ao município de Uruguaiana. Em divisão territorial datada de 1-07-1960, o município é constituído de 6 distritos: Uruguaiana, Barra do Quaraí, Charqueada, João Arregui, Plano Alto e São Marcos. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1988.

Pela lei municipal nº 1760, de 15-10-1985, é criado o distrito de Vertentes (ex-localidade), com terras desmembradas dos distritos de Plano Alto e Barra do Quaraí e anexado ao município de Uruguaiana. Em divisão territorial datada de 1-06-1995, o município é constituído de seis distritos: Uruguaiana, Barra do Quaraí, João Arregui, Plano Alto, São Marcos e Vertentes.

Pela lei estadual nº 10655, de 28-12-1995, desmembra do município de Uruguaiana o distrito de Barra do Quaraí, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 1997, o município é constituído de 5 distritos: Uruguaiana, João Arregui, Plano Alto, São Marcos e Vertentes, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007⁸.

A LEI N.º 4.646 – de 7 de junho de 2016 altera, no artigo 1º da Lei Municipal n.º 2.878/1999, os limites do 5º Distrito de São Marcos e cria o 6º Distrito denominado Sanchuri.

O 5º distrito, denominado São Marcos, inicia na foz do Arroio Puitã, segue por estas águas acima até a confluência com a BR 472 e por esta até o Arroio Touro Passo, seguindo águas abaixo até a foz no Rio Uruguai e por estas águas acima até o ponto inicial.

O 6º distrito, denominado Sanchuri, inicia na confluência da UR 413 com a BR 472, seguindo pela UR 413 até a UR 300 e por esta até a confluência com o Arroio Touro Passo, seguindo estas águas abaixo até a BR 472 e por esta ao ponto inicial⁹.

1.2 Perfil socioeconômico de Uruguaiana, RS

⁸Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/uruguaiana/historico>

⁹ Disponível em: https://www.uruguaiana.rs.gov.br/uploads/legislacao/10223/Lei_4646.pdf

O perfil socioeconômico de Uruguaiana é apresentado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Estado do Rio Grande do Sul e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁰, sendo apresentado a seguir:

População estimada (2018): 127.079 pessoas

População censo (2010): 125.435 pessoas

Densidade demográfica (2010):21,95 hab/km²

Área (2015):5.715,8 km²

Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010): 4,07

Expectativa de Vida ao Nascer (2010): 76,80 anos

Coefficiente de Mortalidade Infantil (2017):12,26por mil nascidos vivos

PIB (2015): R\$ 2.624.814,99 (mil)

PIB per capita (2015): R\$ 20.245,08

PIB per capita (2016): R\$ 20.522,98

Exportações Totais (2014): U\$ FOB 3.863.909

Data de criação: 29/05/1846 - (Lei n°. 58)

Município de origem: Alegrete

Percentual das receitas oriundas de fontes externas (2015): 74,7 %

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (2010): 0,744

Total de receitas realizadas (2017): 260.960,89 R\$ (×1000)

Total de despesas empenhadas (2017): 238.532,90 R\$ (×1000)

Número de estabelecimentos agropecuários (bovinos)¹¹: 832 unidades

Número de estabelecimentos de pecuária familiar (bovinos de corte)¹²: 109

Segundo dados fornecidos pelo DataSebrae (2019), 6,1% dos domicílios se encontram em área rural, havendo predominância de residências na área urbana, com 93,9% referentes a dados de 2019. A criação de animais é destaque para a economia do município, especialmente os bovinos, com um efetivo de 354.000 cabeças, em 832 estabelecimentos desse tipo de pecuária. Na economia uruguaiense deste segmento há abrangência de 109 de pecuaristas

¹⁰Fonte FEE, Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Uruguaiana> e IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/uruguaiana/panorama>

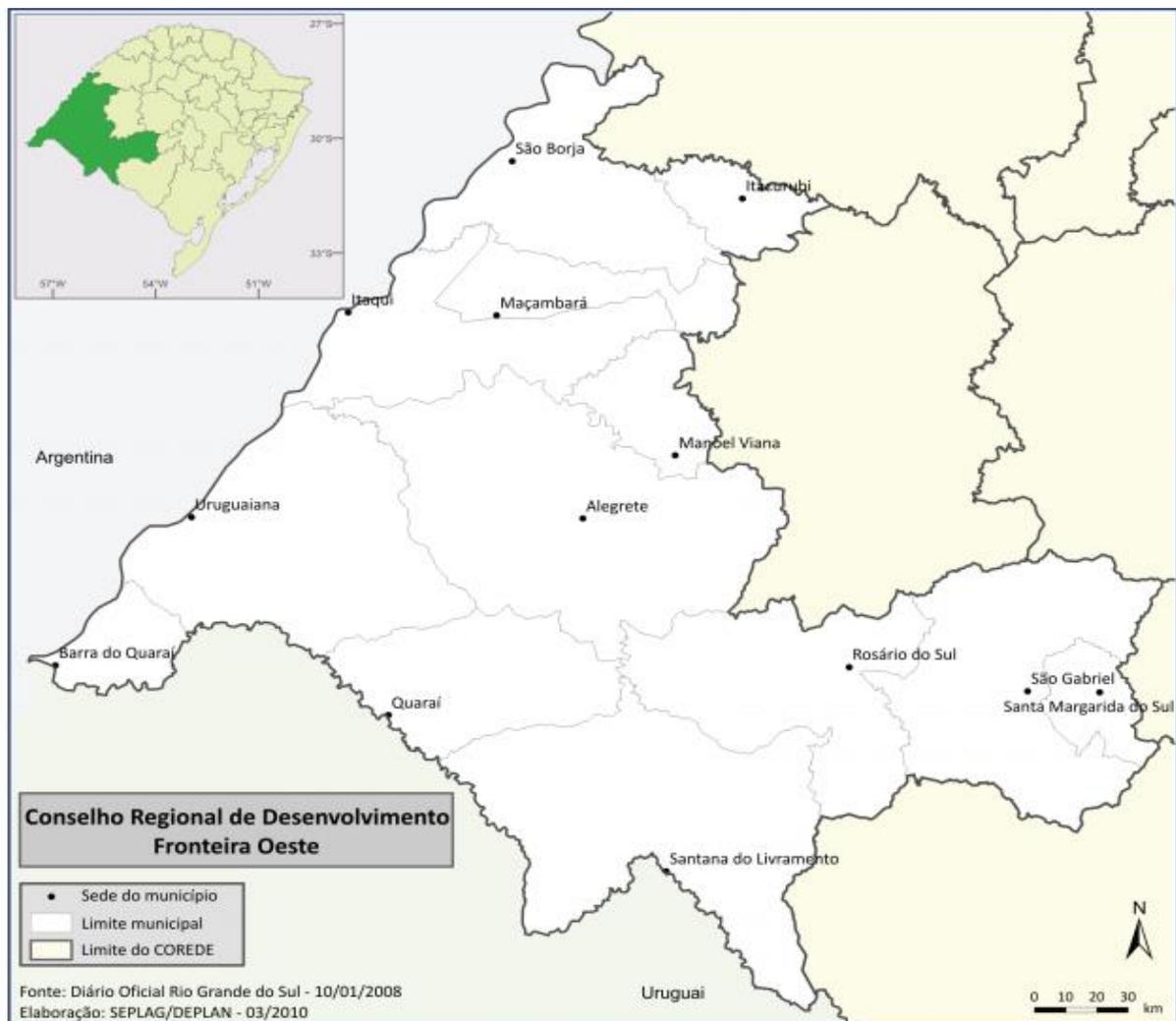
¹¹Fonte IBGE – Censo Agropecuário, dados relativos à data de referência (30/09/2017). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6624#resultado>

¹² Fonte: EMATER RS/Ascar Escritório Municipal de Uruguaiana RS.

familiares de bovinos de corte, o que corresponde a 13,1% das propriedades dessa categoria existentes no município.

O Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Fronteira Oeste foi criado em 1991 e integra a Região Funcional 6 (seis). De acordo com a figura 1 é composto por treze municípios: Alegrete, Barra do Quaraí, Itacurubi, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguai, que é o maior polo urbano regional e onde se localiza o porto seco rodo ferroviário de escoamento de exportações e importações da Argentina.

Figura 1 - Localização do Município de Uruguai



Fonte: Perfis Regionais 2015 – Fronteira Oeste

Localizado na faixa de fronteira com o Uruguai e a Argentina, no extremo oeste do Estado, o COREDE Fronteira Oeste se articula com o Centro Sub-Regional de Bagé e o Porto do Rio Grande, principalmente, através das rodovias BR-472, BR-290 e BR-293; com a Capital

Regional de Santa Maria e a Metrópole de Porto Alegre, por meio das BR-472 e BR-290; e com Cruz Alta e o norte do Estado através das BR-472, BR-158 e BR-285. A BR-290 é o principal elo do Rio Grande do Sul com a Argentina e o Chile, por via rodoviária. O COREDE apresenta também articulação direta com os países vizinhos por ponte em São Borja-Santo Tomé (Argentina); Uruguiana-Paso de Los Libres (Argentina); Barra do Quaraí-Bella Unión (Uruguai) e Quaraí-Artigas (Uruguai). Por fronteira seca, a articulação ocorre em Santana do Livramento-Rivera (Uruguai). Entre Itaqui e Alvear (Argentina), há travessia por balsa para veículos e passageiros. Segundo o COREDE Fronteira Oeste as atividades econômicas na fronteira sul do Estado são dominadas pela pecuária extensiva voltada à produção de carnes e de leite e pelo cultivo do arroz.

1.3 Caracterização da pecuária familiar

Este público, segundo COIMBRA FILHO e CACHAPUZ (2000), a partir do trabalho que contou com técnicos da Emater/RS¹³ de todo o estado, é aquele que contempla os seguintes itens: 1) ter como sua principal fonte de renda a criação de bovinos de corte/leite/ovinos ou que tenha estas atividades ocupando a expressiva maior parte da área do seu estabelecimento rural; 2) ser proprietário ou arrendatário de estabelecimento (área contígua ou não) com área não superior a 300 hectares. São produtores que trabalham basicamente com pecuária de corte (bovinos e ovinos), e vendem seus animais geralmente em determinada época do ano. Segundo essa instituição, a pecuária familiar, baseada na produção extensiva, configura-se por respeitar o meio ambiente em que está inserida e pela forma de condução das práticas de manejo. Caracteriza-se em um segmento de relevância social e produtiva, étnica e culturalmente, vinculado a uma associação de acontecimentos históricos. De um modo integral, os pecuaristas e seus estabelecimentos inclinam-se a congregar as particularidades produtivas, históricas, sociais e culturais que fazem com que ele seja singularizado, o que tende a conceber a diversidade observada nos espaços rurais.¹⁴

¹³ A Emater/RS-Ascar, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, recebe recursos públicos para a realização de políticas públicas. Em seu estatuto consta como objetivo: Contribuir para a formulação, implantação e consolidação das políticas públicas, nos níveis federal, estadual e municipal, voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar. Cabe destacar que o compromisso de manter os serviços de ATER foi assegurado na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de outubro de 1989, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de nº1 de 1991 a nº 58 de 2010. “Art. 186 - O Estado manterá serviço de extensão rural, de assistência técnica e de pesquisa e tecnologia agropecuárias, dispensando cuidados especiais aos pequenos e médios produtores, bem como a suas associações e cooperativas.”

¹⁴Pecuária Familiar de acordo com a área técnica da Emater/RS - Med. Veterinária Thais Michel, Coordenação Estadual de Pecuária Familiar e Núcleo de Desenvolvimento Agropecuário - Gerência Técnica.

Segundo Fernandes (2007 apud HENTZ 2014) há três categorias de agricultores que seriam o patronal capitalista, adepto ao agronegócio e que investe em monoculturas; o camponês policultor, com produção de subsistência e voltado ao mercado local e regional, e o camponês monopolizado pelo agronegócio, subordinado ao mercado de *commodities*.

Segundo Hentz (2014) o conceito de desenvolvimento possui abordagens no sentido de colocar os atores locais, ou de um determinado território, como agentes do desenvolvimento [...] e ainda podem ser encontradas influências do modelo de desenvolvimento pautado na busca para aumentar os recursos econômicos. Uma distinção entre o empreendimento patronal e o pecuarista familiar, é que este direciona a produção com técnicas de ponta com o objetivo de obter lucro devido a sua forma de produção tecnológica. Nesse aspecto é guiado pelos interesses dos mercados em que se insere, investe em genética para obter animais que ofertem mais qualidade da carne com ganho de peso, diminuição na mortalidade, crescimento das taxas de natalidade e diminuição do tempo de abate. De outro lado, esse autor diz que a pecuária familiar pode sobreviver alguns períodos de ausência de lucros, produzindo para subsistência ou procurando atividades temporárias fora da propriedade, mas mantendo a posse da mesma como residência. Um aspecto a destacar é que muitos pecuaristas desse segmento têm como renda familiar a aposentadoria. O Quadro 2 apresenta um comparativo entre os modelos patronal/empresarial e a pecuária familiar.

Quadro 2 - Comparativo entre os modelos Patronal/Empresarial e Pecuária Familiar

Modelo Patronal/Empresarial	Modelo Pecuária Familiar
Propriedades médias ou grandes	Pequena propriedade
Há separação entre gestão do agronegócio e trabalho	Trabalho e gestão relacionados ao cotidiano familiar
Capitalização da produção	Produção para custeio familiar
Administração profissionalizada realizada por proprietários ou terceirizada	Processo administrativo realizado diretamente pelos proprietários
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Relevância em práticas agropecuárias Padronizáveis e eficientes	Relevância na subsistência e qualidade de vida
Empregados permanentes ou temporários	Trabalho familiar e ocasionalmente assalariado
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.
Produz para exportação, abastecimento do setor industrial e/ou mercado interno	Produz para mercado interno/ local e no máximo externo

Fonte: criado pela autora (2019) com base no projeto Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico Brasília: FAO/INCRA, 1996.

A administração da propriedade rural tem características próprias, com distinções do modelo patronal, pois a mão de obra é oriunda dos membros da família com envolvimento de

todas as gerações e presume padrões próprios das lidas campeiras¹⁵, esporadicamente é contratada mão de obra externa, havendo, em alguns momentos, a troca de serviços e insumos com os vizinhos. Seus ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família, mantendo seus costumes e elementos culturais como identidade própria. Reconhecem a notoriedade da alimentação campeira, tem a bovinocultura de corte como a principal atividade, praticada sobre pastagens naturais; tem independência mercantil; utilizam a mão de obra e tem o autoconsumo orientado pelo consumo de carne bovina e ovina, respeitam a tradição do chimarrão e do linguajar típico. Dessa maneira, pode-se proferir que o ambiente está profundamente correlacionado com a reprodução social dos saberes do pecuarista familiar, ao mesmo tempo em que este tem interferência direta sobre a manutenção, formação, e retroalimentação desse ambiente.

ABRAMOVAY (1992:61 apud RIBEIRO, 2009, p.39) reforça ao afirmar que o uso do trabalho camponês "é limitado pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades familiares e que não se confundem com as necessidades de uma empresa". Procuram, sempre que possível manter a autonomia em observação aos aspectos de comercialização, realizando vendas apenas quando há animais disponíveis a esse fim ou quando a família necessita. No tocante às dificuldades relacionadas à localização, são relatados alguns pontos relevantes como a carência de opções de canais de comercialização, os custos logísticos, preço pago pelo produto fora dos padrões de mercado e distinção da genética animal.

De acordo com OSTROM citada por MATTE (2017, p.109), no que tange ao uso de bens comuns, no caso da terra, propõe a utilização do uso do termo "recursos de uso comum", ou *common pool resources*, para essas realidades. Segundo a autora, os recursos de uso comum são utilizados por um grupo específico de indivíduos (usuários), os quais compartilham "recursos-unidades", em que, para o uso apropriado e equilibrado desses bens, há um conjunto de regras instituídas pelo grupo que regulam a gestão e uso dos recursos compartilhados.

Na pecuária familiar, as regras de uso são adaptadas a cada realidade, a depender do envolvimento dos membros com a atividade. LAMARCHE (1993, p.15) conceitua a exploração familiar como uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família e onde há a interdependência de três fatores: propriedade, trabalho e família.

¹⁵ um conjunto de atividades e ofícios para manutenção das propriedades rurais, relacionadas à criação, manutenção e reprodução de rebanhos animais, especialmente bovinos, ovinos e equinos, dentre eles: esquila ou tosa da lã de ovinos, feitura de cercas e aramados, confecção de artefatos e utensílios em couro, doma, campereada.

Segundo a Embrapa¹⁶ a definição de pequena propriedade determina que é imóvel de área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais, enquanto a média propriedade é o imóvel rural de área superior a 4 e até 15 módulos fiscais, ficando entendido que o minifúndio é o imóvel rural com área inferior a 1 módulo fiscal e a grande propriedade aquela de área superior a 15 módulos fiscais. Por sua vez, a definição de agricultor familiar e empreendedor familiar rural dada pela Lei nº 11.326/2006 (regulamentada pelo Decreto Presidencial nº 9.064, de 31 de maio de 2017) também inclui o conceito de módulo fiscal, ao estabelecer que, dentre outros requisitos, este não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais.

No novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) o valor do módulo fiscal é utilizado como parâmetro legal para a sua aplicação em diversos contextos, como na definição de benefícios atribuídos à pequena propriedade ou posse rural familiar; na definição de faixas mínimas para recomposição de Áreas de Preservação Permanente; da manutenção ou recomposição de Reserva Legal, entre outros.

A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. As propriedades desse segmento em Uruguaiiana possuem cerca de 80 hectares. Nessas propriedades é observado o valor do módulo fiscal, sendo que em Uruguaiiana, segundo o Incra, esse valor corresponde a 28 hectares¹⁷ enquanto no Brasil varia de 5 a 110 hectares.

No que concerne a estrutura fundiária do segmento agropecuário em Uruguaiiana, RS, pode-se considerar de acordo com os quadros a seguir (Quadros 3 e 4):

Quadro 3 - Número de estabelecimentos agropecuários com pecuária e efetivos, por espécie da pecuária – resultados 2017.

Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades) por espécie de pecuária em Uruguaiiana RS							
Bovinos	Bubalinos	Equinos	Asininos	Muare	Caprinos	Ovinos	Suínos
832	9	635	4	8	5	506	108

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017

¹⁶ Módulos Fiscais – Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>

¹⁷ Módulo fiscal, por sua vez, é estabelecido para cada município, e procura refletir a área mediana dos Módulos Rurais dos imóveis rurais do município. No que lhe diz respeito o Módulo rural é calculado para cada imóvel rural em separado, e sua área reflete o tipo de exploração predominante no imóvel rural, segundo sua região de localização.

No município, neste segmento há um total de 2.107 estabelecimentos agropecuários abrangendo várias espécies, e destes 39,48% são pertencentes a espécie bovina.

Quadro 4- Número de estabelecimentos agropecuários com pecuária e efetivos, por espécie da pecuária bovina.

Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades) – Espécie da Pecuária Bovinos		
Rio Grande do Sul	Uruguaiana RS total	Pecuária Familiar Uruguaiana RS*
260.250	832	109

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017¹⁸/ * Emater Uruguaiana (ATER)

Segundo o Censo agropecuário de 2017 do IBGE, há 260.250 unidades de estabelecimentos agropecuários bovinos no Estado do Rio Grande do Sul, 832 estão localizados em Uruguaiana-RS e destes, conforme a EMATER Escritório Uruguaiana, há 109 pecuaristas familiares, com propriedades onde são implementados o projeto de melhoramento genético bovino de gado de corte desta entidade, o que corresponde a 13,1% de todo os pecuaristas desta espécie no município, levando em consideração que também existe a criação de pecuária bovina de leite e outros estabelecimentos não relacionados a esta atividade.

1.4 Implementação de políticas públicas na pequena propriedade

Após a nova Constituição, a tendência de participação de novos atores na implementação de políticas públicas foi reforçada. A criação de novos canais de participação, como conselhos gestores de políticas públicas, orçamento participativo, conferências setoriais, audiências públicas, entre outros, contribuiu para a diversificação do *locus* da análise de políticas, que passou a ser realizada também por um perfil variado de instituições, fora do Estado, como organizações não governamentais (ONGS), *thinktanks*, e associações empresariais (VAITSMAN, LOBATO E ANDRADE, 2013). Ativistas vinculados a diversas organizações passaram a buscar competência técnica e argumentativa, para poder influenciar políticas.

Dentro da delimitação deste segmento familiar, a Emater-RS estabeleceu parcerias para fortalecer o setor primário e abrir portas aos serviços de extensão rural no município. A

¹⁸Dados relativos à data de referência (30/09/2017).

celebração de acordos e termos de cooperação são estrategicamente importantes para ampliação das ações dessa empresa no meio rural, e consolidação do projeto de desenvolvimento do campo, visando sempre o fortalecimento do negócio rural da pequena propriedade.

Como salienta BERCOVICI (2005, p.51), o desenvolvimento é condição necessária para a realização do bem-estar social. Essas ferramentas visam o desenvolvimento rural local, que é um processo que tem características multilíneas, formado pela ação de múltiplos atores transcorrendo dentro da sociedade na busca da ampliação da qualidade de vida das pessoas, visando às recentes transformações nas relações entre Estado e sociedade civil, respeitando suas crenças e costumes, apoiando a liberdade de opções e caminhos, sem perder de vista, de forma intrínseca, os ciclos naturais nos quais os grupos sociais estão imersos.

Políticas públicas podem ser conceituadas, portanto, como instrumentos de execução de programas políticos baseados na intervenção estatal na sociedade, tendo por escopo assegurar condições materiais de uma existência digna a todos os cidadãos (ÁPPIO, 2005, p. 136). Para tanto o papel do estado é manter em atividade serviços que busquem o desenvolvimento rural sustentável, com um modelo de gestão que guie a ação de cada um dos atores, buscando viabilizar a qualificação dos processos deliberativos relativos à gestão pública e suas inerentes necessidades de evolução.

Para que o produtor familiar se desenvolva e acompanhe a evolução do setor rural é relevante que sua propriedade seja administrada como uma empresa, entretanto, adotando técnicas e procedimentos gerenciais adequados à realidade da agricultura familiar e para tanto a contribuição estatal passa a ser considerada fundamental através de programas implementados visando o planejamento adequado dos procedimentos a serem adotados. Entre estes procedimentos, destaca-se o planejamento das atividades produtivas, cujo objetivo é tornar a empresa mais eficiente e competitiva (VILCKAS, 2005, p.17).

O adequado planejamento das atividades da agricultura familiar visa a integração do produtor às novas necessidades de mercado, sem, no entanto, perder as características culturais adquiridas ao longo da vida. Por consequência, o desenvolvimento dessas capacidades põe-se em função exclusiva da dinâmica do mercado, para suas continuadas existências, adequando as estratégias de atividades produtivas e também de sucessão, alocadas em realidades distintas de outros grupos e novas necessidades, as quais podemos salientar a administração dos recursos ambientais da propriedade.

BUCCI (2002, p. 249), enfatiza que quanto mais se conhece o objeto da política pública, maior é a possibilidade de efetividade de um programa de ação governamental; a eficácia de

políticas públicas consistentes depende diretamente do grau de articulação entre os poderes e agentes públicos envolvidos.

Implementar políticas públicas relaciona-se com a efetividade da ação governamental para fazer acontecer os planos construídos em conjunto com os demais atores sociais, o interesse da *policyanalysis* (análise de políticas públicas) nesta fase se refere particularmente ao fato de que gerir significa utilizar o conhecimento como mecanismo para facilitar uma melhora contínua (BRUGUÉ e SUBIRATS, 1996, p.12).

Para concretizar políticas públicas é essencial que os governos e a própria sociedade se comprometam por trabalhar em prol da correta administração dos programas em todas as esferas e tenham a competência de criar espaços públicos de aprendizagem social, o que significa um planejamento organizado, preparado para atender os trâmites necessários em prol da democracia, como bem aludem STEWART e RANSON (1996, p.69):

[...] o âmbito público é o espaço para a aprendizagem social. O Processo do governo pode classificar-se como um processo de aprendizagem. [...] O âmbito público é, por princípio, ilimitado. Está aberto a todos os cidadãos, alerta a todas às necessidades, sujeito a todas as discussões. Fechar ou limitar o processo de aprendizagem não é parte das funções da gestão, mas sim sustentar os múltiplos canais de aprendizagem, ainda que nem todos estejam controlados por práticas anteriores.

Entende-se que essas políticas, quando acessadas publicamente, podem promover a identificação de experiências prévias, já vividas em processos coletivos de aprendizagem, com a troca de experiência na difusão do conhecimento e das referências geradas. Estas quando aliadas a novos canais de comunicação e orientação podem gerar novos acessos a tecnologias e processos que corrigem seus rumos, quando necessário, e possibilita a manutenção do sistema produtivo e o seu crescimento no longo prazo através da complementaridade de ações locais.

Uma política pública se define como:

Uma série de decisões ou de ações, intencionalmente coerentes, tomadas por diferentes atores públicos e as vezes não público – cujos recursos, nexos institucionais e interesses variam – a fim de resolver de maneira pontual um problema politicamente definido como coletivo. Este conjunto de decisões e ações dá lugar a atos formais, com um grau de obrigatoriedade variável tendentes a modificar a conduta de grupos sociais que, se supõe, originaram o problema coletivo a resolver (grupo-objetivo), no interesse de grupos sociais que padecem os efeitos negativos do problema em questão (beneficiários finais). (CHRISPINO, 2016, p.20)

Esses atos formais derivam-se da ideia acerca de administrar os recursos empregados e fornece suporte aos necessários sistemas organizacionais. Não apenas a partir da perspectiva dos programas sociais como um benefício e das interações gerenciais entre as redes de atores

do setor privado, mas para que os burocratas a nível de rua - técnicos e administradores - principais envolvidos com a prestação de serviços possam racionalizar seus métodos de trabalho, por meio de processos de implementação do que foi proposto como forma de abertura do espaço público à atuação dos segmentos público-privado.

Nirenberg (2013, p. 23 apud CHRISPINO 2016 p.21) afirma que:

As políticas públicas constituem o conjunto de objetivos, decisões e ações que leva a cabo um governo para solucionar os problemas que em determinado momento histórico, os cidadãos e o próprio governo consideram prioritários. São estratégias intencionais, dirigidas a objetivos que se deve alcançar, fazendo convergir uma visão e uma ação a longo prazo, mas com efeitos também em curto e médios prazos.

Essas estratégias são implementadas através de iniciativas que promovam uma prática educativa coerente através do intercâmbio de informações e documentação técnico-científica nas áreas de interesse agropecuário. As atividades envolvem setores públicos e privados, e consideram a dinâmica do desenvolvimento local quanto as relações socioeconômicas, políticas e culturais para possibilitar o protagonismo dos atores sociais, presentes no espaço rural.

A análise dessas políticas públicas tem como objetivo explicar o papel e as formas de interação de atores e instituições nos processos políticos que envolvem os programas de ação dos governos, com observância na sequência do ciclo de políticas públicas. SOUZA (2006) comenta que a expressão “políticas públicas” pode referir-se a diferentes objetos: um campo de atividade governamental, como exemplifica a política agrícola; uma situação social desejada, como a política de igualdade de gênero; uma proposta de ação específica, como a política de ações afirmativas; uma norma quanto ao tratamento de determinado problema, como a política de fontes de energia renováveis; ou mesmo um conjunto de objetivos e programas que o governo possui em um campo de ação, como a política de combate à pobreza.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Inicialmente, faz-se necessário considerar que a implementação é, por si só, um processo de transformação do plano teórico, previamente discutido, com objetivos a serem alcançados de acordo com o arranjo institucional de execução, para a fase onde os planos e escolhas são convertidas em ações, projetos e programas. Nesse processo são encaminhados recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos para executar a política. A implementação diz respeito à execução de atividades que permitem que os programas, projetos e ações sejam implementados com vistas à obtenção de metas definidas no processo de formulação das políticas (SILVA e MELO, 2000, p.4).

Se a implementação é uma consequência, o cerne do processo direciona-se para a formulação, pois há estruturação dos atores burocratas para lidar com as suas demandas e resolver problemas na cadeia operacional, com diversas ocorrências, dependendo da posição do corpo administrativo e técnico responsável pela execução, levando em consideração a observância de um conjunto de arranjos institucionais e de instrumentos legais.

SARAVIA (2006 p. 143-145 *apud* RUA e ROMANINI, 2013, p.4) descreve a implementação como sendo constituída pelo planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos para executar uma política. Ela abrange a elaboração de todos os planos, programas, projetos, recrutamento e o treinamento dos que irão executar a política. Esse autor distingue a implementação da execução, definindo-a como o conjunto das ações destinado a atingir os objetivos estabelecidos pela política. A execução contém o estudo dos obstáculos que poderão inviabilizar a consecução dos resultados, sobretudo a análise da burocracia (Ibid., p.4¹⁹).

Para que a implementação se torne passível de execução, é necessária a sensibilização dos atores políticos envolvidos nas atividades propostas por ela. Em todo o contexto que a afeta podemos dizer que não há conexão que garanta os resultados desejados, em virtude da necessidade da resolução de pontos de conflito (*issues*) que aparecem envolvidos naquela política pública e nem sempre há soluções técnicas e/ou administrativas disponíveis, pois existem atores que não são capazes de mobilizar recursos suficientes para que a decisão se transforme em ação. Essa execução durante o processo de implementação envolve concomitantemente, de maneira significativa, as atividades que ocorrem após a alocação das normas de uma política pública, que incluem tanto o empenho para administrá-la como os seus

¹⁹ RUA e ROMANINI, 2013, p.4

impactos substantivos sobre atores e eventos, bem como fatores de retroalimentação da política pública trabalhada.

Esse aspecto também requer novas decisões, que podem ser traduzidas em novos arranjos de atividades que possam ser colocadas em prática posteriormente, pois algumas decisões não se encerram durante o processo de formulação. Muitas vezes há variáveis que permitam o fomento das atividades implementadoras, visto o processo de formulação seria interposto pela logicidade da atividade política, ao passo que a implementação estaria no contexto da prática administrativa e execução, mas em determinado momento se complementam.

SILVA e MELO (2000) sustentam que a implementação pode ser considerada um jogo, com papéis e adesão aos programas barganhados, decisões são tomadas e não só implementadas. Discorre-se que a política sofre alterações à medida que é executada, a implementação é compreendida como uma movimentação interativa de formulação, implementação e reformulação (MAZMANDIAN; SABATIER, 1983).

De acordo com ELMORE (1979, apud LIMA e D'ASCENZI, 2013) o padrão de sucesso é condicional. Está relacionado à capacidade limitada tanto dos atores de cada nível de implementação de influenciar o comportamento daqueles dos outros níveis quanto das organizações públicas de influenciar o comportamento privado. A perspectiva atenta para a autoridade informal que deriva do conhecimento, das habilidades e da proximidade das tarefas essenciais desempenhadas pela organização. Uma proposta a ser desenvolvida para os problemas da implementação é construir instituições ou mecanismos que possibilitem a concepção de um contexto de cooperação entre os participantes dos programas. A descrição de questões da implementação interfere na escolha do foco da análise e nas propostas posteriores, de modo a se pesquisar forma de abordagem da política pública.

Supõe-se que uma vez concebida a política, admitia-se um processo técnico de implementação (WALT, 1994), ficando compreensível a diferença entre decisão e sua operacionalização, que apresentam arenas e atores diferenciados. Essa posição é bem demarcada quando há convênios a serem cumpridos. Essa perspectiva é denominada *top-down* (de cima para baixo) ou desenho prospectivo, no qual a influência decisiva dos formuladores sobre o processo de implementação e o de que as diretrizes explícitas, a determinação precisa de responsabilidades administrativas, conforme é demonstrado no quadro 5, e a definição exata de resultados aumentam a probabilidade de as políticas serem implementadas com êxito (ELMORE, 1996). Nessa abordagem de cima para baixo é formulada uma visão geral do

sistema de atividades extensionistas de gestão e organização. A decisão política é implementada pelos representantes governamentais, é preciso um controle maior sobre os atores da implementação (MAZMANIAN e SABATIER, 1981), isto referindo-se a celebração do convênio entre as partes, instrumento formal que disciplina a transferência de recursos na execução de atividades, cujo objeto esteja relacionado ao pagamento de custeio continuado do proponente.

Quadro 5 - Níveis de entidades organizacionais de implementação: Análise *top-down*

top-down	
Os <i>policy makers</i> estão situados no topo das organizações, como atores que têm o controle do processo de formulação de leis, decretos, portarias, essas ações de atores públicos ou, em muitas ocasiões privados, são administradas ao cumprimento de objetivos definidos em decisões políticas anteriores.	
Nível Federal	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - órgão responsável pela agropecuária e pelo agronegócio no Brasil a nível federal.
	Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo - SAF/MAPA, responsável pelas ações de promoção e apoio ao pequeno e médio produtor rural por meio de ações de educação e qualificação rural, estímulo ao cooperativismo e ao associativismo, assistência técnica e extensão rural, boas práticas e desenvolvimento rural, (departamento de assistência e extensão rural).
	Lei nº 10.683/2003, e o Decreto nº 8852/2016, que trata da estrutura regimental deste ministério.
	Os instrumentos de convênios são regulamentados pelo Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013, e pela Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016.
Nível Estadual	Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR) foi criada pela Lei 13.601, de 1º de janeiro de 2011. Entre as atribuições está o compromisso de formular, coordenar e executar políticas e diretrizes de desenvolvimento rural, com ações dirigidas à Agricultura Familiar, assentados da Reforma Agrária, pescadores, comunidades indígenas e quilombolas, agroindústrias familiares e cooperativas rurais e urbanas.

(continuação)

	EMATER - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural conveniado com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), na promoção do desenvolvimento rural através da assistência técnica e extensão rural e social, de acordo com o previsto no art. 186 da Constituição Estadual, da Lei Estadual nº 14.245/13, do Decreto Estadual nº 51.565/14 e da Lei Estadual nº 14.755/15.
Nível Municipal	Prefeitura de Uruguaiana - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico ²⁰ . Apoia e fomenta atividades para desenvolvimento rural do setor familiar.

Fonte: Autora, 2019²¹

Outra abordagem se faz necessária quando há atores público privados atuando em parceria. Assim, enfatiza-se que a discricionariedade dos implementadores é inexorável e pode ser almejável, já que esses atores possuem experiência das situações locais e podem adaptar o plano a elas (O'BRIEN e LI, 1999). Tais ajustes podem ser possíveis fontes de inovação, dependente, no entanto, das capacidades do Estado. Essa abordagem é comumente denominada bottom-up (de baixo para cima) ou desenho retrospectivo (ELMORE, 1996). O padrão de sucesso é condicional e está relacionado à capacidade limitada tanto dos atores de cada nível de implementação de influenciar o comportamento daqueles dos outros níveis quanto das organizações públicas de influenciar o comportamento privado (ELMORE, 1979).

A partir de Lipsky (2019), podemos assinalar alguns fatores dos quais a discricionariedade²² seria resultante. Primeiro, ela derivaria do conhecimento profissional dos técnicos extensionistas. Pois estes, além do conhecimento técnico exigido, têm o conhecimento cultural do sistema de vida campesina. Segundo, frequentemente as burocracias de nível de rua

²⁰ A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (Uruguaiana RS), sigla SEMUDE, compete: definir, coordenar e executar a política municipal estabelecida para as áreas de indústria, comércio, serviços, agropecuária e outras atividades econômicas desenvolvidas na matriz econômica do Município.

²¹ Quadro elaborado de acordo com informações das organizações responsáveis pelo estabelecimento de normas para firmar convênios e parcerias, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo - SAF/MAPA, Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR) e Prefeitura de Uruguaiana.

²² Embora seja fácil verificar que há um alto nível de discricionariedade no trabalho de nível de rua, é importante lembrar que algumas interações com cidadãos nos serviços públicos envolvem relativamente pouca discricionariedade burocrática. Não podemos esquecer também que os burocratas de nível de rua trabalham em situações que, muitas vezes, requerem respostas para as dimensões humanas das situações.

são relacionadas com novas regras, agregadas das parcerias que a entidade comumente apresenta nos projetos implementados nos diversos públicos que atende. Alguns problemas apresentados são a escassez de recursos, a negociação permanente em vistas as mudanças, adaptações e negociações para mudanças na implementação devido a burocracia institucional.

As teorias híbridas derivam da terceira geração de estudos de implementação, após a década de 1980, compreendem a implementação como um processo inter-relacionado. Na proposição de VIANA (1996, p.16), segundo a qual “A implementação é definida no processo em que a política governamental se envolve com sujeitos não-governamentais, sendo alguns deles objetos da política com poder de ação, recursos e ideias”. Nesse sentido os burocratas precisam mudar as rotinas organizacionais com a finalidade de implementar a política devido a múltiplos atores envolvidos na execução dos serviços de uma política pública.

É representado no quadro 6 uma síntese teórica sobre a implementação de políticas públicas, são apresentados os modelos que vem encontro da estrutura implementadora de processos voltados a pecuária familiar.

Quadro 6 - Síntese dos argumentos teóricos sobre a implementação de políticas públicas

Correntes/Autores	Argumentos principais
Van Meter & Van Horn (1975)	A participação dos implementadores na fase de formulação aumenta a clareza da política e diminui as resistências.
Sabatier & Mazmanian (1995)	Para o sucesso do processo de implementação, os objetivos devem ser precisos e claramente ranqueados, deve haver a incorporação de uma teoria causal válida, fundos adequados para a implementação, o número de pontos de veto deve ser minimizado, sanções e induções para diminuir a resistência, as decisões na implementação devem se basear nos objetivos da organização, as agências implementadores devem se orientar pela legislação e dar prioridade ao programa.

(continuação)

<p>Silva & Melo (2000) Silva (1999)</p>	<p>Troca, barganha, dissenso, contradição quanto aos objetivos, ambiguidade de objetivos, problemas de coordenação intergovernamental, recursos limitados, informação escassa e incerteza levam a modificação da política na implementação.</p>
<p>Hill (2006)</p>	<p>A impossibilidade de resolver alguns conflitos durante a fase de formulação da política, a preparação dos implementadores para tomar decisões-chave, as negociações e os compromissos com grupos influenciam a implementação.</p>
<p>Lipsky (1980)</p>	<p>Os burocratas de nível de rua reformulam a política na interação com o cidadão. A entrega de benefícios e sanções estrutura e delimita a vida e as oportunidades dos cidadãos a partir da interpretação das regras e da alocação de recursos escassos.</p>
<p>May & Winter (2007)</p>	<p>Os sinais dos superiores políticos e administrativos sobre a importância da política, o modelo organizacional da implementação, o conhecimento e as atitudes dos burocratas de nível de rua que influenciam o seu entendimento das suas tarefas, da situação de trabalho e dos beneficiários e os fatores contextuais que inclui a carga de trabalho, os tipos de beneficiários e outras pressões externas influenciam a implementação.</p>

(conclusão)

Elmore (1989-1990)	Há casos em que há objetivos claros estabelecidos pelo formulador e os implementadores são controlados pelos formuladores. Em outros casos, a discricionariedade dos implementadores é maior, o conhecimento e a habilidade de resolução de problemas pelos implementadores e as estruturas de incentivos, barganhas e recursos são fundamentais.
Matland (1995)	A ambiguidade da política formulada e ao nível de conflito presente tanto na formulação quanto na implementação são os fatores que caracterizam a implementação.

Fonte: SEGATTO, 2012, p. 7 e 8

2.1 Melhoramento zootécnico bovino para pecuária familiar em Uruguaiana, RS

O pecuarista familiar de Uruguaiana RS é um público que trabalha basicamente com pecuária de corte (bovinos e ovinos). Referente a esses atores sociais a Emater leva assistência técnica as propriedades desse segmento com o objetivo de realizar ações que possibilitem a evolução no manejo alimentar, sanitário e reprodutivo do rebanho. Esse trabalho ocorre há vários anos, é contínuo, de forma recorrente, visto as suas características de atendimento relacionado ao processo extensionista dessa instituição. Nesse aspecto esse público tem suas especificidades bem demarcadas culturalmente, seu trabalho é predominantemente familiar, esporadicamente contrata mão de obra externa ou troca serviços com os vizinhos. Diante disso o trabalho foi abordado com os pecuaristas que se dedicam basicamente a atividade de cria de bovinos de corte, na prática tem uma pequena escala de produção e apresentam necessidade de melhorar a qualidade genética e padrão zootécnico de seus rebanhos (Quadro 7).

Quadro 7 - Problemas, Políticas, Instrumentos e Atores²³

Problema Público	Política Pública	Instrumentos	Atores Envolvidos
Necessidade do melhoramento genético bovino na pecuária familiar	Programa de Melhoramento Zootécnico Bovino (genético) para Pecuária Familiar em Uruguaiana RS implementado pela Emater Uruguaiana	Assistência técnica e extensão rural, criação de parcerias com atores públicos e privados, incentivo a melhoria genética do rebanho	Governo estadual, burocratas a nível de rua, Emater, sindicato rural, cabanha Touro Passo, ADU Uruguaiana, Associação de Angus e Brangus

Fonte: Autora, 2019

Segundo informações institucionais da Emater escritório de Uruguaiana, o trabalho é executado pelas pessoas da família, entretanto, na maioria dos casos, quem permanece na propriedade é o titular, os produtores têm entre 40 e 50 anos de idade. A esposa e os filhos usualmente estão na cidade. Há um percentual pequeno de sucessão familiar (30% das famílias). Na Emater local há predominância de pecuaristas no sexo masculino, há apenas uma mulher cadastrada como titular desse segmento na instituição. Além das criações, cerca de 80% tem a aposentadoria como renda segura para garantir a manutenção da família. Geralmente não possuem cultivos agrários, além daqueles necessários para auxiliar na manutenção alimentar da sua família, são produtores rurais que tem uma característica bem distinta no modo de conduzir suas atividades rurais. São altamente dependentes das condições ambientais para produção animal. Há predominância do sistema de exploração de pecuária extensiva, com mão de obra exclusivamente familiar, em períodos de sazonalidade admite-se a contratação esporádica de terceiros. Entre as famílias há troca de serviços nas lides de campo (vacinação, castração, por exemplo). A busca por orientação veterinária é eventual, somente quando há casos graves de doenças com algum animal é que há procura por ajuda especializada. Na maioria das vezes, as orientações sobre manejo do rebanho são realizadas pelos técnicos da Emater e a busca por

²³ Quadro: Baseado em Problemas, Políticas, Instrumentos e Atores. SECCHI, Análise de Políticas Públicas, (2016 p. 6).

medicamentos ocorre diretamente nas casas agropecuárias onde se comercializam insumos (ração, vacinas, sal mineral, etc).

Uma questão pertinente é o atendimento dessa empresa de assistência técnica envolvendo atividades de correção da acidez, fertilidade e adubação de solos, que no município tem uma mescla muito grande. Segundo o Museu de Solos do Rio Grande do Sul²⁴ no município é constituído por solos medianamente profundos (1 metro aproximadamente) apresentando cores escuras com tonalidades brunas e acinzentadas. São argilosos, imperfeitamente drenados, muito plásticos e muito pegajosos, com saturação por bases alta, é característica destes solos apresentar horizonte de acumulação de carbonato de cálcio. A maior limitação quanto aos nutrientes diz respeito ao fósforo e potássio que são muito baixos. Para se elevar a produtividade recomenda-se, além da drenagem, adubação de correção com doses elevadas de fósforo e potássio. Porém, de acordo com a Emater escritório de Uruguaiana, na região onde se iniciou o trabalho de melhoramento genético, através da inseminação artificial, predominam solos classificados como “argissolo vermelho”. São solos leves, profundos, com baixa disponibilidade de matéria orgânica, o que resulta em ofertas forrageiras de baixa qualidade – gramíneas cespitosas. A pastagem predominante nesses campos é a de campo nativo, também utilizado o cultivo de aveia e azevém para a alimentação do gado.

2.2 Programa estadual de desenvolvimento da pecuária de corte familiar - PECFAM

A Lei Estadual Nº 13.515, de 13 de setembro de 2010²⁵, que tornou o apoio a esses produtores uma política de Estado, definida no seu Art. 1.º como o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar (PECFAM), com a finalidade de operacionalizar políticas de incentivo ao pecuarista, ao bem estar de sua família, e outras demandas inerentes à atividade.

Essa lei foi regulamentada através do Decreto nº 48.316, de 31 de agosto de 2011, que, no seu Art. 3º, define como pecuaristas familiares os produtores que atendam simultaneamente às seguintes condições:

²⁴ O Museu de Solos do Rio Grande do Sul é o primeiro da América do Sul nesse segmento e foi inaugurado em 1973. Originado por meio de um projeto de ensino-extensão do Departamento de Solos, liderado pelo professor de Pedologia Raimundo Costa de Lemos e financiado pela FAPERGS, este espaço é uma importante ferramenta de apoio ao ensino, pesquisa e extensão. O acervo conta com mais de 120 monolitos de diferentes classes de solos do estado do Rio Grande do Sul, além de rochas, minerais, mapas, quadros e livros relacionados com a Ciência do Solo.

²⁵ Legislação PECFAM, encontrada na Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul em <http://www.fetagr.org.br/index.php?idp=MT,Q4&ids=MTUx>

I – tenham como atividade predominante a cria ou a recria de bovinos e/ou caprinos e/ou bubalinos e/ou ovinos com a finalidade de corte;

II – utilizem na produção trabalho predominantemente familiar, podendo utilizar mão de obra contratada em até cento e vinte dias ao ano;

III – detenham a posse, a qualquer título, de estabelecimento rural com área total, contínua ou não, inferior a trezentos hectares;

IV – tenham residência no próprio estabelecimento ou em local próximo a ele;

V – obtenham no mínimo setenta por cento da sua renda provinda da atividade pecuária e não agropecuária do estabelecimento, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

2.3 Políticas públicas – abordagem multicêntrica

Na abordagem multicêntrica, a política pública não está condicionada somente ao Estado. Para que a execução das atividades ocorra admite-se o protagonismo pluralista dos atores sociais de organizações privadas, no estabelecimento das políticas públicas, foi determinante a doação de sêmen para que os animais conseguissem desenvolver certas características desejáveis através do melhoramento genético, o que foi possível com a participação das cabanhas, bem como outras entidades envolvidas (Figura 2).

Figura 2 - Abordagem Multicêntrica



Com essa referência pode-se afirmar que é observada a existência de vários centros de decisão na formulação da política, a governança atua em parceria com atores privados, conferindo universalidade às políticas públicas. De acordo com BARBOSA (2003 *apud* MARIANI, 2014, p.13) a política busca através de leis, instituições, instrumentos políticos e demais meios legais, físicos e culturais atingir os fins de interesse daqueles aos quais serve, ou seja, atingir os fins e anseios da sociedade, assim o poder político pode ser considerado um poder superior no qual todos podem recorrer para resolver seus conflitos.

No atual contexto político-institucional brasileiro, são vários os atores e processos a serem planejados e articulados na execução de uma política: burocratas a nível de rua, vários e níveis de governo, organizações da sociedade civil (sindicatos de trabalhadores, associações, institutos sociais, movimentos de representação social). Em volta de cada política se dispõem organizações (com seus ativos em forma de recursos materiais e humanos, e instrumentos legais), dispositivos de coordenação, meios de negociação e decisão entre atores (do governo, do sistema político e da sociedade), envolvendo, simultaneamente, atividades de execução, reformulações e tomada de decisão sobre as ações necessárias.

A abordagem multicêntrica, segundo SECCHI (2010), conforme citado por LIMA (2016), considera: “Organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas (*policy networks*), juntamente com atores estatais, protagonistas no estabelecimento das políticas públicas”.

As capacidades técnico-administrativas devem ser observadas nos âmbitos em que os atores governamentais e não governamentais atuam, de forma a identificar falhas, limitações ou até irregularidades nos processos que estão sendo aplicados, visando a transparência e a inclusão de múltiplos interesses no desenvolvimento dos arranjos de implementação. A manutenção e o aperfeiçoamento de análises que se voltem a compreender a formulação e a implementação de políticas públicas como os arranjos instituídos em determinado período, demonstram os espaços de articulação e negociação, que pretendem promover a interação social nos processos de políticas públicas. A descrição dos programas ou políticas busca revelar, primordialmente, seus objetivos, os arranjos político-institucionais que dão sustentação a sua implementação e os resultados alcançados.

Ao propiciar a determinação de implementar uma determinada política pública é consentido, aos interesses existentes no período anterior à tomada de decisão, uma oportunidade para explorar perspectivas para que as políticas multicêntricas possam ser aplicadas no contexto

da administração pública atual. Relativo a esses aspectos, temos a explicar a concepção de FREY (1999) que ilustra :

...referente à fase da percepção e definição de problemas, o que nos interessa é (...) como, em um número infinito de possíveis campos de ação política, alguns '*policyissues*' vêm se mostrando apropriados para um tratamento político e conseqüentemente acabam gerando um '*polycycle*'.

Das diversas observações acerca do envolvimento de atores na execução de políticas públicas que moldam o comportamento das instituições podemos dizer que a delegação para órgãos independentes nacionais, mas também internacionais, passou a ser outro elemento importante no desenho das políticas públicas devido à experiência técnica de seus membros (SOUZA, 2006).

Na montagem da agenda o empreendedor político atua conectando os interesses público e privado em uma ação política visto o entendimento de que a política pública é composta por estágios que possuem características específicas.

2.3.1 O direito e a importância para as políticas públicas

Afinal o que é o direito administrativo? De acordo BUCCI (2002), com é a área do direito que se ocupa do estudo da instituição estatal, em sua vertente executiva. Já o direito constitucional, de acordo com a mesma autora trata da organização do poder e dos direitos dos cidadãos, que devem servir de balizas para o exercício do poder estatal (ainda assim, registre-se que as Constituições recentes, e a brasileira de 1988 não é exceção, descem a detalhes sobre a realização das políticas públicas, como, por exemplo, os Títulos VII, VIII e IX e as Disposições Transitórias da CF).

O direito, como ferramenta de ação na política pública e atuação com as parcerias organizacionais, observa as normas institucionais e os atos jurídicos requeridos de forma a respeitar a legislação vigente, bem como relações de controle entre as partes interessadas. Atua como instrumento que formaliza os atos, visto que em alguns casos definidos o Poder Público passou a ser impelido a acolher manifestações das pessoas privadas como condição à tomada de decisões discricionárias. Isto é observado em casos de parcerias público-privadas, nos programas implementados por diversos atores sociais e que necessitam de mecanismos colaborativos por parte de todos os entes correlacionados.

Em relação a este tema ROSILHO e SUNDFELD (2014, p.53) afirmam que seria impossível conceber um programa de ação governamental sem determinar, de antemão e de forma clara, objetivos, deveres, direitos, competências e sanções. As competências administrativas referem-se à aplicação da lei nos casos concretos de programas e projetos institucionais, incluindo o agronegócio, que precisam da colaboração de todos os entes federativos para sua aplicabilidade, com diretrizes que respeitam as demandas legais.

Os entes tem cooperação de todos nos termos do Art. 23, da Constituição Federal: É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inciso VIII- fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar. O rol de argumentos apontados como limites ao controle de políticas públicas, por via judicial, são sumariados por BUCCI (2002) em duas linhas, uma político-institucional e outra econômica:

I) Argumentos de ordem político-institucional: a) separação de poderes, com base no art. 2º da Constituição Federal; b) déficit democrático do Poder Judiciário; c) limitações técnicas do Poder Judiciário para apreciação das políticas públicas em toda sua complexidade; d) discricionariedade administrativa;

As políticas públicas são, assim, processos decisórios multidisciplinares, que são levados a cabo em ambiente de ação governamental, cuja natureza é fragmentária. No âmbito das políticas públicas, os processos realizados são dependentes de um grau básico de sinergia institucional para que se atinja um mínimo de efetividade de resultado.

II) Argumentos de ordem econômico-financeira - “reserva do possível”: a) Questão da iniciativa das políticas públicas: Poder Executivo (CF, art. 61, § 1º, II, a e b) e Poder Legislativo. (BUCCI, s/d. (b), p. 5).

Vistas como políticas setoriais inseridas numa política de desenvolvimento, essas têm, como fundamento, o próprio conceito de desenvolvimento, processo de elevação constante e harmônica do nível de vida e da qualidade de vida de toda uma população²⁶.

A definição mais rigorosa, sob esse aspecto metodológico, é a de política agrária, como “planejamento ou programa de ação governamental para o setor...”, à qual se somam as noções de “plano” e “atualização e adaptação da legislação [...]”

Segundo BUCCI (1997) há certa proximidade entre as noções de política pública e a de plano, embora a política possa consistir num programa de ação governamental que não se exprima, necessariamente, no instrumento jurídico do plano.

²⁶Processo de causação circular e cumulativa, Professor Fábio Konder Comparato, conceito exposto em aula no curso de Direito do Desenvolvimento no programa de pós-graduação da Faculdade de Direito da USP, no 2º semestre de 1995.

Ainda nesse aspecto, afirma:

A expressão mais frequente das políticas públicas é o plano (embora com ele não se confunda), que pode ter caráter geral, como é o Plano Nacional de Desenvolvimento, ou regional, ou ainda setorial, quando se trata, por exemplo, do Plano Nacional de Saúde, do Plano de Educação etc. Nesses casos, o instrumento normativo do plano é a lei, na qual se estabelecem os objetivos da política, suas metas temporais, os instrumentos institucionais de sua realização e outras condições de implementação. A origem normativa da política pública, mesmo que resulte da iniciativa legislativa do governo, Poder Executivo, é o Poder Legislativo. No sistema constitucional brasileiro, as políticas públicas mais comumente se expressam por meio de leis. Veja-se, a propósito, o artigo 165 da Constituição de 1988, que define os orçamentos públicos como instrumentos de fixação das “diretrizes, objetivos e metas” (§ 1º), além das “prioridades” (§ 2º) da administração pública. O mesmo artigo fala também em “planos e programas”, confirmando a multiplicidade de formas que podem assumir as políticas públicas.

Conforme nos ressalta MARINELA (2017), é importante que a atividade administrativa hoje também possa ser prestada por pessoas que estão fora dessa estrutura da Administração Pública. São pessoas jurídicas sujeitas a regime privado, que prestam serviços públicos (ex: concessionárias ou permissionárias de serviços públicos) ou que cooperam com o Estado na realização de seus fins (ex: entes de cooperação) em razão de diversos vínculos jurídicos.

As políticas públicas são, assim, processos decisórios multidisciplinares, que são levados a concretização em situações que contemplem o envolvimento de ações governamentais e parcerias, cuja natureza é organizada em vários níveis devido a fatores externos, como público alvo, disponibilidade de materiais e recursos materiais e humanos. Os processos realizados são dependentes de um grau mínimo de sinergia institucional para que se atinja, ao menos, um aspecto básico de efetividade de resultado. Essa concepção daria origem à doutrina jurídica do Estado, complementar à doutrina sociológica, que examina o Estado como forma de organização social.

Para promover o resultado que se espera da ação governamental em conjunto com a parceria não governamental, não basta aos formuladores de políticas públicas pleitear quais fins socialmente relevantes deverão ser referenciados de modo a exarar na constituição. A aplicação dos princípios constitucionais, mediadas por juízos de proporcionalidade e razoabilidade, métodos de interpretação, contexto, público alvo, órgãos envolvidos, recursos financeiros privados, procedimentos, gera uma lista igualmente extensa de conclusões viáveis que requerem à escolha de cada caso concreto uma solução eficiente. Limitações parciais, para implementação podem ser encontradas, como a escassez de recursos, tempo, jogos de interesse, entre outros tantos que podem se apresentar.

Outro aspecto a considerar é a engenharia normativa das políticas públicas – ou seja, o modo pelo qual as normas surgem – que é bastante relevante na determinação de seu conteúdo. Há outros fatores, para além daqueles conectados ao plano do texto normativo, que impactam na sua execução. E isto nos permite afirmar o seguinte: a consistência das políticas vem mais da ação contínua dos organismos setoriais aplicadores do que do ordenamento abstrato, ou seja, das normas aplicadas (ROSILHO e SUNDFELD, 2014). Segundo tais autores, não é incomum que os órgãos de controle interpretem políticas públicas de modo a conduzi-las numa ou noutra direção, às vezes forçando novos rumos sequer aventados pelo texto legal. Também não é incomum que o Legislativo – ou qualquer outro organismo dotado de poderes normativos – se sinta provocado pelos órgãos de controle e forneça algum tipo de resposta a suas manifestações, com eles travando uma espécie de “cabo de guerra” institucional.

No que diz respeito às especificidades Emater/RS-Ascar, podemos citar que o direito administrativo proporciona normatização dos programas oficiais de apoio ao meio rural, nos termos de cooperação técnica, chamadas Públicas, licitações, contratos, convênios com a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR)²⁷ e atendimento ao se público alvo nas suas microrregiões administrativas.

2.3.2 Os papéis dos burocratas a nível de rua na implementação das parcerias público-privadas

Deve-se observar às decisões que afetam diretamente uma política pública ou a estrutura de ação em torno dela, como o comportamento discricionário dos burocratas do nível da rua que influencia na distribuição de bens e serviços públicos.

MEYERS e VORSANGER (2010, p.250) atestam a relevância dos trabalhadores de linha de frente salientando que os mesmos são “responsáveis por muitas das atividades centrais dos órgãos públicos, desde a determinação da elegibilidade do programa à alocação de benefícios, o julgamento da conformidade com as normas, a imposição de sanções e a isenção de penalidades a indivíduos e empresas”.

ARRETCHE (2001), afirma que as variações dos cenários de implementação podem fazer com que uma mesma regulamentação ocasione repercussões distintas em virtude da

²⁷ A Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo atua em todo o Rio Grande do Sul, financiando empreendimentos e oferecendo assistência técnica e extensão rural (ATERS) por meio de convênio com a Emater RS/Ascar. Sua abrangência pode ser traduzida por números consolidados durante a gestão 2015- 2018. A dimensão da SDR tendo como base os compromissos firmados para a implementação das políticas públicas e programas de Estado: o Estado investiu R\$ 678,6 milhões, para atender 211 mil agricultores por ano, disponibilizando serviços permanentes.

realidade apresentada. Os papéis dos burocratas a nível de rua que influenciam a etapa de implementação das Parcerias Público Privadas (PPP) e passam pela constituição de arranjos institucionais de parcerias entre os setores público e privado nas ações implementadoras dos técnicos extensionistas.

Outro aspecto a se considerar na implementação é a organização, porque ela influi diretamente nos resultados dos programas governamentais, pois a dinâmica da interação entre ela e seus membros afeta o processo de trabalho e, por conta disso, influencia a quantidade e a qualidade dos serviços por ela prestados (SIMON, 1997; MARCH e SIMON, 1993; CROZIER, 1963; CROZIER e FRIEDBERG, 1977).

Entre os atores institucionais conveniados a uma esfera governamental vemos que a Emater/RS-Ascar apoia a organização dos produtores para inserir parte da sua produção no mercado formal. Neste âmbito os microsistemas (*micro policy systems*) envolvem decisões que geralmente não despertam a atenção do público. Neles são tomadas decisões baseadas em alta complexidade técnica, envolvendo um número bastante reduzido de tomadores de decisão que procuram restringir o acesso de outros participantes (CAPELLA e BRASIL, 2015, p.58).

Tais decisões são tomadas em consideração as necessidades de aplicar novas tecnologias nas propriedades, diminuir custos, modernizar a produção, e, ao mesmo tempo, respeitar a diversidade cultural do público atingido. Esses tomadores de decisão, que são os técnicos extensionistas, aplicam o conhecimento adquirido previamente na instituição a qual são ligados, respeitando a legislação vigente, e de acordo com os recursos disponíveis para procurar resolver o problema encontrado.

2.3.3 A importância da extensão rural e a assistência técnica para o pecuarista familiar

A extensão rural e a assistência técnica, que estão disponíveis como serviço oficial do estado, através de convênio com a Emater RS/ Ascar, procuram promover acessos dialógicos entre produtores familiares e técnicos extensionistas para a execução de processos educativos e técnicos com o intuito de constituir o fortalecimento da agropecuária familiar. Disponibiliza conhecimento ao produtor rural, principalmente ao pequeno produtor, o familiar, que por si só não dispõe de recursos financeiros para promover em seus estabelecimentos a implementação de variáveis tecnológicas e nem a capacitação técnica para aprimorar técnicas de manejo necessárias as novas necessidades de manejo, pois há articulação entre os seus atores governamentais e os da sociedade civil, com o propósito de elucidar adversidades variadas,

entre as quais o de viabilizar novas técnicas de manejo no campo, a fim de alavancar a produtividade e a renda dos produtores agropecuários do segmento familiar, visto que eles acabaram elegendo o manejo da bovinocultura de corte de acordo com as formas estabelecidas historicamente, e os processos mais modernos e requisitados pelo mercado consumidor é implantado lentamente. Neste sentido, um aspecto tecnológico utilizado como ferramenta de trabalho e disseminação de informações é o uso de grupos de *WhatsApp* - aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para *smartphones* utilizado em alguns momentos no público atendido localmente pela instituição oficial implementadora de políticas públicas na região pesquisada.

2.4 A institucionalização da extensão rural no Brasil

Pode-se dizer que a pesquisa agropecuária no Brasil foi estruturada nos moldes do perfil que conhecemos hoje a partir da constituição de instituições envolvidas nesse processo. A experiência pioneira do extensionismo ocorreu em 1948 numa fazenda em Santa Rita do Passa Quatro em São Paulo de responsabilidade da *American International Association (AIA)*, instituição de Nelson Rockefeller²⁸.

No mês de dezembro de 1948 houve um convênio firmado entre Rockefeller e o então governador de Minas Gerais, Milton Campos²⁹, criando a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR). Esse processo deu início a primeira experiência brasileira direcionada para a introdução de novas técnicas de agricultura e economia doméstica, de incentivo à organização e de aproximação do conhecimento gerado nos centros de ensino e de pesquisa aos produtores rurais.

Segundo PEIXOTO (2008), com o início da institucionalização dos serviços de ATER no Brasil, que ocorreu nas décadas de 1950 e 1960, através da criação de Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR) nos estados, estas eram entidades civis, sem fins lucrativos, que prestavam serviços de extensão rural e elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito junto aos agentes financeiros. Eram coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), criada em 21/06/1956, entidade de caráter privado que congregou todas as ACARs segundo um modelo centralizado e vertical de orientação (CAPORAL, 1998).

²⁸ OLIVEIRA, Mauro Marcio. "As circunstâncias da criação da Extensão Rural no Brasil". In: Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v.16, n. 2, p. 97-134, maio/ago, 1999

²⁹MENDONÇA, Sonia Regina de. Relatório para o CNPq, 2010, p. 30

A expansão da ACAR no território nacional propiciou a institucionalização efetiva de um serviço de ATER no país.

A ACAR pioneira, direcionada para a introdução de novas técnicas de agricultura e economia doméstica, foi criada em Minas Gerais, em 06 de dezembro de 1948, essa associação, que tinha como símbolo o Jipe, possuía equipes de trabalho em municípios de Minas Gerais, que prestavam assistência técnica aos agricultores que a solicitassem³⁰. Nas duas décadas seguintes as demais ACAR foram surgindo em cada estado.

Em 1954, de acordo com o governo norte-americano, que criou o Projeto Técnico de Agricultura (ETA) em cada estado, para cooperação técnico-financeira e para execução de projetos de desenvolvimento rural, entre os quais a coordenação nacional das ações de extensão rural. Foram criadas vinte e três ACAR até 1974 e, em conjunto com a ABCAR, em 21/06/1956, formando o então chamado Sistema ABCAR, também conhecido e tratado na legislação como Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBER)³¹.

O Decreto nº 50.622, de 18 de maio de 1961³², de acordo com o Art. 1º, declarou como sendo de utilidade pública, nos termos do art. 1º da Lei nº 91 de 28 de agosto de 1935, e artigo 1º, "*in fine*", do Decreto número 10.517 de 2 de maio de 1961, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR, e as seguintes Associações à mesma filiadas: Associação de Crédito e Assistência Rural - ACAR; Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo - ACARES; Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina - ACARESC; Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural - ANCAR; Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - ASCAR; Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná - ACARPA; Associação de Crédito e Assistência Rural do Rio de Janeiro - ACAR-RJ e Associação de Crédito e Assistência Rural de Goiás - ACAR-Goiás com sedes respectivamente, nas Capitais dos Estados Guanabara, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e Goiás. O Decreto nº 50.632, de 19 de maio de 1961³³, disciplinou a assistência financeira da União à ABCAR, e a reconheceu como coordenadora do Sistema de Extensão e Crédito, coordenadora do Sistema de Extensão e

³⁰Biblioteca IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=449935>

³¹ PEIXOTO, M. Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação. Texto de Discussão 48, Brasília, out. 2008. 50 p. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/5_publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao/view>. Acesso em: 21 abr. 2019.

³² Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50622-18-maio-1961-390480-publicacaooriginal-1-pe.html>

³³ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50632-19-maio-1961-390151-publicacaooriginal-1-pe.html>

Crédito Supervisionado no País, e as Associações Estaduais, a ela filiadas, são reconhecidas como órgãos de cooperação com governo Federal. Após a criação da EMBRATER, em 1977 foi criada a EMATER no Rio Grande do Sul, desencadeando um processo de incorporação da ASCAR/RS à EMATER/RS.

A EMBRATER foi efetivamente criada pelo Decreto nº 75.373, de 14 de fevereiro de 1975, que regulamentou a Lei nº 6.126/74. Tendo as estruturas das ACAR sido ano a ano absorvidas pelos estados e criadas empresas ou outras estruturas governamentais de assistência técnica e extensão rural (EMATER), o Sistema ABCAR (ou Siber) transformou-se no Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER). O novo nome do Sistema, que incorporou o termo 'Assistência Técnica', foi empregado pela primeira vez somente no art. 7º dos Estatutos da EMBRATER, fixados pelo Decreto nº 75.373/75, nele próprio tendo sido usado, no art. 6º, ainda a denominação anterior. O SIBRATER passou a agregar também organizações não estatais de ATER. A estrutura da ABCAR foi absorvida pela EMBRATER, localizada no Ministério da Agricultura, cuja função principal era fomentar e integrar o SIBRATER, sobretudo através da capacitação de extensionistas e repasse de recursos de programas federais de apoio ao setor rural. (PEIXOTO, 2008).

Também nos relata Peixoto (2008) que a Embrater foi suprimida pelo Decreto nº 99.192, de 15 de março de 1990. Em 1955, sobreveio a constituição do terceiro Serviço de Extensão, com a qualificação de Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural, – ASCAR, que estabeleceu seus trabalhos a partir de 1965, e em 1980 passou a atuar de forma conjunta com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), originada em 1977. De 1955 a 1960, os serviços de Extensão Rural, no âmbito estadual, consoante se vê no Convênio, de 07 de julho de 1955, aprovado pelo Decreto Legislativo Estadual nº713, de 10 de dezembro do mesmo ano.

As regulamentações implementadas, de acordo com a Lei Federal nº 91, de 28.08.35 e Decreto Federal nº 50.517, de 02.05.61, a ASCAR foi declarada entidade de "Utilidade Pública", de âmbito nacional, de acordo com o Decreto Federal nº 50.662, de 18.05.61. A ASCAR, também, foi declarada de Utilidade Pública, no âmbito Estadual, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, conforme Decreto nº 14.270, de 26.10.62, uma vez que sua situação abrangia os requisitos exigidos para esse fim, pelo Decreto Lei nº 1.130, de 24.07.46, regulamentado pelo Decreto nº 3.565, de 15.10.52.

Foi decidido pelo Conselho Superior, em reunião realizada em 27 de janeiro de 1970, conforme registro efetuado na ATA nº 38 (trinta e oito), lavrada às fls.13 (treze), a 27 (vinte e sete), do livro próprio número 3 (três), os Estatutos Sociais, então vigentes, foram reformados, ficando preservados intactos, na nova feição, os dispositivos dos instrumentos modificados que

serviram de base para o assentamento das vantagens e prerrogativas já concedidas pelos órgãos governamentais³⁴.

Por meio da Resolução Deliberativa nº 51, de 18 de dezembro de 1980, foi irresoluto o processo de finalização da ASCAR e determina um Protocolo de Operacionalização Conjunta com a EMATER/RS. Este processo promoveu a organização administrativa das atividades das duas entidades, sem alteração da constituição básica de qualquer delas, que passariam a desenvolver seus empreendimentos sociais de forma solidária e justaposta, mediante uma administração em prol de atividades em comum, no entanto remunerado por uma só das suas partes, ou seja, pelos recursos financeiros repassados à EMATER/RS.

A principal razão pela qual foi decidida a manutenção do *status quo*, preservando a existência da ASCAR, paralelamente à EMATER/RS, que se propunha a incorporá-la, residiu no fato da última não ter condições de obter, para si, seja de que forma fosse, as mesmas prerrogativas, vantagens e isenções conferidas à primeira, em razão das mesmas constituírem direitos adquiridos pela primeira e garantidos enquanto ela implementasse as exigências legais, pertinentes à espécie, baseadas nas quais lhe foram reconhecidas, sem a faculdade, porém, de transferi-los a outra entidade, embora esta se propusesse a incorporar e a suceder a beneficiada executando nas mesmas condições a finalidade estatutária assistencial que é comum a ambas entidades.

De acordo com esta modalidade de atuação, cada uma das partes que a integram mantém sua independência organizacional, embora ambas realizem seus trabalhos em inteira cooperação, visando ao melhor aproveitamento de recursos e técnicas em benefício do desenvolvimento da produção e da produtividade agropastoril, em como da melhoria de condições de vida das populações rurais de nosso Estado.

De acordo com a Emater/RS e a Ascar, as entidades constituem-se em duas instituições de direito privado que atuam conjuntamente por força de Protocolo de Operacionalização e conforme os seus estatutos que albergam o Protocolo de Operacionalização Conjunta, não se subordinam a procedimentos do direito administrativo exigidos no que se refere a contratações seja de empregados seja na aquisição de bens ou contratação de serviços destinados à consecução de seus objetivos estatutários e ao cumprimento de suas obrigações contratuais ou conveniadas. Apenas por liberalidade administrativa, se utilizam de sua prerrogativa de plena

³⁴ Comissão de Representação Externa para Tratar da Situação da EMATER/RS Memória da ASCAR e da EMATER/RS 2011– (p. 9 a 14)

liberdade constitucional, adotando em determinadas situações por conveniência e oportunidade, alguns dos dispositivos previstos em legislação dirigida aos entes públicos.³⁵

A Emater³⁶, desde o início dos anos 80 articula avanços em pedagogias mais dialógicas.

Em 1986/87, quando surgiu o movimento "Repensar da Extensão Rural", se propôs a refletir criticamente sobre o papel que a extensão vinha desempenhando no processo de desenvolvimento da agricultura gaúcha. Especificamente a partir de 1995, a entidade procurou apropriar-se de metodologias participativas, buscando assessorar-se para a capacitação de temas como Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), assim chamado na época e estudos de cadeias. A partir daí, especialmente no período 1999 a 2002, a Instituição intensificou sua postura participativa, encorajando seu corpo técnico a desenvolver metodologias, em que a produção do conhecimento e das tecnologias disponibilizadas ao público beneficiário da ATER fossem construídas de forma aberta e coletiva, consolidando uma nova consciência de realidade e de oportunidades de diagnósticos, planejamento e avaliação de processos e mudanças³⁷

Devido a Portaria nº45, de 21 de março de 2017³⁸, o Ministério do Desenvolvimento Social entregou, no dia 30 de março de 2017, a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), concedido à ASCAR/EMATER do Rio Grande do Sul, conveniada da Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, este documento foi renovado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário por três anos. O documento reconhece a filantropia da entidade e a isenta do pagamento de contribuições sociais.

2.4.1 Lei geral de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural)

A Lei 12.188/2010³⁹, cuja formulação e supervisão são de competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA⁴⁰, instituiu formalmente a Política Nacional de ATER -

³⁵ Idem item 19

³⁶ Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural.

³⁷ Diretrizes para a Ação Extensionista na EMATER RS/ ASCAR, 2011, p.22.

³⁸ Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos/cebas.pdf>

³⁹ Art. 2o Para os fins desta Lei, entende-se por:

I - Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER: serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais; II - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP: documento que identifica os beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF; e III - Relação de Beneficiários - RB: relação de beneficiários do Programa de Reforma Agrária, conforme definido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

⁴⁰ 2016 - Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, altera e revoga os dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, extinguindo o MDA e transferindo suas competências para o Ministério do Desenvolvimento Social.

Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER que representa o reconhecimento formal e legal que os serviços de ATER que são referidos à agricultura familiar e trabalham com princípios e diretrizes voltados para o desenvolvimento sustentável rural, a participação social, a produção de base agroecológica e a qualificação das políticas públicas, entre outros. Além disso, a Lei alterou a forma de atuação do Governo Federal na ATER, instituindo as chamadas públicas e os contratos dessa natureza como os instrumentos de oferta de serviços desse segmento aos agricultores familiares. Com isso, o Governo Federal padronizou sua forma de atuação nesse ramo, instrumentalizou suas iniciativas e tornou a ATER mais efetiva junto aos agricultores.

2.4.2 A Emater RS/Ascar

A Assistência Técnica e Extensão Rural ATER são competências regimentais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), consonante a Lei nº 10.683/2003, e o Decreto nº 8852/2016, que constitui a estrutura regimental deste ministério. Desta forma, é incumbência da Coordenação Geral de Assistência Técnica e Extensão Rural (CGATER), qual está vinculada ao Departamento de Integração e Mobilidade Social (DIMS), da Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo (SMC) coordenar, planejar, implementar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de projetos, programas e atividades relativos a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) .

Para estes fins, a CGATER/DIMS/SMC, por meio de transferências voluntárias para empresas públicas e privadas sem fins lucrativos estabelece parcerias institucionais (celebração de convênios, termos de execução descentralizada, e outros instrumentos de parceria congêneres). A Emater RS/Ascar apoia os produtores através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outros processos que atingem distintos atores sociais beneficiados. Esse programa é operacionalizado com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD), antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e com os recursos orçamentários dos diversos órgãos da administração federal que compram alimentos como hospitais,

-2016- Decreto nº 8.780, de 27 de maio de 2016, transfere as competências do MDA, que estavam com o MDS, para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - Casa Civil da Presidência da República. -2019- Decreto nº 9.667, de 2 de janeiro de 2019, transfere as competências da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, até então da Casa Civil da Presidência da República, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que passa a ter em sua estrutura organizacional a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo.

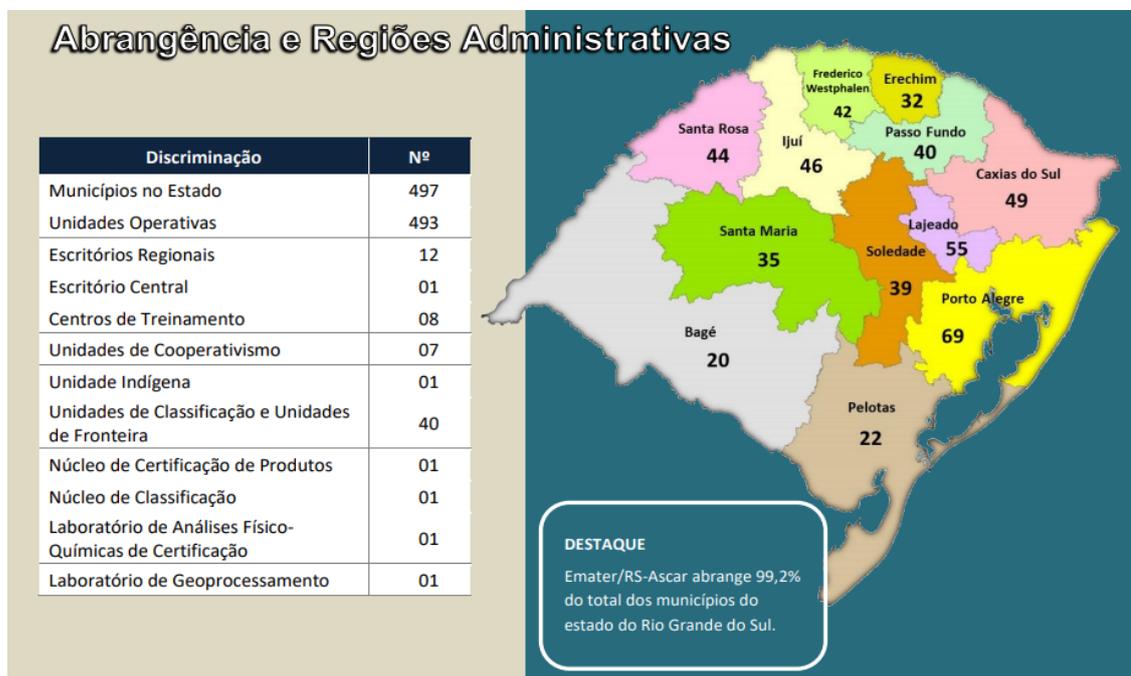
universidades, institutos federais de educação e as forças armadas. Deve-se considerar as diretrizes do PAA, que são definidas através de um grupo gestor, coordenado pelo MDS e composto por mais cinco ministérios.

A Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater/RS, Pessoa Jurídica de Direito Privado, é conveniada com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR). Esta entidade tem o objetivo de promover o desenvolvimento rural através da assistência técnica e extensão rural e social, de acordo com o previsto no art. 186 da Constituição Estadual, da Lei Estadual nº 14.245/13, do Decreto Estadual nº 51.565/14 e da Lei Estadual nº 14.755/15 – PPA (referente a 2016 até 2019).

Visando alcançar esse objetivo, os atores, tendo como prioridade o fortalecimento das economias de base familiar e cooperativa, conjugando melhoria de renda, qualificação tecnológica e sustentabilidade social e ambiental, através da Assistência Técnica e Extensão Rural e Social, de acordo com a legislação supracitada, complementam esforços e cooperação técnica, entre o Estado, através da SDR, e a Emater/RS.

Essa entidade possui uma grande abrangência geográfica no estado do Rio Grande do Sul nos municípios atendidos, ofertando, entre outros serviços, classificação de sementes e análises físico químicas (Figura 3).

Figura 3 - Abrangência e Regiões Administrativas



A Lei nº 13.922, de 17 de janeiro de 2012, estabelece a política estadual para Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária – Compra Coletiva/RS.

O decreto nº 50.305, 08 de março de 2013, criou o Programa Gaúcho de Compras para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar e da Economia Solidária, que permite ao estado efetuar compras dos agricultores familiares e de seus empreendimentos para os órgãos da Administração Estadual.

O artigo 6º define: “A Compra Coletiva/RS, para atingir os objetivos e diretrizes estabelecidos nesta Lei, poderá também reservar percentual de, no mínimo, 30% nas compras realizadas pela Administração Direta e Indireta do Estado para aquisição de bens e de serviços provenientes da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária”⁴¹.

Dados registrados pela Emater RS em 2017 apontam que a entidade abrange 99.2% do total de municípios existentes no Rio Grande do Sul. Seu corpo funcional⁴² é composto no total de 2.206 empregados, sendo 318 no escritório central, 210 nos escritórios regionais (145 extensionistas e 65 no apoio administrativo) e 1.557 nos escritórios municipais (1.344 extensionistas e 213 no apoio administrativo).

O quadro 8 apresenta a capilaridade de regiões administrativas da Emater/ RS, no qual pode-se observar as regionais e o número de escritórios municipais. Vale ressaltar que o escritório de Uruguaiana pertence à Regional de Bagé.

Quadro 8 – Capilaridade

Regiões Administrativas	Escritórios Municipais
Regional de Bagé	20
Regional de Caxias do Sul	49
Regional de Lajeado	55
Regional de Passo Fundo	40
Regional de Pelotas	22
Regional de Porto Alegre	69
Regional de Santa Maria	35
Regional de Santa Rosa	44

⁴¹ Disponível em: <http://www.EMATER.tche.br/site/area-tecnica/apoio-a-gestao-e-producao/comercializacao.php#.XLzoX-hKjIU>

⁴² As admissões são realizadas sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, perante processo seletivo externo.

(continuação)

Regional de Erechim	32
Regional de Ijuí	46
Regional de Frederico Westphalen	42
Regional de Soledade	39

Fonte: EMATER. Rio Grande do Sul/ASCAR. Relatório de atividades 2017

2.4.3. Emater/RS Ascar – regional Bagé RS

Segundo a Emater/RS estão localizados os maiores municípios em extensão do Estado, com baixa densidade demográfica no campo e grande percentual de população urbana. Na totalidade são 20 municípios (Aceguá, Alegrete, Bagé, Barra do Quaraí, Caçapava do Sul, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra, Itacurubi, Itaqui, Lavras do Sul, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana) que apresentam cerca de 80% das propriedades rurais com menos de 200 ha, correspondente a 20% da área total. A economia da Região se respalda na produção primária de carne, lã, leite e na cultura do arroz. Também é relacionado o plantio da soja e do sorgo, a fruticultura, a olericultura, a apicultura e a piscicultura.

Ainda há o relato que a Emater/RS-Ascar de Bagé assiste aproximadamente 12 mil famílias de agricultores familiares, 10 mil famílias de pecuaristas familiares, três mil famílias de agricultores assentados, 400 famílias de pescadores artesanais, 128 famílias quilombolas e 10 famílias indígenas. Na pecuária, Aceguá, Bagé, Caçapava do Sul, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra, Lavras do Sul) apresentam 12,2% do rebanho de ovinos do Estado, sendo 9,1% de bovinos e 10% de equinos, e são responsáveis por 15,9% da produção estadual de lã.

Os principais eixos estão nas seguintes atividades: pecuária familiar, bovinocultura de leite, florestamento, fruticultura, reforma agrária, gestão ambiental e promoção social.

2.4.4. Emater escritório de Uruguaiana RS

As ações de assistência técnica e extensão rural realizadas pelo escritório da Emater Uruguaiana são executadas, nesse município, através da implementação de programas governamentais estratégicos e, também, projetos em parcerias com outras entidades. Nesse aspecto podemos considerar a importância da colaboração de empresas locais que atuam

significativamente para proporcionar desenvolvimento rural sustentável⁴³ e social com a adesão dos produtores familiares na articulação desses processos práticos e de pesquisa. Não podemos deixar de relacionar que foi através do início da pesquisa agropecuária que o setor tornou-se capaz de fomentar a capacidade de gerar novas oportunidades de crescimento, tanto na produção de alimentos para uma sociedade cada vez mais industrializada, como na articulação de parcerias, e que procuram criar produtos com qualidade e preços compatíveis com o mercado de consumo, com ênfase de buscar novas tecnologias que tornem o processo produtivo cada vez mais eficaz.

A finalidade do aumento dos padrões educativos nas atividades agropecuárias no Estado do Rio Grande do Sul está em sintonia com as pesquisas que vem sendo realizadas pelos órgãos afins existentes, e procuram ser ferramentas colaborativas com o meio a que são propostas. No que diz respeito as abordagens que destacam o papel do conhecimento e procuram atender os anseios dos atores empreendedores na área de atuação, considerando-se as principais culturas e criações, temos estratégias para viabilizar um processo de cooperação com outros atores sociais, incluindo aí a iniciativa privada como nesse caso as cabanhas fornecedoras de material genético. O intuito é estimular o desenvolvimento econômico, social e ambiental regional, através do fortalecimento ou implementação de atividades que tornem às cadeias produtivas dos produtos produzidos mais eficientes e estimular o surgimento de novos empreendimentos, aumentar sua zona de influência e expandir seu capital para atender aos mercados nacional e internacional.

Para atingir os objetivos propostos deverão ser mantidos parcerias para a implantação do processo institucional norteador das ações. A nível governamental podemos diagnosticar que documentação legislativa disponibilizada, seja a nível interno, seja à nível das cartilhas e publicações feitas para o público alvo da extensão rural, retrata a importância do planejamento das propriedades de forma integrada as necessidades de assistência técnica qualificada e do crédito rural para promoção de melhorias materiais e foco no trabalhador rural e sua família, dentro do que podemos denominar sucessão familiar.

⁴³ Segundo o Ministério do Meio Ambiente o objetivo do desenvolvimento rural sustentável é incentivar o uso adequado da terra e dos recursos naturais, seja nas áreas de agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária, Terras Indígenas ou Comunidades Extrativistas, nas Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD) e nas áreas de produção agropecuária de tipo patronal/empresarial de grande escala.

3 RESULTADOS

Para garantir os encaminhamentos de assistência técnica e extensão rural, necessários a cada núcleo familiar, os profissionais extensionistas fazem um diagnóstico da propriedade e das operações em andamento nas visitas que são realizadas. Desta forma foram identificadas as principais atividades que podem ser desenvolvidas dentro das possibilidades existentes. As ações vão desde o saneamento básico, ações de qualidade de água, ações de bem-estar social, melhoria dos arredores, implantação de hortas domésticas para garantir segurança e soberania alimentar das famílias, além de acesso a documentação pertinente a sua atividade e políticas públicas que possam alcançar as práticas familiares de trabalho desses atores.

3.1 Entrevista semiestruturada

Inicialmente a obtenção dos dados sobre os produtores rurais do segmento da pecuária familiar de bovinos de corte foi por meio de entrevistas semiestruturadas com o técnico extensionista Emanuel de Deus Torres, no escritório municipal de Uruguaiana no ano de 2019. As informações sobre as características das 109 famílias existentes foram relatadas por este profissional que atuou como burocrata de nível de rua na implementação do processo estudado. Esse aspecto foi importante para verificar o posicionamento institucional sobre o público que tem como encaminhamento o melhoramento zootécnico do rebanho bovino e trabalham somente com bovinocultura de corte pela segmentação de suas próprias características.

Segundo ele as políticas, programas e ações em prol da categoria, apresentam processos que visam o desenvolvimento local integrado e sustentável e o trabalho de melhoramento tem várias formas de ocorrer. No modelo tradicional ocorre de maneira mais lenta, com a seleção de indivíduos do rebanho, outros modelos incluem a compra de animais novos e introdução de reprodutores com características melhoradoras, desejáveis daquelas identificadas nos rebanhos apropriados em consonância com o mercado consumidor.

Outra forma encontrada é por intermédio da inseminação artificial, através do acesso a genética superior, utilizando sêmen de touros comprovados para realizar o melhoramento genético. Todos os modelos citados são utilizados pelos atores pesquisados. Nesse período abrangido, entre outras intervenções, a instituição deu apoio a comercialização de bovinos para 20 produtores e como resultado houve a venda de 117 cabeças de gado.

Outro aspecto contemplado foi a implantação e manejo de forrageiras para 25 produtores abrangendo 129 hectares. Nas áreas onde as pastagens eram degradadas a produtividade era baixa, e a correta assistência técnica adequou a necessidade de alinhar a produção de forrageiras com o quantitativo de cabeças de gado. A recomposição do solo e o aumento da produtividade através do uso de boas pastagens é uma meta que vem sendo buscada cada vez mais para que o animal expresse todo o seu potencial genético de produção. Na figura 4 é demonstrado a recuperação do solo e o sistema de lotação rotacionada de bovinos. A prática de verificação é baseada na altura da planta, a pastagem é dividida em piquetes e cada piquete é utilizado por vez, sendo determinados os períodos de ocupação. O manejo pela altura permite que o animal consuma a forrageira na sua melhor relação quantidade x qualidade.

Figura 4 - Sistema de Pastejo



Fonte: Emater RS/Ascar - escritório Uruguaiana

Com intuito de melhorar a qualidade dos terneiros, os presidentes das associações de raças (Hereford e Braford e Angus e Brangus) ofereceram sêmen dos reprodutores das cabanhas para inseminar as matrizes dos pecuaristas familiares, afim de melhorar o padrão do rebanho. Na figura 5 é apresentada a diferenciação de um rebanho Angus, com um padrão em todos os

animais que apresentam rendimento maior, com um maior quantitativo de bezerros e quilos alcançados em cada hectare e outro com animais heterogêneos (gado mestiço). Demora em média três anos para alcançar o resultado desse processo qualitativo dos animais envolvendo vários procedimentos: insumos (assistência técnica, fertilizantes, suplementos, equipamentos, sementes de forrageiras, vacinas e medicamentos, serviços veterinários e materiais genéticos), produção (cria, recria, engorda e descarte), Processos (inspeção sanitária, comercialização (varejo) e Adequação ao mercado consumidor (tipificação de carcaças).

Figura 5 - Animais Padrão da raça e mestiços



Fonte: Emater RS/Ascar - escritório Uruguaiana, 2019

O processo de inseminação artificial, que transcorreu no período de 2017 e 2018, decorrente de um projeto piloto, ocorreu pelo conhecimento que os técnicos extensionistas possuem das condições do público (infraestrutura, mão de obra, acesso, etc.) e enquadramento nos critérios dos programas, por facilidade de acesso e infraestrutura disponível para realizar os trabalhos. Essa parceria que fez parte dos atendimentos institucionais do período foi realizada

com a proposta do empreendimento social com início na cabanha Touro Passo⁴⁴, que é uma empresa rural com especialização na pecuária de corte, distinguindo-se pela aplicação de critérios específicos para o aperfeiçoamento genético em seus programas de seleção genética. O produtor responsável disponibilizou a doação de sêmen de reprodutores qualificados para a instauração do trabalho de melhoramento zootécnico dos rebanhos dos pecuaristas familiares.

No segundo momento aconteceu a participação do representante da Associação de Angus e Brangus, com a mesma proposição. Após o acesso as doses de sêmen, foi solicitado o apoio da Agência de Desenvolvimento de Uruguaiana – ADU - vinculada a Associação Comercial e Industrial de Uruguaiana para aquisição dos equipamentos necessários (botijão, pipetas, termômetros etc.). A mão de obra técnica foi a de um médico veterinário, devido a utilização de hormônios específicos para sincronização do cio das reprodutoras, o método utilizado foi a Inseminação Artificial em Tempo Fixo – IATF, pois proporcionou que todas as vacas do rebanho destinadas ao projeto da mesma propriedade fossem servidas numa mesma data. Neste processo, o produtor pagou 30% do custo e a ADU custeou 70% do restante do valor cobrado pelo profissional.

O trabalho de inseminação deste projeto foi realizado por um médico veterinário específico, com 2 atendimentos em 2017, 13 animais inseminados e 4 atendimentos em 2018, 76 animais inseminados num total de 6 famílias beneficiadas, com taxa de prenhez de 70%. Este profissional possuía os equipamentos para realizar avaliação ultrassônica das condições sanitárias dos animais, assim como a atribuição de utilização de hormônios nas fêmeas. A maioria das matrizes eram cruzadas, sem definição, pois havia entre elas muita genética zebuína. Após serem inseminadas, passados 60 dias, estas matrizes foram avaliadas por ultrassonografia afim de atestar a garantia da prenhes. Nos casos positivos aguardou-se até o final da gestação, nos casos negativos, incorreu-se em outros procedimentos de manejo. O parto voltou-se de ocorrência natural, recorridas de acompanhamento diário pelos produtores, que tiveram capacitação para prestar serviço de inseminação artificial aos vizinhos, o que serviu para promover a independência, a continuidade e a ampliação do programa, com o intuito de padronizar o rebanho nas pequenas propriedades.

Estes produtores que participaram do programa em específico não acessaram recursos do crédito rural – por opção. As fêmeas oriundas do projeto piloto, já com melhoras genéticas,

⁴⁴ A missão da CABANHA TOURO PASSO® é a multiplicação de animais com biotipo adaptado ao clima quente, conforme proposto no novo "Padrão Racial Hereford para o Brasil", desenvolvido pelo seu sócio-fundador, Ricardo P. Duarte, e adotado pela Associação Brasileira de Hereford e Braford, com registro no Ministério da Agricultura.

foram retidas na propriedade para que substituam as vacas velhas, os machos também foram comercializados em escritórios de compra e venda particulares situados no município e, em alguns casos, escritórios de outras cidades. Outra oportunidade em que ocorreu a efetivação de vendas de animais melhorados foi durante as feiras de outono e primavera que ocorrem no parque de Exposições Agrícola e Pastoril com estimativa anual de 80 terneiros comercializados, e historicamente 20% dos os animais de descarte (vacas velhas). Nos demais casos a melhoria genética do rebanho ocorreu de forma mais lenta, devido a substituição progressiva do rebanho por animais de melhores características comerciais e voltados a necessidade deste segmento.

Os demais processos, que acontecem em sequência dos atendimentos efetuados, ainda estão sendo acompanhados pela entidade extensionista e neles ocorrem variados tipos de melhoramento genético de bovinos (seleção dos melhores animais produtores dentro da propriedade, programas de cruzamento de raças por entidades externas, inseminação artificial, descarte de animais, compra de animais novos e touro melhorador), no ciclo pesquisado teve uma abrangência variada desse processo. Os proprietários são cadastrados e orientados pela Emater, que trabalha em parceria com a Prefeitura de Uruguaiana, que mantém o aporte financeiro que paga o aluguel do local em que a instituição se localiza, e em algumas situações colabora com o preparo do solo para plantação de pastagens. Nesse processo coletivo, o objetivo principal da Assistência Técnica e Extensão Rural e Social (ATERS) é a realização de prestação de serviços aos produtores locais com diversos parceiros.

Um aspecto considerado foi a dificuldade para a operacionalização do questionário destinado aos pecuaristas familiares, pois eles não possuem o hábito de utilizarem ferramentas da internet que pudessem propiciar agilidade a pesquisa. Uma das possibilidades foi a de enviar o questionário por e-mail, mas foi descartada após conversa com o extensionista da instituição, por não considerar o meio adequado, em virtude da amostra de pecuaristas necessária para coleta de dados não ter o hábito de utilizar esse recurso. As inquirições foram formuladas pensando em caracterizar os aspectos técnicos da atividade, após considerações foi decidido pela aplicação da pesquisa durante as visitas dos técnicos as propriedades. Esse método foi contemplado pela facilidade de acesso aos produtores que a instituição tem, mesmo assim por dificuldades oriundas de aspectos internos da agenda de visitas foram realizados 31 encontros com essa finalidade, efetivados por técnicos e estagiária.

3.2 Relatório institucional 2017-2018

De acordo com o quadro 9 o planejamento inicial do período era de o escritório local atender 105 produtores, mas devido ao enquadramento durante as visitas de campo integraram-se mais quatro famílias aos atendimentos da instituição totalizando 109 pecuaristas familiares de bovinos de corte, que tiveram participação nos processos de melhoramento genético do rebanho, um aumento de 3,80% nos atendimentos no período. Das 13750 cabeças de bovinos, 5918 tiveram a participação nos processos extensionistas, que ocorreram de forma variada devido a heterogeneidade do rebanho nas propriedades rurais. Como os números dos quantitativos não tiveram uma variação significativa de um ano para o outro não foram computados no relatório institucional, o que denota que os produtores estão trabalhando com a capacidade máxima do seu atual sistema de produção e para que possa haver alterações há necessidade de mudanças no método de criação dos animais.

Quadro 9 - ATER – Pecuaristas familiares em Uruguaiana RS, no período compreendido entre 2017-2018

ATER pecuaristas familiares em Uruguaiana RS 2017/2018	
Características dos Processos	Unidades
Número total de pecuaristas familiares no município e rebanho total pertencentes a esse público.	250 Produtores (as)
	13750 Cabeças – bovinos
	17500 Cabeças – ovinos
PLANEJAMENTO Número total de pecuaristas familiares e rebanho de bovinos e ovinos a serem assistidos pela ATERS, no município, com esse público.	105 Produtores (as)
	5770 Cabeças – bovinos
	8400 Cabeças – ovinos
Manejo convencional do rebanho – Bovino	108 Produtores (as)
	474,68 Toneladas (peso vivo)
	5.934 Cabeças
Ações com pecuaristas familiares	113 Famílias
EFETIVADOS Melhoramento Genético Bovino	109 Produtores (as)
	5.918 Cabeças
Apoio à comercialização - Pecuarista Familiar	20 Produtores (as)
	117 Cabeças – bovinos
	261 Cabeças – ovinos

Fonte: EMATER Escritório Municipal de Uruguaiana– adaptado pela autora

O quadro 10 apresenta o número de profissionais da Emater Escritório Uruguaiana RS (2017-2018). Os extensionistas rurais são voltados ao atendimento técnico e administrativo para promover a estruturação de sistemas de produção e torná-los sustentáveis. Esses profissionais fazem atendimento na instituição e há atendimentos nas propriedades de acordo com a disponibilidade orçamentária, agendamentos disponíveis e capacidade de atendimento.

Quadro 10 - Número de profissionais da EMATER / Escritório Uruguaiana RS nos anos de 2017 – 2018

Distribuição dos profissionais segundo a formação	Cargo	Nº de profissionais
Pedagogo	ERNM- bem estar social	01
Zootecnista	ERNS- zootecnista	01
Técnico em agropecuária/processos	ERNM-técnico em agropecuária	01
Engenheiro agrônomo	ERNS-agrônomo	01
Magistério/processos gerenciais/pós	Auxiliar administrativo	01
Total		05

Fonte: EMATER Escritório Municipal de Uruguaiana

Outras atividades mencionadas no quadro 11, apresentado a seguir, são parte das atuações no cotidiano de assistência técnica e extensão rural, são parte integrante nas operações relacionadas aos atendimentos a esses atores, esses processos possuem características próprias e muitas delas são correlacionadas a manutenção da criação de pecuária bovina na propriedade.

A Prefeitura Municipal; Banco do Brasil; Colégio Agrícola Municipal; Sindicato Rural; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Associação da Juventude Rural de Uruguaiana (AJUR); Agência de Desenvolvimento de Uruguaiana (ADU); Cooperativa dos Produtores de Leite da Fronteira Oeste (COOPROLEFO); Inspeção Veterinária; MDA e INCRA. Segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional a soberania alimentar é um princípio crucial para a garantia de segurança alimentar e nutricional e diz respeito ao direito que tem os povos de definirem as políticas, com autonomia sobre o que produzir, para quem produzir e em

que condições produzir. Essa diretriz vem ao encontro das outras atividades extensionistas promovidas por essa entidade.

Quadro 11 - Outras atividades ATER em Uruguaiana RS, nos anos de 2017-2018

Outras atividades ATER em Uruguaiana RS 2017/2018	
Segurança e Soberania Alimentar	
Características dos Processos	Unidades
Número total de famílias a serem assistidas pela ATERS, nesta atividade	370 Famílias
Produção para autoconsumo – convencional	356 Famílias
Olericultura (que não as específicas)	
Características dos Processos	Unidades
Número total de produtores (as) na atividade e área cultivada total no município	95 Produtores (as)
	90 Hectares
Solos	
Lotação de animais controlada na integração lavoura pecuária	110 Produtores (as)
	6.608 Hectares
Bovinocultura de Leite	
Número total de produtores (as), de vacas leiteiras e respectiva produção no município	65 Produtores (as)
	2.050.200 Litros de leite
	670 Cabeças
Gestão Ambiental	
Emissão do Cadastro Ambiental Rural (CAR) ⁴⁵	45 Famílias
	45 Propriedades
Acesso às Políticas Públicas, a Direitos Sociais e Socioassistenciais	

⁴⁵ Criado pela Lei 12.651/12, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, formando base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais. O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é gratuito. Essa condição é garantida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que capacitou mais de 30 mil pessoas em todo o Brasil para auxiliar os proprietários rurais. Aqueles que não têm acesso à internet ou sentem dificuldade para realizar o cadastro pelo site (www.car.gov.br) podem procurar sindicatos, cooperativas e secretarias de Meio Ambiente e Agricultura de sua cidade para receber apoio.

Emissão e renovação de DAP ⁴⁶	20 famílias
--	-------------

Fonte: EMATER Escritório Municipal de Uruguaiana– adaptada pela autora

3.3 Pesquisa de campo

Como consideração inicial notamos que todos os pecuaristas da nossa amostra, de acordo com os questionários avaliados, são do sexo masculino, foi informado pela instituição local que há apenas um cadastro do sexo feminino, todos possuem luz em sua propriedade. Além disso, todos os pecuaristas responderam que acreditam que o melhoramento genético é algo importante para o rebanho da propriedade. Isso caracteriza uma percepção favorável a adoção de novos parâmetros para que esse melhoramento possa ser implementado de forma mais abrangente e eficiente. A recomendação técnica + perto + pecuária procura otimizar o acesso a informações relevantes para que o produtor possa tornar vários processos ativos.

Começaremos a análise com os dados de “Caracterização da Produção”, nas quais se baseiam as nossas conclusões. Foram feitas tabelas⁴⁷ sobre todas variáveis encontradas no banco de dados das planilhas do software Excel, com exceção das variáveis que contém respostas unânimes, e tabelas de dupla entrada de informações que se relacionam.

Tabela 1 - Pecuarista participa do melhoramento genético? Se sim, desde quando?

Nenhuma entrada de índice de ilustrações foi encontrada.	Total	Total Relativo
Desde 2005	1	3,23%
Desde 2007	1	3,23%
Desde 2009	1	3,23%
Desde 2010	2	6,45%

⁴⁶ Declaração de Aptidão ao Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Portaria nº 523, de 24 de agosto de 2018 - Dispõe sobre o regulamento e as condições para identificação do agricultor familiar.

⁴⁷ Definições necessárias à construção da distribuição de frequências apresentadas: **Frequência absoluta (f_i)**: É o número de observações correspondente a cada classe. A frequência absoluta é, geralmente, chamada apenas de frequência.

De acordo com o portal Action **Frequência relativa (f_{ri})**: É o quociente entre a frequência absoluta da classe

$$f_{ri} = \frac{f_i}{\sum_j f_j}$$

correspondente e a soma das frequências (total observado), isto é, onde n representa o número total de observações. **Frequência percentual (p_i)**: É obtida multiplicando a frequência relativa por 100%. **Frequência acumulada**: É o total acumulado (soma) de todas as classes anteriores até a classe atual. Pode ser: frequência acumulada absoluta (F_i), frequência acumulada relativa (F_{ri}), ou frequência acumulada percentual (P_i).

Desde 2011	2	6,45%
Desde 2012	2	6,45%
Desde 2013	1	3,23%
Desde 2014	2	6,45%
Desde 2015	1	3,23%
Desde 2016	3	9,68%
Desde 2017	2	6,45%
Desde 2018	2	6,45%
Não	9	29,03%
Sim	2	6,45%
Total Geral	31	100,00%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Na tabela 1 salienta-se a participação do melhoramento genético desse público, demonstrando que há criadores desse segmento que fazem melhoramento genético desde 2005. Esse processo de melhoramento genético ocorre de forma contínua, de acordo com a capacidade do produtor em realizar o manejo técnico e quando há momentos de participação da instituição extensionista as atividades são repassadas aos produtores em conformidade com a disponibilidade da empresa em realizar essas demandas.

Tabela 2 - Número de bovinos em 2017

Número de Bovinos em 2017	Total	Total Relativo
1-30	5	16,13%
31-60	4	12,90%
61-90	14	45,16%
91-120	6	19,35%
121-150	1	3,23%
181-210	1	3,23%
Total Geral	31	100,00%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Na tabela 2 foi feito um agrupamento em classes para um melhor entendimento do que os dados nos mostram, com isso podemos observar que, em 2017, 45,16% dos pecuaristas possuíam entre 61-90 bovinos e 19,35% possuía entre 91-120 bovinos e 16,13% possuíam entre 1-30 bovinos.

Tabela 3 - Número de bovinos em 2018

Número de Bovinos em 2018	Total	Total Relativo
1-30	6	19,35%
31-60	2	6,45%
61-90	16	51,61%
91-120	5	16,13%
121-150	1	3,23%
181-210	1	3,23%
Total Geral	31	100,00%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Na tabela 3 foi feito o mesmo agrupamento em classes dos dados. A partir disso podemos observar que, em 2018, 51,61% dos pecuaristas possuíam entre 61-90 bovinos, 19,35% possuía entre 1-30 bovinos e 16,13% possuíam entre 91-120 bovinos.

Tabela 4 - Tabela referente ao uso de melhoramento genético por pecuaristas

Utiliza de Melhoramento Genético?	Total	Total Relativo
Não	7	22,58%
Sim	24	77,42%
Total Geral	31	100,00%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

A tabela 4 identifica que 77,42% dos pecuaristas faz uso de melhoramento genético e apenas 22,58% não utiliza.

Tabela 5 - Tabela referente a quantidade de animais geneticamente melhorados em 2017

Animais Melhorados Geneticamente em 2017	Total	Total Relativo
0-9	8	25,81%
10-19	4	12,90%
20-29	3	9,68%
30-39	3	9,68%
40-49	1	3,23%
50-59	4	12,90%
60-69	3	9,68%
80-89	3	9,68%
90-99	1	3,23%
100-109	1	3,23%
Total Geral	31	100,00%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Na tabela 5, os dados foram agrupados em classes à fim de melhorar a visualização dos dados, com isso mostra que, em 2017, 25,81% possuíam entre 0-9 bovinos melhorados geneticamente, 12,90% possuía de 10-19 e 12,90% possuía de 50-59 bovinos melhorados genericamente.

Tabela 6 - Tabela referente a quantidade de animais geneticamente melhorados em 2018

Animais Melhorados Geneticamente em 2018	Total	Total Relativo
0-9	7	22,58%
10-19	2	6,45%
20-29	5	16,13%
30-39	2	6,45%
40-49	3	9,68%
50-59	2	6,45%
60-69	5	16,13%
80-89	3	9,68%
90-99	1	3,23%
100-109	1	3,23%
Total Geral	31	100,00%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Na tabela 6, os dados foram agrupados em classes à fim de melhorar a visualização dos dados, com isso mostra que, em 2018, 22,58% possuíam entre 0-9 bovinos melhorados geneticamente, 16,13% possuía de 20-29 bovinos melhorados genericamente. e 16,13% possuía de 60-69 bovinos melhorados genericamente.

Tabela 7 - Tipos de Melhoramentos genéticos realizados em 2017

Tipos de Melhoramentos Genéticos em 2017	Total	Total Relativo
Descarte de animais/Compra de animais novos/Touro melhorador	6	19,35%
Inseminação Artificial	1	3,23%
Inseminação artificial/Compra de animais novos/Touro melhorador	2	6,45%
Nenhum	9	29,03%
touro melhorador	5	16,13%
Touro melhorador/Descarte de animais	1	3,23%
Inseminação artificial/Descarte de animais	1	3,23%
Compra de animais novos/Touro melhorador	1	3,23%
Descarte de animais/Touro melhorador	5	16,13%
Total Geral	31	100,00%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Na tabela 7, é visível que, em 2017, 29,03% dos pecuaristas não fez nenhum melhoramento genético, 19,35% fez o uso de “Descarte de animais/Compra de animais novos/Touro melhorador” e 16,13% fez o uso de “Descarte de animais/Touro melhorador”.

Tabela 8 - Tipos de melhoramentos genéticos realizados em 2018

Tipos de Melhoramentos Genéticos em 2018	Total	Total Relativo
Descarte de animais	1	3,23%
Descarte de animais/Touro melhorador	6	19,35%
Inseminação artificial	1	3,23%
Inseminação artificial/Descarte de animais	1	3,23%
Inseminação artificial/Descarte de animais/Compra de animais novos/Touro melhorador	2	6,45%
Inseminação artificial/Descarte de animais/Touro melhorador	1	3,23%
Nenhum	9	29,03%
Touro melhorador	6	19,35%
Programas de cruzamentos de raças por entidades externas/Descarte de animais	1	3,23%
Descarte de animais/Compra de animais novos/Touro melhorador	2	6,45%
Descarte de animais	1	3,23%
Total Geral	31	100,00%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Na tabela 8, é visível que, em 2018, 29,03% dos pecuaristas não fez nenhum melhoramento genético, 19,35% fez o uso de “Touro melhorador” e fez o uso de 19,35% fez “Descarte de animais/Touro melhorador”.

Tabela 9 - Nascimentos de animais geneticamente melhorados em 2017

Nascimentos de Animais Melhorados Geneticamente em 2017	Total	Total Relativo
10-17	7	30,43%
18-25	3	13,04%
26-33	3	13,04%
34-41	1	4,35%
42-49	3	13,04%
50-57	2	8,70%
58-65	1	4,35%
66-73	3	13,04%
Total Geral	23	100,00%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Na tabela 9 o total é diferente do total de entrevistados pela pesquisa, afinal, nem todos pecuaristas praticaram o melhoramento genético em seus animais. Além disso, foi feito um agrupamento em classes. A partir dos dados apresentados, em 2017, 30,43% dos pecuaristas que praticaram melhoramento genético teve entre 10-17 nascimentos de animais geneticamente melhorados.

Tabela 10 - Nascimentos de animais geneticamente melhorados em 2018

Nascimentos de Animais Melhorados Geneticamente em 2018	Total	Total Relativo
0-9	2	8,33%
10-19	4	16,67%
20-29	6	25,00%
30-39	1	4,17%
40-49	5	20,83%
50-59	2	8,33%
60-69	2	8,33%
70-79	2	8,33%
Total Geral	24	100,00%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Na tabela 10 acima o total é diferente do total de entrevistados pela pesquisa, afinal, nem todos pecuaristas praticaram o melhoramento genético em seus animais. Além disso, foi feito um agrupamento em classes. A partir dos dados apresentados, em 2018, 25,00% dos pecuaristas que praticaram melhoramento genético teve entre 20-29 nascimentos de animais geneticamente melhorados e 20,83% teve entre 40-49 nascimentos de animais geneticamente melhorados.

4 RECOMENDAÇÃO TÉCNICA DE POLÍTICA PÚBLICA DO TIPO RELATÓRIO

Levando em consideração as prerrogativas institucionais, a política pública da Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR) e o nível de discricionariedade do escritório da Emater RS/Ascar Uruguaiana no processo de desenvolvimento das atividades da pecuária familiar, é recomendado que algumas ações educativas passem por um instrumento de planejamento técnico de formulação de alternativas e tomadas de decisão para a implementação de um projeto socioeducativo para o compartilhamento de conhecimento.

É importante destacar a importância do processo de planejar, acompanhar e avaliar a execução de projetos e atividades de cooperação técnica desta atividade extensionista. Para tanto a reorganização de processos, em parceria com outros atores institucionais na racionalização do uso das atividades de cooperação técnica, permite incorporar mudanças e a adequação das intervenções.

A proposta apresentada significa, principalmente, a vontade de enfrentar problemas de acesso a ações educativas e aproveitar oportunidades sob múltiplas perspectivas. As ações concretas envolvem múltiplos recursos (orçamentário-financeiros, políticos, de conhecimento e informação, organizativos etc.) e não apenas uma programação de uso de recursos financeiros.

As indicações, apresentadas sob forma de relatório de recomendação (relatório de análise de política pública)⁴⁸, não é somente um guia para a ação, mas a proposição de articulação de meios existentes nos atores para atividades contínuas, de caráter formal, normativo e dinâmico, acompanhado por tarefas e produtos/serviços programados por uma rede de participantes visando o fortalecimento dos processos de planejamento e administração com a integração das propostas extensionistas da instituição junto ao público da pecuária familiar atendido.

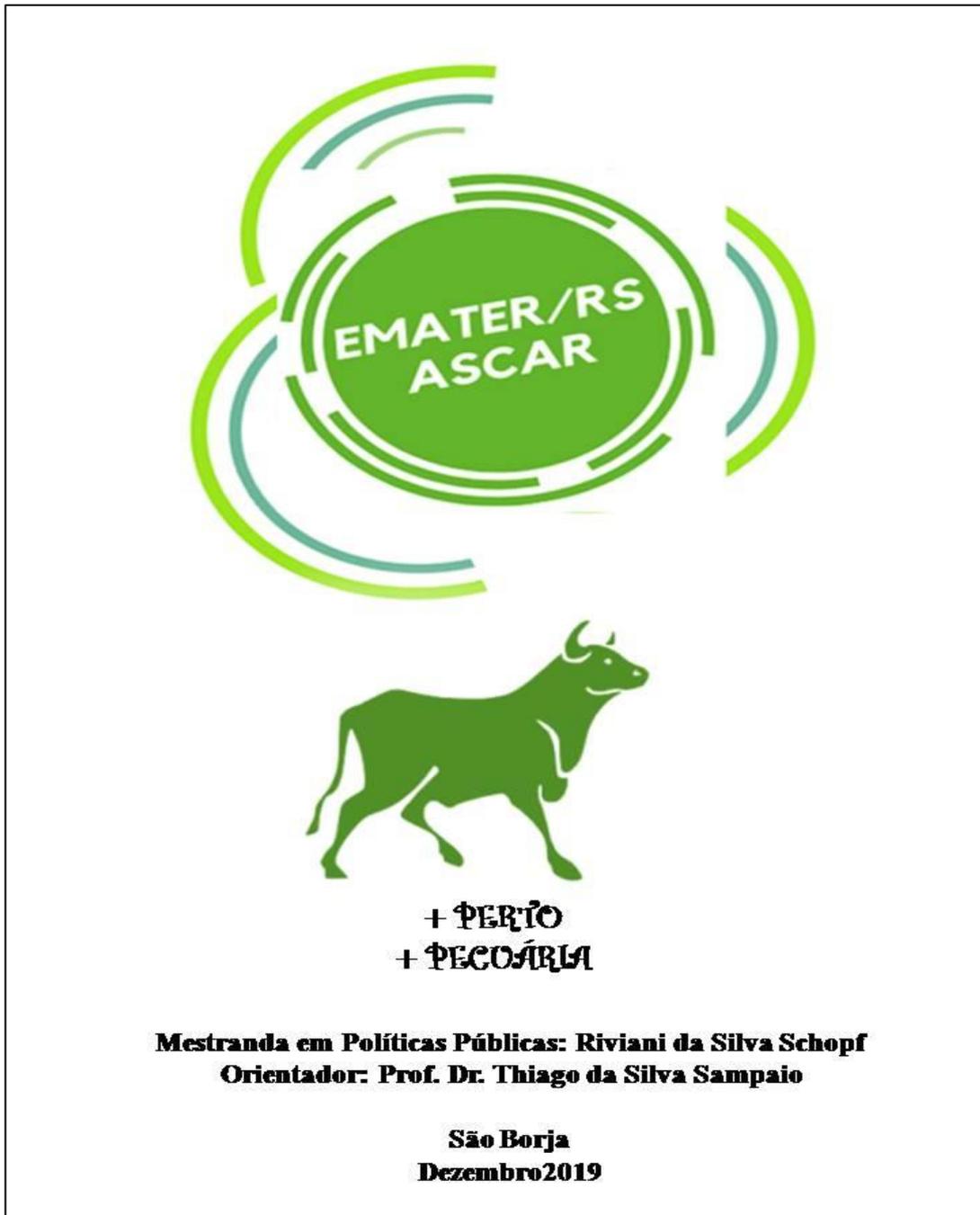
Assim, o planejamento acontece nos seguintes níveis: institucional, tático e operacional, por intermédio da coordenação geral de execução de projetos da Emater RS/Ascar, escritório de Uruguaiana, com a participação das Secretarias de Saúde, Educação e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico do município, governo do estado e demais atores privados participantes dos elementos que inter-relacionam as atividades.

⁴⁸ Estrutura inspirada no livro de Leonardo Secchi – Análise de Políticas Públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções (2017) e entrevista no canal de youtube Politize (2018).

4.1 Capa

A figura 6 apresenta a capa da proposta de recomendação técnica:

Figura 6 - Modelo de capa da recomendação técnica



Fonte: Autora, 2019

4.2 Resumo executivo

Esta recomendação técnica tem por objetivo integrar uma nova metodologia de prestação de serviços institucionais e promover um número significativo de adesão do pecuarista familiar as atividades educativas propostas por intermédio da Emater RS/Ascar Uruguaiana. Essas atividades tem sua concepção em programas a serem implementados por meio de tecnologia apropriada e abordagens específicas com vistas ao alcance dos objetivos, que implicarão na solução dos problemas de natureza multifatorial.

Nesse sentido é viabilizada a reunião de novas abordagens para aos métodos de atendimento já inseridos nas áreas de assistência técnica e extensão rural na pecuária familiar de abrangência do escritório local da instituição extensionista. A proposta de aproximação é determinada pelas características peculiares deste segmento, considerando-se a sua cultura e seu espaço de exploração da terra.

Diante das alternativas de assessoria rural, apropriadas para esse público, o intuito é o de incentivar ações que promovam aprendizagem desde a gestão da criação de bovinos de corte até procedimentos administrativos na pequena propriedade rural.

A seguir são apresentadas ferramentas e atores envolvidos na produção de novas alternativas organizacionais do espaço rural familiar, proporcionando alternativas e novas abordagens para a tecnologia de informação em novas formas de manejo. A proposta envolve a promoção do potencial de atendimento técnico, inclui atendimento especializado na temática agropecuária, com acesso aos canais de atendimento de Ensino a Distância (EAD) nas escolas públicas, espaços transformados em polos de aprendizagem virtual. Envolve a implementação de cursos, de forma gratuita, treinamentos específicos nas áreas de empreendedorismo rural, com aproximações baseadas na psicologia social, de forma operacional correlacionadas as necessidades desses atores no seu cotidiano rural.

4.3 Análise do problema

Destacando as características peculiares desse público, fator determinante da organização da unidade econômica familiar, é possível fazer uma proposição com o objetivo de promover processos educativos. Além dos aspectos relacionados aos sistemas técnicos de extensão rural, promovidos pela Emater escritório Uruguaiana, há necessidade de incorporar elementos de suporte à decisão, considerando aspectos produtivos, socioeconômicos e

mercadológicos da propriedade rural em questão. Com investimentos de tempo e treinamento, a tecnologia da informação pode ser incorporada ao cotidiano dos produtores, através de aplicativos e cursos gratuitos, para proporcionar a administração estratégica da produção de bovinos de corte. Esse aspecto pode conceder o acesso ao conhecimento, o qual pode interagir de forma crescente e também associar as diferentes tarefas internas de produção com as relações externas nos diferentes fatores técnico administrativos. Contudo, para tanto precisa-se desenvolver estratégias que agreguem proximidade a ferramentas que possam desenvolver metodologias que agreguem técnicas específicas para resolução dos problemas do segmento, que sejam acessíveis e possam ser notadas como importante para a efetividade das atividades daquela propriedade rural, visto que, de acordo com CASTRO (2003 *apud* FAVERO e SARRIEDA, 2009):

O termo extensão pressupõe uma intenção que se encontra na fonte, porém nem sempre no receptor. Ela responde a uma necessidade de quem a realiza, a qual está baseada na percepção da carência do receptor e na convicção da fonte de que pode fazer algo por ele. O poder fazer implica em alguma forma de intervenção na realidade do outro, o qual não solicitou essa intervenção. Por isso, a fonte precisa desenvolver um processo de informação para que o receptor convença-se de que a intervenção é importante.

Uma nova visão das características empreendedoras da propriedade e controle dos processos precisam ser incorporados em novas tecnologias, empregadas no campo para ganhar visibilidade e agilidade na gestão rural. Essa proposta tem o objetivo de construir um canal de acesso a treinamentos gratuitos para os 109 produtores que se dedicam a pecuária de corte no município de Uruguaiana RS, mas que não aproveitam a possibilidade de integrar processos através de mecanismos que podem ser agregados ao celular, como aplicativos específicos para o segmento. Nesse aspecto essas ferramentas são necessárias para agilizar o acesso a organização e precisam estar ao alcance desses empreendedores do campo de forma gratuita e facilitada.

4.4 Análise da proposta de solução

Segundo SECCHI (2016), com base nos ensinamentos de DROR (1971), SCHULOCK (1999), FISCHER (2003), WEIMER e VINING (2011), pode-se extrair que a análise (perspectiva) de políticas públicas serve a algumas funções, sendo elas:

- **Função informativa:** diagnosticar um problema público, seu contexto, suas causas e consequências; prover informações úteis ao processo decisório, aconselhar o tomador de decisão a escolher a alternativa mais adequada.

Ao encontro da função informativa podemos associar os processos educativos que são relacionados a necessidade de planejar a propriedade, e obter ferramentas úteis aos processos de suporte. Visto que muitas vezes os problemas de natureza financeira são resultados de práticas a serem melhoradas em outras áreas, há necessidade da promoção de novos canais de informação, para que diante do acesso a novas plataformas seja reavaliado as atividades da lida campeira no contexto mercadológico dessa atividade para a produção de produtos viáveis e de qualidade para o mercado consumidor.

- **Função criativa:** desconstruir entendimentos consolidados sobre problemas públicos e gerar alternativas de política pública utilizando criatividade estruturada.

Nesse cenário de novos negócios, exigências de produtos de qualidade, mudanças que impulsionam novas técnicas criativas para que possam revisar e aprimorar seus modelos de produção agropecuária, as tecnologias da informação proporcionam dinamismo e versatilidade ao conhecimento, mas também são auxiliares das tecnologias físicas, capazes de armazenar e de transmitir informações, aumentando, de maneira significativa a responsabilidade por riscos calculados na aquisição de matéria prima e equipamentos que aumentam a produção.

Este autor nos diz que o analista de políticas públicas é um profissional que entre as suas funções procura promover a criação de alternativas para “estruturação e recomendação de políticas públicas” e que o trabalho de análise enquadra também o de educador e consultor. Nos parâmetros dessas prerrogativas o pesquisador busca a sustentabilidade com adequação as necessidades do consumidor, e segundo ele, ao assumir a função de analista de política pública, tem a atividade de agregar argumentos que produzam ênfase no relatório de análise de política pública para a designação de linhas de ação.

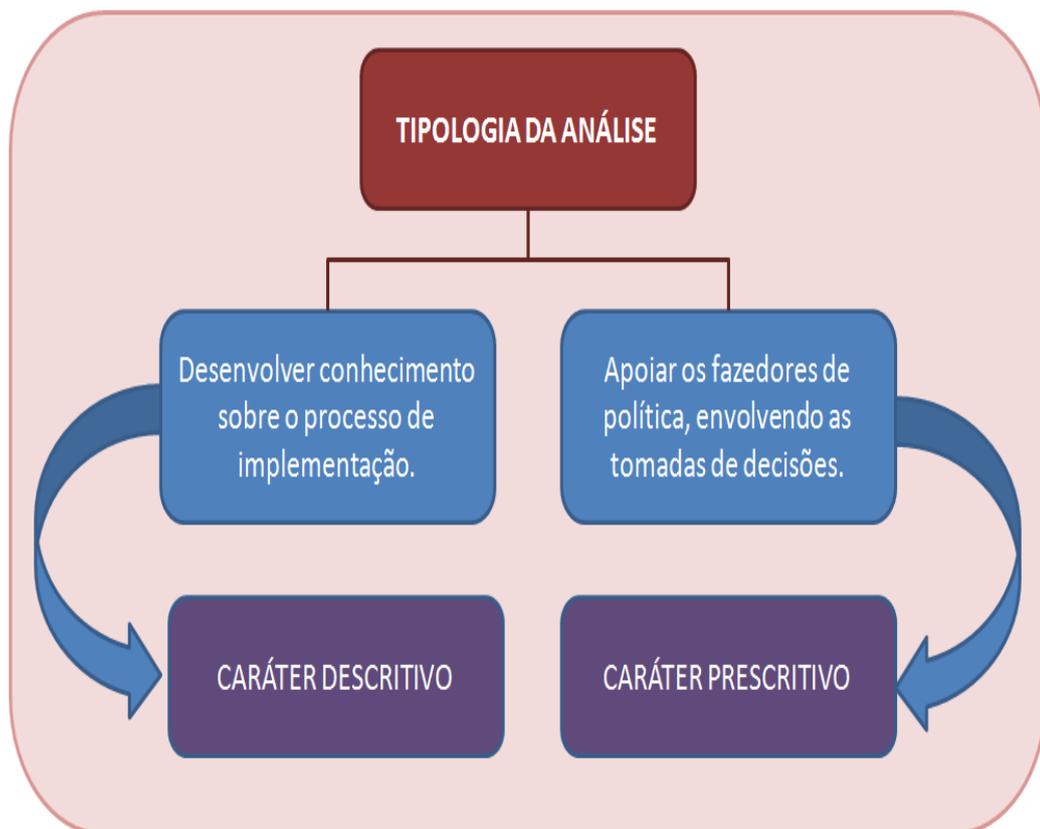
O trabalho de análise de política pública se divide em duas etapas: análise do problema (*problem analysis*) e análise de solução (*solution analysis*). A análise prescritiva precede a tomada de decisão e deve estar acompanhada de embasamento técnico, com recomendações viáveis que vá ao encontro das demandas sociais de forma consistente, e prender-se aos recursos técnicos e das competências disponíveis para estruturar o objeto de ação proposto.

Policy é o termo mais preciso para definir as políticas públicas, pois se pode considerar que sua formação acontece por meio de ações estrategicamente selecionadas para implementar

as decisões tomadas pelos atores políticos, ou seja, "políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões" (SECCHI, 2013). Partindo da visão estrutural, as redes de políticas são analisadas com base na relação entre os múltiplos atores que em conjunto formam uma *policy network*, ou seja, assume-se que os processos políticos não são de inteiro controle de atores governamentais, mas sim da interação dos atores públicos e privados (FERRARI, 2007 apud MARIANI, 2014). Essa rede de políticas permite ações colaborativas entre diversos agentes, e a estrutura existente influencia tanto o processo como o resultado político, e utilizam-se de projetos institucionais conjuntos como forma de minimizar os efeitos de um problema que atinge uma determinada parcela da população.

HAM e HILL (1993) falam da análise política e suas abordagens, a de caráter descritivo tem o objetivo de desenvolver conhecimento sobre o processo de implementação. Já a de caráter prescritivo tem o objetivo de apoiar os fazedores de política, envolve as tomadas de decisões (Figura 7).

Figura 7 - Estudos de Análise Política, suas abordagens e perspectivas



Fonte: Autora, 2019, adaptado de HAM e HILL (1993)

Nesse trabalho a abordagem referente a tipologia da análise descritiva volta-se ao conhecimento das atividades extensionistas já implementadas e suas características legais no seguimento familiar, para, com isso, poder planejar o prosseguimento das ações e promover um caráter prescritivo acerca das ações, com o intuito de fazer intervenções em pontos específicos da cadeia produtiva. As mudanças ensejadas estão tanto no âmbito da mobilização social como no plano da gestão e atenção as mudanças comportamentais aos atores sociais, ligando diversos atores que compartilham interesses e recursos, tomando a cooperação como o melhor meio para se alcançar os objetivos em comum. Para avançar na integração das políticas nessa perspectiva significa que as iniciativas para influenciar o comportamento das pessoas devem estar focadas no contexto das atividades propostas e conseguir chamar a atenção do segmento da pecuária familiar.

Esses atores, por suas próprias características culturais necessitam de abordagens com recursos que impactem em seu comportamento para que se torne mais participativo nos trabalhos de assistência técnica e extensão rural. Ao encontro dessa premissa podemos referenciar o projeto de Cass Sunstein e Richard Thaler, vencedor do Nobel de Economia de 2017. Em 2008 publicaram um trabalho chamado *Nudges*⁴⁹ e tem base na psicologia social, significa persuadir ou encorajar de forma sutil e propõe alternativas para a disponibilização de informações e chamadas de participação as propostas de políticas públicas (SECCHI, 2016). Referem-se a maneiras de aplicar toques para resolver problemas sociais e maximizar as oportunidades de resolução de um problema ou aporte de recursos estratégicos. Como exemplo: o técnico extensionista poderá realizar a inscrição automática em um curso EAD quando o produtor for solicitar o preenchimento de algum documento, enviar emails ou mensagens de texto que lembrem a programação da atividade e a importância desse conhecimento para o futuro da pequena propriedade, deixando claro que em caso do produtor não quiser participar do curso deverá solicitar o cancelamento na instituição extensionista que o apoia. Serve como técnica para modificação de comportamentos que são resistentes as mudanças e que tem forte ligação estrutural com o passado, como é o caso do pecuarista familiar, é algo que procura oferecer um novo ponto de vista, mas de forma transparente, uma alternativa que se baseia em *insights*⁵⁰ da ciência comportamental⁵¹.

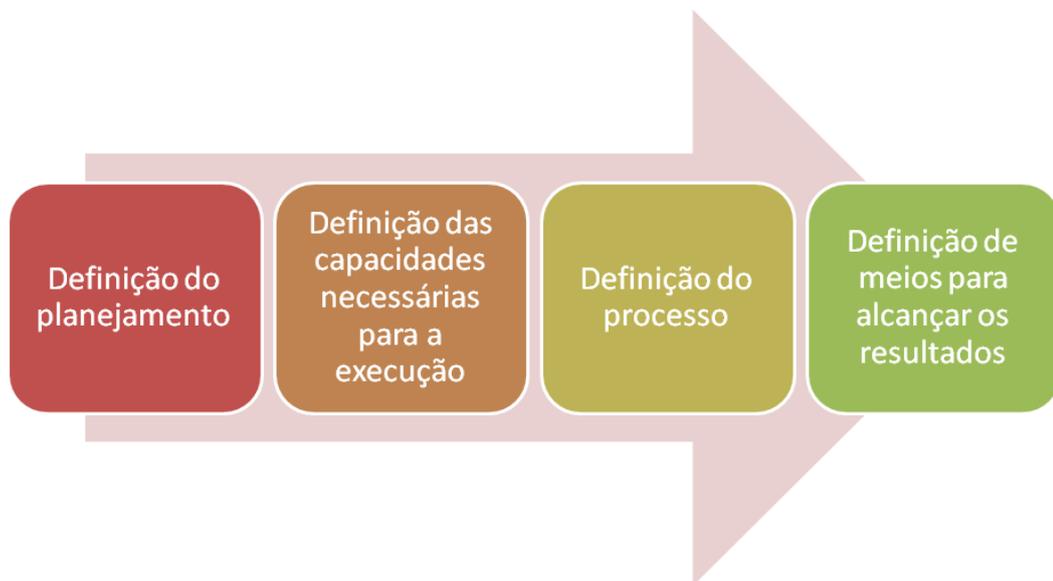
⁴⁹ Segundo Thaler e Sunstein (2008) um nudge [...] é qualquer aspecto da arquitetura de escolha que altera o comportamento das pessoas de um modo previsível sem proibir quaisquer opções nem alterar significativamente seus incentivos econômicos.

⁵⁰ compreensão ou solução de um problema pela súbita captação mental dos elementos e relações adequados.

⁵¹ "Melhores resultados podem ser alcançados se levarmos em conta como os seres humanos se comportam de verdade, bem como entendendo por que eles se comportam dessa forma. Exemplos de políticas com design

Essas atividades, baseadas em um novo tipo de abordagem, observarão o planejamento estratégico das operações extensionistas, analisando as melhores condições para execução dos processos de implementações considerados necessários, atendendo a identidade organizacional da entidade⁵² e convênios vigentes. O planejamento tático e operacional apresenta três níveis de planejamento, sendo eles: 1) Tático/Setores (administrativo); 2) Operacional/Execução administrativa; 3) Operacional/Execução Educacional. Em cada um destes níveis, é possível inferir quatro passos a serem executados, sumarizados na figura 8.

Figura 8 - Etapas a serem executadas em cada nível de planejamento



Fonte: Autora, 2019

A definição do planejamento tático e operacional de cada um dos níveis está detalhada no quadro 12.

estratégico seriam aquelas que priorizam o incentivo, em vez da punição, para obter o comportamento desejado. Outra forma de conseguir isso é mudando as opções padrão, levando em conta a inércia do ser humano (por exemplo, se o governo deseja que mais pessoas sejam doadoras de órgãos, pode estabelecer que todos são doadores, a não ser que manifestem-se contrariamente)". Fonte: <http://inova.gov.br/insights-comportamentais-como-os/>

⁵² Missão, Visão e Valores são componentes da identidade organizacional de uma empresa.

Quadro 12 - Planejamento Tático e Operacional

Níveis de Planejamento	Definição de Planejamento	Capacidades	Definição de Processo	Resultados alcançados por meio de
Tático/ Setores (administrativo)	processos de atuação organizacional de cada associação de atores	capacidade técnica e procedimentos organizacionais	dimensões estruturais/ quando vamos fazer?	associação com outras organizações para constituir redes de trabalho
Operacional/ Execução Administrativa	área técnica plano de ação dos stakeholders e gestão dos materiais	capacidade de alocação as escolas, instrumentalização de materiais e recursos humanos	implementação de programas e processos quem faz?	operacionalização das atividades da organização dos recursos
Operacional/ Execução Educacional	plano de flexibilização dos espaços de aprendizagem nas escolas rurais	capacidade de fornecer acesso aos cursos com apoio de facilitadores - estagiários	promover espaços abertos para que os atores beneficiados tenham acesso ao ambiente EAD como fazer?	educação informal EAD, encontros, dias de campo

Fonte: Autora, 2019

Nessa proposta a Emater Uruguaiana tem o papel de planejar e administrar as ações dos diversos atores que terão seus papéis adequados a cada etapa dos procedimentos. A entidade buscará parcerias públicas e privadas, e cada qual terá a sua designação na implementação das atividades fim. Nesse planejamento a parceria com a prefeitura corresponde a organizar as escolas municipais para serem, em horário próprio, os polos EAD, os quais os pecuaristas frequentarão para terem atendimento por parte de estagiários, universitários dos cursos de

tecnologia da informação, que serão os orientadores nos procedimentos de acesso ao computador e aos cursos propostos, isto de acordo com a necessidade de cada criador. Esses treinamentos podem ser de cursos do Sebrae, Senar ou outra entidade que venha ao encontro das necessidades, previamente estabelecidas, dos pecuaristas atendidos. No tópico referente ao fornecimento de materiais necessários as atividades de estudo a proposta é solicitar o patrocínio de casas agropecuárias. Para que essa proposta seja viável, a prefeitura também entra com a consultoria psicológica, através da Secretaria da Saúde, para direcionar as aplicações da técnica de psicologia social Nudges ou os estímulos de comportamento. Esses atores serão incentivados a um determinado comportamento, sem, entretanto, restringir a liberdade de decisão destes, visando a experimentação de novos arranjos técnicos e administrativos em sua propriedade de acordo com a sua necessidade.

O quadro 13 apresenta a distribuição operacional de atuação estratégica e apresenta os atores internos e externos a organização da Emater. É importante ressaltar que esta entidade será a responsável por centralizar o planejamento das atividades, organizar os recursos e direcionar as atividades que precisam ser desenvolvidas dentro do período de tempo planejado.

Outro aspecto a ser considerado é o controle, se os procedimentos estão alcançando determinado grau de eficiência dentro do cronograma proposto, ou se precisam de algum ajuste na operação. Por fim o *feedback* dos atendimentos servirá de parâmetro para eventuais revisões de processos fundamentais em torno das quais se constrói a organização.

Quadro 13 - Distribuição Operacional de Atuação Estratégica – Multiatores

Ator Participante	Característica da Ação	Locais de Direcionamento
Pecuarista Familiar	Extensão rural educativa	Escolas rurais municipais
Universidades EAD	Orientação/ Estágio de informática	Escolas rurais estaduais
Emater Uruguaiana	Estratégica e administrativa	Escritório local Emater
Governo Municipal	Prescrição psicológica das ações (Nudge)/ espaço que serão laboratórios de aprendizagem	
Pecuária Sebrae	Plano de negócios EAD	EAD (acessados através de computadores)
Senar	Senar em Campo EAD	

(continuação)

Distribuidora de Produtos Agropecuários/ Prefeitura	Financiadora de materiais didáticos	Compra de materiais (folhas, canetas, tonner, etc.) para a implementação dos cursos
---	-------------------------------------	---

Fonte: Autora. 2019

O quadro 14 apresenta a identificação do projeto a partir do plano de organização dos atores participantes e os processos educativos pretendidos.

Quadro 14 - Identificação do Projeto⁵³

1 - IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES PARA DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO SUSTENTÁVEL
Título: Curso de extensão rural EAD (administração da propriedade e manejo)
Locais de atendimento: escolas municipais e estaduais em área rural
Despesas para o pecuarista familiar: acesso gratuito
Duração dos Processos Educativos: variável de acordo com cada curso e/ou treinamento
Responsável pela implementação: Emater escritório de Uruguaiana RS, com a gestão de Assistência Técnica e Extensão Rural-ATER
Entidades Participantes: universidades particulares, Sebrae, Senar, prefeitura e outros atores privados
Metas: implementação de ações educativas com base na psicologia social - nudge
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivos: planejar, coordenar, monitorar, implementar e avaliar os processos para a execução dos cursos EAD nas escolas rurais de Uruguaiana RS.
Público Alvo: pecuaristas familiares
Justificativa: justifica-se este projeto devido a necessidade de promover as abordagens sociais baseadas na psicologia social para instigar novas percepções a respeito da administração eficiente da pequena propriedade rural, aspectos relacionados à conservação da biodiversidade, desenvolvimento de sistemas de produção e cadeias de produção através do acesso a tecnologias da informação e comunicação.
Resultados Esperados: com os treinamentos EAD promover o crescimento da capacidade técnica e administrativa dos pecuaristas familiares
Alinhamento Estratégico:

⁵³ Fonte a autora, baseado em <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/11104708-plano-fronteira-oeste.pdf>

(continuação)

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Pecuária Sebrae, Senar em Campo
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES
Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeitura, Governo do Estado (Emater)
Organizações parceiras: Senar, Senai, universidades particulares e públicas

Fonte: Autora, 2019

A missão da Emater vem ao encontro do desenvolvimento rural sustentável das pequenas propriedades rurais, é a visão primordial da entidade e, baseado nesta, derivam todos os seus esforços. A partir disto procura identificar oportunidades operacionais para o desenvolvimento de respostas praticas as necessidades laborativas do homem do campo. Diante dessa premissa, o objetivo é estruturar novos canais de participação dos atores familiares a partir do novo conteúdo técnico proposto, e como sugestão uma nova alternativa técnica pode ser implementada de forma gratuita. Sob a perspectiva operacional é indispensável envolver os atores sociais para a implantação efetiva da força conjunta diante da oferta de novos canais de atendimento conjunto e aplicação de novas ferramentas como facilitadoras do serviço no campo.

Como recomendação ao acesso desses atores, o uso da tecnologia da informação para gestão rural da propriedade e do rebanho torna-se uma realidade através do uso de aplicativos no próprio *smartphone* como ferramenta de trabalho. É o uso de aplicativos, *apps*, que foram pensados para serem soluções tecnológicas e proporcionam a organização de gestão do rebanho e da pequena propriedade (Quadro 15).

Quadro 15 - Aplicativos rurais⁵⁴

Nome dos Aplicativos	Finalidade de Uso
Jetbov	Voltado para a pecuária de corte, o aplicativo Jetbov ajuda a organizar dados sobre o rebanho, para diminuir o tempo gasto com manejo. O app funciona mesmo offline. O pecuarista pode anotar os dados

⁵⁴Aplicativos que podem ser baixados gratuitamente no GooglePlay para uso em celulares com sistema operacional Android. Fonte: Aplicativos rurais: conheça apps gratuitos para a Agricultura e a Pecuária. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/noticias/aplicativos-rurais--conheca-apps-gratuitos-para-a-agricultura-e-a-pecuaria_406555.html / Embrapa. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/32092189/aplicativo-pastejando-ajuda-a-planejar-a-oferta-de-alimento-ao-gado-o-ano-todo>

	<p>e depois, quando tiver acesso à internet, o sistema vai sincronizar as informações. O aplicativo também é capaz de estimar o peso do animal, usando as dimensões medidas com fita métrica. O aplicativo é gratuito e está disponível para celulares com sistema Android.</p>
Suplementa Certo	<p>Essa ferramenta da Embrapa permite ao pequeno, médio e grande produtor da cadeia de carne bovina comparar os rendimentos do mesmo tipo de produto de suplementação, de diferentes marcas. Permite, também, realizar a comparação com dois tipos de suplementação distintas: suplementação com sal proteinado e semi-confinamento. Está disponível na plataforma Android.</p>
Bovcontrol	<p>O aplicativo ajuda na gestão do rebanho, a partir de coletas de dados no smartphone que podem ser acessados por um computador para controle. Uma ferramenta de coleta e análise de dados para melhorar a performance da produção de carne, leite ou genética.</p>
Pastejando	<p>A Embrapa e a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) estão lançando o aplicativo Pastejando, que facilitará a vida do produtor na realização do planejamento forrageiro da propriedade, etapa determinante para o sucesso no desenvolvimento de um rebanho, seja de corte ou de leite.</p>

Entre as opções há softwares voltados a administração da propriedade como uma atividade econômica e, portanto, tratada como um empreendimento empresarial e outros que são voltados ao manejo e suplementação. Grande parte dessas aplicações permitem ao usuário agilizar processos, organizar informações e dinamizar toda a cadeia produtiva, são opções de ferramentas com grande viabilidade para uso, os quais poderão ser amplamente aproveitados com o devido encaminhamento de um orientador.

De acordo com a Lei Complementar Municipal N.º 3 - de 6 de agosto de 2014, no Capítulo IV do Desenvolvimento Econômico, no Art. 21. Constituem a Estratégia de Desenvolvimento Econômico: I - Programa de Recurso Humano Técnico - que identifique as demandas locais de profissionais de nível técnico e que operacionalize, dentro da estrutura de ensino do município, atividades e cursos pertinentes às deficiências do setor primário e de serviços, e que envolva as diversas camadas sociais. Desta maneira há amparo legal, frente a participação da prefeitura no Projeto EAD Rural. Nesse aspecto as escolas municipais rurais de ensino fundamental, bem como também as escolas rurais estaduais existentes no município, serviriam como espaço físico de acesso de pecuaristas para efetivar as ações educativas, com a oferta dos laboratórios de informática e acesso à internet, com ações ministradas por estagiários das universidades públicas e cursos sugeridos pela Emater Uruguaiana RS, entidade coordenadora dos processos (Quadro 16).

Quadro 16 - Escolas Rurais do Município de Uruguaiana

Escolas rurais - Polos EAD					
Nome da Escola	Localização	Municipal	Estadual	Possui laboratório de informática	Possui acesso a internet para o projeto⁵⁵
Escola Instituto Estadual Leda Maria Pereira da Silva	Barragem Sanchuri/ 5º distrito de São Marcos		X	Sim	
Escola Estadual de Ensino Fundamental Uruguaiana	Charqueada Oeste/		X	Sim	

⁵⁵Serão atendidas pelo Programa de Inovação Educação Conectada, desenvolvido pelo Ministério da Educação e parceiros, cujo objetivo é apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na Educação Básica. Fonte: <http://educacaoconectada.mec.gov.br/consulta-pdde>

	1º distrito do Imbaá				
Escola Estadual de Ensino Médio Antonio Londero	Plano Alto/ 3º distrito do Plano Alto		X		
Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Maia	Vila São Marcos/ 5º distrito de São Marcos		X	Sim	
Escola Estadual de Ensino Fundamental Duque de Caxias	Povoado do Itapitocai/		X		
Polo Escolar Municipal de Ensino Fundamental Dr. Crespo de Oliveira	Povoado do Itapitocai	X		Sim	
Polo Escolar Municipal de Ensino Fundamental Alceu Wamosy	Vila João Arregui/ 4º distrito de João Arregui	X		Sim	
Polo Escolar Municipal de Ensino Fundamental Professor Patricio Lopes	Imbaá/ 1º distrito do Imbaá	X		Sim	
Escola Municipal de Ensino Fundamental Oscar Machado	Povoado Plano Alto/ 3º distrito	X			
Escola Municipal de Ensino Fundamental Vertentes	Povoado Olhos D'água	X			
Polo Escolar Municipal de Ensino Municipal Dom Fernando Tarrago	Cerrito	X			

Fonte: Autora (2019)

4.5 Síntese da recomendação

Recomenda-se a inserção da proposta na agenda institucional do ano subsequente, em consonância das prerrogativas governamentais da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), além da construção de uma orientação normativa contendo as descrições analíticas das parcerias requeridas, seu modo operativo, de modo a construir a base operacional da atividade extensionista para a concepção das ações dentro da instituição extensionista.

4.6 Referências da recomendação

Neste relatório de análise propositiva de política pública educacional tem sua estruturação baseada na organização do professor Leonardo Secchi (2018), apresentada no canal de vídeo no youtube Politize, que leva em consideração o conjunto de interesses, informações acerca do que já vem sendo executado, legislação, e demais observações que podem contribuir para que a recomendação da política pública possa, de fato, ser implementada. As observações sobre a construção deste documento têm ponderações na análise prescritiva de Ham e Hill (1993) que prevê as interrelações dos atores que participam do processo, seus aspectos legais na implementação da proposta intervencionista.

5 CONCLUSÕES

Este trabalho demonstrou as características e atividades que foram incorporadas pela pecuária familiar com a implementação de projetos extensionistas de melhoramento genético bovino em Uruguaiana RS. Essas peculiaridades consideraram a identidade sociocultural e profissional do produtor familiar nas relações que estabelece com os aspectos econômicos, sociocultural e exigências de mercado. Essa visão procurou interpretar e responder, de maneira apropriada, todas as mudanças que as comunidades com atributos rurais apresentaram.

A extensão rural da Emater trabalha com a realidade rural e realiza a execução dos programas institucionais elaborados também com a parceria de atores privados. Procurou-se analisar, especialmente o programa de melhoramento zootécnico bovino para a pecuária familiar neste município, a partir da observação da etapa de implementação da entidade executora e dos pecuaristas participantes. Teve como objetivo identificar as instituições participantes no processo de implementação do referido programa, suas contribuições para que as intervenções pudessem ocorrer, investigar os processos técnicos e mercadológicos dos criadores de gado, e por fim, após a análise dos dados, apresentar os resultados e fazer um relatório de recomendação técnica de política pública.

Para potencializar e viabilizar a execução dessa política pública algumas entidades participaram dos procedimentos, como a Agência de Desenvolvimento de Uruguaiana – ADU - vinculada a Associação Comercial e Industrial de Uruguaiana, prefeitura, associação e cabanhas que doaram sêmen e outros atores que fizeram o serviço técnico nas propriedades. No que se refere as visitas de assistência técnica gratuita da Emater aos produtores, são uma importante ferramenta de desenvolvimento rural, mas precisam de ajustes no calendário institucional para que sejam mais presentes nas propriedades. Um aspecto a ser considerado nessa demanda é o número reduzido de colaboradores que ainda assim tem conseguido atender a todos os proprietários em suas demandas.

No que se refere à comercialização os produtores tem acesso a escritórios especializados que compram animais com boa qualidade, e percebem que os bovinos de corte melhorados geneticamente recebem uma valorização adequada de mercado se comparados ao gado mestiço que tinham. Face a isso é perceptível a importância das atividades empreendedoras dentro da propriedade de forma simples e dinâmica. Nesse sentido, compreende-se que a implementação de novas propostas educativas contempla essas necessidades e alcançam aos propósitos de levar

o conhecimento técnico para mais perto das propriedades com a proposta técnica + Perto + Pecuária.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. (1983). **Texto, contexto e significado: algumas questões na análise de dados qualitativos**. Cadernos de Pesquisa, (45): 66-71.

ÁPPIO, E. **Controle Judicial das Políticas Públicas no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2005.

ARAÚJO, L. e RODRIGUES, M. L. **Modelos de análise das políticas públicas, Sociologia, Problemas e Práticas [Online]**, 83 | 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/spp/2662>. Acesso em 02 Jul.2019.

ARRETCHE, M.. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: MOREIRA, Maria Cecília Roxo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC SP, 2001.

ALVES, Zélia Mana Mendes Biasoli; SILVA, Maria Helena G. F. Dias da. **Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta**. Paidéia (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto , n. 2, p. 61-69, July 1992. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1992000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 out. 2019. .

Aplicativos rurais: conheça apps gratuitos para a Agricultura e a Pecuária. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/noticias/aplicativos-rurais--conheca-apps-gratuitos-para-a-agricultura-e-a-pecuaria_406555.html. Acesso em 11 jul 2019.

BERCOVICI, Gilberto. **Constituição econômica e desenvolvimento**. São Paulo: Malheiros, 2005.

Biblioteca IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=449935>. Acesso em 20 jul. 2019.

BUCCI, M. P. D. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BROSE, M. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. 347 p.

BRUGUÉ, Q.; SUBIRATS, J. Introducción. In: BRUGUÉ, Q.; SUBIRATS, J. (Orgs.) **Lecturas de gestión pública**. Madrid: Instituto de Administración Pública, 1996, p. 403-418.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt; BRASIL, Felipe Gonçalves. **ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA SOBRE O PAPEL DOS SUBSISTEMAS, COMUNIDADES E REDES**. Novos estud. – CEBRAP, São Paulo , n. 101, p. 57-76, Mar. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-3002015000100057&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 out. 2019.

CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. 1998. 532 f. Tese

(Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agroecologia, Campesinato e História, Instituto de Sociología y Estudios Campesinos – ISEC, Universidade de Córdoba, Espanha, 1998.

CHRISPINO, Alvaro. **Introdução ao estudo das políticas públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada**. Rio de Janeiro: FGV editora, 2016.

COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO EXTERNA PARA TRATAR DA SITUAÇÃO DA EMATER/RS – **Relatório Final**. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/download/ComRepresentacaoExterna/EMATER_2011.pdf Acesso em: 14 mai 2019.

Como VOCÊ pode recomendar uma POLÍTICA PÚBLICA? com Leonardo Secchi (parte 5). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cEZTCDJ-xfS>. Acesso em 14 out 2019.

Conceitos, Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/aceso-a-informacao/institucional/conceitos>> Acesso em: 03 dez. 2020.

CROZIER, M. e FRIEDBERG, E. **L'acteur et lesystème**. Paris:Éditions du Seuil, 1977.

Cozby, Paul C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento** / Paul C. Cozby; tradução Paula Inez Cunha Gomide, Emma Otta; revisão técnica José de Oliveira Siqueira. - São Paulo: Atlas, 2003.

DAGNINO, R. *et al* (2002): **Gestão Estratégica da Inovação: metodologias para análise e implementação**. Taubaté, Editora Cabral Universitária.

DECRETO Nº 48.316, DE 31 DE AGOSTO DE 2011. Disponível em: <http://www.fetagr.org.br/anexo/6675d72ca75727a2de5f.pdf>. Acesso em: 01 abr 2019.

DENZIN, N. K. & LINCOLN, Y. S. **Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks: Sage, 2005.

DINIZ, C,R; SILVA, I,B. **Metodologia científica**. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN - EDUEP, 2008.

Diseño retrospectivo: la investigación de la implementación y las decisiones políticas. In: VAN METER, D. S.; VAN HORN, C. E.; REIN, M.; RABINOVITZ, F. F. & ELMORE, R. (dirs.). *La implementación de las políticas*. México: Miguel Angel Porrúa 1996.

Embrapa. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/32092189/aplicativo-pastejando-ajuda-a-planejar-a-oferta-de-alimento-ao-gado-o-ano-todo>. Acesso em 14 jul. 2019.

EMATER. Rio Grande do Sul / ASCAR. **Pecuária familiar**. Porto Alegre, 2003. 78p. (Série Realidade Rural,34).

FAQ/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Projeto UFT/BRA/036/BRA ago.1996. Disponível em:

<https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=ad&id=692112&biblioteca=vazio&busca=assunto:Agricultura&qFacets=assunto:Agricultura&sort=&paginacao=t&paginaAtual=154>. Acesso em 11 jul 2019.

FAVERO, E.; SARRIERA, J. C. **Extensão rural e intervenção: velhas questões e novos desafios para os profissionais**. Cad. psicol. soc. trab. São Paulo, v. 12, n. 1, p. 1-16, jun. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172009000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 16 nov. 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
FREY, Klaus. **Análise de Políticas Públicas: algumas reflexões conceituais e suas implicações para a situação brasileira**. PPGSP/UFSC, Cadernos de Pesquisa, n. 18, p. 1-36, set. 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
Guia do Turismo Brasil: Disponível em: <https://www.guiadoturismobrasil.com/cidade/RS/739/uruguaiana>. Acesso em 31 març 2019.

HAYATI, D; KARAMI, E. & SLEE, B. **Combining qualitative and quantitative methods in the measurement of rural poverty**. *Social Indicators Research*, v.75, p.361-394, springer, 2006.

Histórico Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (Saf). Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/hist%C3%B3rico>. Acesso em: 01 abr 2019.

Insights Comportamentais: Como os governos usam a ciência para melhorar suas políticas. Disponível em <http://inova.gov.br/insights-comportamentais-como-os/>. Acesso em 10 out. 2019.

JUNIOR, W.S; BALSADI, O.V. **Políticas públicas e pesquisa para o desenvolvimento rural no Brasil**. 2015, p. 512 Disponível em <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/148538/1/Politicass-publicas-e-pesquisa.pdf>. Acesso em 31 mai 2019.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1993 e 1999 (Tomo I e Tomo II) p. 13-34, 61-88 e 303-338.

LIMA L. L e D'ASCENZI, L. (2013). **Implementação de Políticas Públicas: Análise da Política Nacional de Humanização a partir da Burocracia Implementadora**. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_APB1178.pdf. Acesso em: 01 abr 2019.

LIMA W.G. **Plano Diretor Participativo de BambuÍ-MG: Uma Análise de Sua Elaboração Sob a Ótica da Cidadania Deliberativa e da Gestão Social**. Dissertação de Mestrado Universidade Federal do Tocantins. Tocantins, p.117, 2016.

Lipsky, Michael. **Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos / Michael Lipsky**; tradutor, Arthur Eduardo Moura da Cunha - Brasília: Enap, 2019.

MARIANI, I. S. **Abordagem multicêntrica na Gestão de Políticas Públicas: o caso da extinção do corte manual da cana-de-açúcar** / Isabella dos Santos Mariani. - Limeira, SP: [s.n.], 2014.

MATTE, A. **CONVENÇÕES E MERCADOS DA PECUÁRIA FAMILIAR NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL.** Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/178171>. Acesso em 01 abr. 2019.

MARCH, James; SIMON, Herbert. **Organizations.** Massachussets: **Blackwell Publishers**, 1993 [1958].

MAZMANIAN, D. SABATIER, P. (Eds). **Effective policy implementation.** Lexington, Mass: Llexington Books, 1981.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Relatório para o CNPq**, 2010.

Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MEYERS, M. K. e VORSANGER, S. **Burocratas de Nível de Rua e a Implementação de Políticas Públicas. Administração Pública – Coletânea. ENAP.** São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

Ministério do Meio Ambiente. Pampa. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/pampa>. Acesso em: 28 abr. 2019.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/ater>. Acesso em 15 jun. de 2019.

Município Uruguaiana: Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Uruguaiana>. Acesso em 29 de mar. 2019.

Museu de Solos – **Unidade Uruguaiana.** Disponível em: <http://w3.ufsm.br/msrs/index.php/explore/solos/134-um-uruguaiana>. Acesso em 25 de mai. de 2019.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. Cadernos de Pesquisas em Administração**, v. 1, n.3, 2º sem., 1996.

O'BRIEN, K. J. & LI, L. 1999. **Selective Policy Implementation in Rural China.** Comparative Politics, New York, v. 31, n. 2, p. 167-186, Jan.

OLIVEIRA, Mauro Marcio. **“As circunstâncias da criação da Extensão Rural no Brasil”.** In: Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v.16, n. 2, p. 97-134, maio/ago, 1999.

O'TOOLE, L. J. **Research on Policy Implementation: Assessment and Prospects.** *Journal of Public Administration Research and Theory*, vol. 10, nº 2, 2000, p. 263-288.

Planejamento Estratégico, Tático e Operacional. Disponível em: <https://www.portal-administracao.com/2014/07/planejamento-estrategico-tatico-operacional.html>. Acesso em 18 jul. 2019.

Pecúária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento / organizado por Paulo Dabdab Waquil ... [et al.] – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. 288 p.

Perfil das Cidades Gaúchas 2019. Sebrae. Disponível em: http://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Uruguaiiana.pdf. Acesso em: 13 jul. 2019.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação.** Texto de Discussão 48, Brasília, out. 2008. 50 p. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/5publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao/view>. Acesso em: 20 abr. 2019.

Perfil Socioeconômico COREDE. Fronteira Oeste. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134130-20151117101627perfis-regionais-2015-fronteira-oeste.pdf>. Acesso em 15 de mar. 2019.

Políticas públicas e pesquisa para o desenvolvimento rural no Brasil. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/148538/1/Políticas-publicas-e-pesquisa.pdf>. Acesso em 16 abr. 2019.

Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil, n. 21, 2009. Disponível em <http://www.pgedf.ufpr.br/downloads?Artigos%20PS%20Mest%202015/ELS/FMKLAUS%20FREY%20%20FM%202.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2019.

Portal Action. **Distribuição de Frequências.** Disponível em: <https://www.portalaaction.com.br/estatistica-basica/16-distribuicao-de-frequencias>. Acesso em 23 set 2019.

Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa / Juliana Mazurana, Jaqueline Evangelista Dias, Lourdes Cardozo Laureano - Porto Alegre : Fundação Luterana de Diaconia, 2016.

Programa de Inovação Educação Conectada. Disponível em: <http://educacaoconectada.mec.gov.br/o-programa/sobre>. Acesso em: 25 out. 2019.

Regional – Bagé. Disponível em: <http://www.EMATER.tche.br/site/regionais/bage.php#.XKfj6ZhKjIU>. Acesso em: 05 de abr. 2019.

Regiões Geográficas IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/. Acesso em 13 jun 2019.

RIBEIRO, C.M. **Estudo do Modo de Vida dos Pecuáristas Familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul**, (Tese Doutorado em desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.

SARAVIA, Enrique. **Introdução à Teoria da Política Pública**. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). *Políticas Públicas: coletânea*. Volume 1. Brasília: ENAP, 2006, p. 21-42.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análises, Casos Práticos**. 2ª ed. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2013.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/organograma>. Acesso em 01 jun. 2019.

Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR). Disponível em: <https://www.sdr.rs.gov.br/busca?palavraschave=EMATER+conv%C3%AAnio>. Acesso em 01 jun. 2019.

SEGATTO, C. I. **Análise da implementação de políticas públicas: o Programa de Alfabetização na Idade Certa em dois municípios cearenses**. TEMAS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (UNESP. ARARAQUARA), v. 4, p. 1-16, 2012. Disponível em:

<https://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/AdministracaoPublica/RevistaTemasdeAdministracaoPublica/catarinasegatto.pdf>. Acesso em 01 jun. 2019.

SILVA, P. L. B. e MELO, M. A. B. 2000. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos**. Caderno NEPP/UNICAMP, Campinas, n. 48, p. 1-17. Disponível em: http://governanca.egestao.files.wordpress.com/2008/05/teresa-aula_22.pdf. Acesso em: 26 mar. 2019.

SILVA, T.; NOGUEIRA C. R. 2018. **POLÍTICAS PÚBLICAS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA, RS**. Disponível em: <http://www.api.org.br/conferences/index.php/ISTI2018/ISTI2018/paper/viewFile/643/301>. Acesso em: 28 out. 2019.

SIMON, Herbert. **Administrative behavior**. Nova York: Free Press, 1997 [1947].

STEWART, J; RANSON, S. **La gestión en el ámbito público**. In: *Lecturas de Gestión Pública*. Instituto Nacional de Administración Pública. Madrid: MAP, 1996.

SUNDFELD, Carlos Ari; ROSILHO, André. **Direito e políticas públicas: dois mundos. Direito da regulação e políticas públicas**. São Paulo: Malheiros, 2014.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 31 mai. 2019.

SOUZA, F. **Extensão rural e Associativismo**. Disponível em: <<http://www.ifcursos.com.br/sistema/admin/arquivos/07-50-27-apostiladeextensaorural.pdf>> Acesso em: 31 mai. 2019.

Thaler, Richard H.; Sunstein, Cass R. (2008). **Nudge: Improving Decisions about Health, Wealth, and Happiness**. Yale University Press.

VAITSMAN, Jeni; LOBATO, Lenaura; ANDRADE, Gabriela. **Professionalisation of policy analysis in Brazil**. In: VAITSMAN, Jeni; RIBEIRO, José M.; LOBATO, Lenaura (Ed.). Policy analysis in Brazil. Bristol: Policy Press at University of Bristol, 2013. p. 13-26.

VIANA, A.L. **Abordagens metodológicas em políticas públicas**. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/download/8095/6917>. Acesso em 31 mai. 2019.

VILCKAS, M. **Modelo de planejamento para atividades produtivas rurais: uma proposta para unidades de produção familiares**. 2005, 137p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Departamento de Engenharia de Produção – Universidade Federal de São Carlos, 2005.

WALT, G. 1994. **Health Policy: An introduction to process and power**. London: Zed.

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DO EXTENSIONISTA RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

- 1) Identificação do técnico extensionista entrevistado:
- 2) Caracterização da instituição implementadora:
- 3) Quem é, onde se localiza o pecuarista familiar em Uruguaiana RS (distribuição geográfica na região e no estado)? Há alguma divisão de localidade, bairro, distritos, etc.? Origem étnica?
- 4) A qual região administrativa pertence o escritório da Emater Uruguaiana RS?
- 5) Como se caracteriza esse escritório local?
- 6) Como se caracterizam essas famílias (sucessão familiar, há pensionistas, filhos, renda extra, escolaridade, etc.)?
- 7) Quais os critérios para que o pecuarista familiar (bovinocultura de corte e leite) tenha acesso ao Programa de Melhoramento Zootécnico Bovino para Pecuária Familiar em Uruguaiana, RS?
- 8) Quais as características do pecuarista familiar da cidade de Uruguaiana envolvidos nesse projeto (idade, sexo, localidade, propriedade rural própria ou arrendada e o tamanho em hectares)?
- 9) Quais as entidades representativas deste segmento (exemplo líderes comunitários, sindicatos, etc.)?
- 10) Quais os sistemas de produção encontrados nessas propriedades (utiliza mão-de-obra da família, realiza troca de serviços com os vizinhos, ajuda de veterinário, zootecnista ou técnico agropecuário)?
- 11) Qual o tipo de solo da região?
- 12) Além do projeto em si quais outros serviços de extensão rural e educação oferecidos a esses produtores? Quantos destes estão usufruindo desses outros serviços oferecidos pela Emater?
- 13) Quais acordos e termos de cooperação foram fechados para implementar esse projeto? Quem fez o quê? Quais as etapas? Prazos? Pessoas e empresas envolvidas? Cabanhas participantes?
- 14) Quem fez a inseminação? Em que tipo de animal? Quantos animais por propriedade?
- 15) Quem fez o acompanhamento durante a prenhez da vaca? Alguém acompanhou o parto?

- 16) Esse produtor teve acesso a algum tipo de financiamento rural? crédito diferenciado (PRONAF e RS-Rural por exemplo)? Tem proposta em andamento de crédito para pecuaristas familiares?
- 17) Além dos bovinos há algum outro tipo de atividade financeira dentro da propriedade?
- 18) O que foi feito das novas crias (bovinos) que nasceram desse projeto?
- 19) Além da doação de sêmen as cabanhas tiveram algum outro papel?
- 20) Como foi percebida essa melhora genética pelos pecuaristas atingidos?
- 21) Quem foram os (o) técnico da Emater envolvido no projeto? Quais as dificuldades encontradas? Aspectos positivos e negativos?
- 22) Relativo a vacinas e pastagens nesses animais, como acontece a aquisição?
- 23) O governo municipal e/ou federal participou deste projeto de alguma forma?
- 24) Nessas propriedades há energia elétrica?
- 25) Quais órgãos da sociedade, quer públicos, quer privados tiveram alguma disponibilidade de tecnologias de produção, de recursos, das forças do mercado (fornecedores de produtos veterinários, fornecedores de sementes e fertilizantes para pastagens, fornecedores de máquinas e equipamentos usados na agropecuária, etc.)?
- 26) Em termos financeiros, qual foi o papel de cada participante?
- 27) Aos participantes (pecuaristas) se ajudaram em algum momento? Eles tiveram algum treinamento prévio ou posterior para lidar com essa nova situação?
- 28) Como eram os sistemas de produção deste público antes da intervenção da Emater?
- 29) Estes estabelecimentos rurais possuem algum tipo de empregado?
- 30) Quantas visitas técnicas aconteceram desde a primeira visita aos pecuaristas familiares deste projeto até agora?
- 31) Como são as estradas de acesso a essas propriedades?
- 32) Como funcionou o atendimento pós projeto (algum acompanhamento)?
- 33) Como foram feitas as avaliações deste projeto?

**APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM PECUARISTAS
FAMILIARES**

Roteiro de Entrevista para Pecuária Familiar Bovinos – Uruguaiana RS

Mestrado Profissional em Políticas Públicas

Riviani da Silva Schopf – Mestranda

Thiago da Silva Sampaio – Orientador

INFORMAÇÕES GERAIS

1) Data: ____/____/____

2) Nome: _____

3) Sexo: () M () F

4) Data de nascimento: _____

5) e-mail: _____

6) Telefone para contato: _____

1. CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTOR E DA PROPRIEDADE

1.1) Que escolaridade o Sr. (a) possui?

() Analfabeto

() Ensino fundamental incompleto

() Ensino Fundamental completo

() Ensino médio incompleto

() Ensino médio Completo

() Curso Técnico em Agropecuária e afins

() Ensino Superior incompleto

() Ensino superior completo

() Pós-graduação

1.2) O Sr. (a) tem filhos?

() não () sim. Se sim, quantos? _____

1.3) Qual o distrito/localidade da sua propriedade?

1.4) Quantos hectares de terra sua propriedade possui? (marque com um X no quadro abaixo).

Área	Resposta (marcar com um X)	
	Própria	Arrendada
Mais de 0 a menos de 5 ha		
De 5 a menos de 10 ha		
De 10 a menos de 20 ha		
De 20 a menos de 50 ha		
De 50 a menos de 100 ha		
De 100 a menos de 200 há		
De 200 até300 ha		

1.5) Na propriedade do Sr. (a) há luz elétrica? () não () sim.

1.6) Na propriedade do Sr. (a) há internet? () não () sim

1.7) Existe algum membro da família que continuará a trabalhar em sua propriedade, preparando-se para a sucessão familiar? () não () sim () não sabe informar

1.8) Quantas pessoas trabalham na propriedade? (n° pessoas) _____

1.9) Quais são as atividades agropecuárias desenvolvidas na propriedade além da pecuária? _____

1.10) O Sr. (a) dispõe de alguma fonte de renda que não seja da pecuária familiar?

() não () sim. Se sim, qual? _____

2. ASPECTOS TÉCNICOS DA PECUÁRIA DE CORTE

2.1) Qual a área da propriedade dedicada a pecuária de corte? (em ha ou %)

2.2) O Sr. (a) Participa do melhoramento genético de bovinos: () não () sim. Se sim desde quando? _____

2.3) Qual o número de bovinos de corte que o Sr. (a) possuía em sua propriedade nos seguintes anos:

2017: _____

2018: _____

2.4) Houve utilização de melhoramento genético em sua propriedade?

() não () sim

Se NÃO, pule para a questão 2.12

SE SIM:

2.5) Na propriedade do Sr. (a), quantos animais passaram pelo melhoramento genético em 2017? _____

2.6) Na propriedade do Sr. (a), quantos animais passaram pelo melhoramento genético em 2018? _____

2.7) Qual o tipo de melhoramento genético de bovinos de corte que propriedade passou em 2017?

Tipo	Resposta (marcar com um X)
Seleção dos melhores animais produtores dentro da propriedade	
Programas de cruzamento de raças por entidades externas	
Inseminação artificial	
Descarte de animais	
Compra de animais novos	

Touro melhorador	
Outro(especificar)	

2.8) Qual o tipo de melhoramento genético de bovinos de corte que propriedade passou em 2018?

Tipo	Resposta (marcar com um X)
Seleção dos melhores animais produtores dentro da propriedade	
Programas de cruzamento de raças por entidades externas	
Inseminação artificial	
Descarte de animais	
Compra de animais novos	
Touro melhorador	
Outro(especificar)	

2.9) O Sr. (a) pode informar quantos animais nasceram desse melhoramento genético em 2017? _____

2.10) O Sr. (a) pode informar quantos animais nasceram desse melhoramento genético em 2018? _____

2.11) O Sr. (a) pode informar quem presta o serviço de inseminação artificial em sua propriedade, complete o quadro abaixo com as informações solicitadas.

Entidade	Especificar (nome e/ou característica se for o caso)
Cooperativa	
Associação de criadores	
Emater Uruguaiana	

Produtor particular	
Outro, especifique	

2.12) O Sr. (a) pode informar qual é a raça de bovinos de corte que cria em sua propriedade?

() não () sim. Qual? _____

SE SIM:

2.13) Qual o objetivo de criar essa raça?

2.14) O Sr. (a) observou alguma modificação na forma e no tipo de produção nos últimos 3 anos?

() não () sim

SE SIM:

2.15) O que o Sr. (a) define como a causa da modificação? _____

2.16) O Sr. (a) acha importante melhorar a genética do rebanho bovino da propriedade?

() não () sim

SE SIM:

2.17) Que vantagens você observa em melhorar a genética do rebanho bovino da propriedade? _____

2.18) O Sr. (a) utiliza pastagem artificial em alguma estação do ano? () não () sim

SE SIM:

Qual é a pastagem artificial utilizada? _____

3. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E MERCADOLÓGICOS

3.1) O Sr. (a) costuma fazer anotações das práticas de lida com os animais?

() não () sim

SE SIM:

3.2 Suas anotações são realizadas como?

cadernos computador Outros: _____

3.3) O Sr. (a) utilizou algum aplicativo de celular ou computador para facilitar o manejo e/ou administração das atividades de acompanhamento dos bovinos de corte em 2017/2018?

não sim

SE SIM:

3.4. Qual? _____

3.5) O Sr. (a) utiliza algum aplicativo de celular ou computador para facilitar o manejo e/ou administração das atividades de acompanhamento dos bovinos de corte atualmente?

não sim

SE SIM:

3.6. Qual? _____

3.7 O Sr. (a) utilizou algum método para melhorar a qualidade dos bovinos?

não sim

SE SIM:

3.8) Antes de melhorar a qualidade dos produtos houve alguma dificuldade na venda dos animais?

não sim. Qual? _____

3.9) Os animais melhorados geneticamente tiveram um preço melhor para venda?

não sim

3.10) Quais os critérios que o Sr. (a) orientam o momento da compra e da venda de bovinos? (oportunidade de venda em feiras, preço, falta de pastagens, descarte, renovação, entre outros?)

3.11) Os Sr. (a) tem o hábito de participar de alguma entidade na comunidade local e/ou no município?

não sim

SE SIM. QUAL?

Associação local de produtores e/ou criadores

Grupo de produtores para compra e venda

Sindicato de trabalhadores

Sindicato Patronal

Outros tipos de entidade. Qual?

3.12) Qual a importância da criação de gado de corte para o Sr. (a)?

RESPOSTA (marcar com um X)

Trabalho de membros da família na pecuária familiar	
Única alternativa conhecida para a sua propriedade gerar renda	
Sustento da família	
Tradição familiar	
Segurança financeira	
Não sabe/outra (especificar)	

3.13) O Sr. (a) pode informar para quem vende os animais?

não sim

SE SIM:

Empresa: _____ Local: _____

3.14) O Sr. (a) pode informar onde compra os insumos para os animais?

não sim

SE SIM:

Empresa: _____ Local: _____

3.15 O Sr. (a) utiliza crédito rural?

não sim

SE SIM:

Qual? _____

3.16 O Sr. (a) possui máquinas, veículos, implementos e equipamentos disponíveis aos produtores rurais?

não sim

SE SIM:

Qual? _____

3.17 O Sr. (a) considera que houve dificuldades encontradas na atividade de pecuarista de gado de corte?

não sim

SE SIM:

Qual?

- Preço baixo do produto
- Alto custo de produção
- Competição com grandes produtores
- Sazonalidade da produção
- Outros motivos:

3.18 Alguma outra entidade além da Emater colabora com a melhoria da propriedade?

SE SIM:

Como: _____

3.19) Nesse espaço, o Sr. (a) pode colaborar com alguma sugestão para melhorar a assistência técnica e extensão rural recebida.

() não quero contribuir

() sim.

Contribuição:

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,
RG _____, fui convidado a participar voluntariamente da pesquisa para elaboração da **dissertação “Políticas Públicas Para a Pecuária Familiar: Uma Análise da Implementação do Programa de Melhoramento Zootécnico Bovino para Pecuária Familiar em Uruguaiana, RS”**. A minha participação tem a finalidade de obter alguns dados que serão utilizados de forma anônima (sem qualquer tipo de identificação pessoal) no projeto supracitado, sendo que fui devidamente esclarecido, nos termos do convite constante neste documento, ciente que posso receber os resultados da pesquisa quando forem publicados, sabendo que não receberei nenhum tipo de compensação financeira, nem arcarei com nenhum gasto pela minha participação neste estudo. Ficou informado que tenho a liberdade de não responder ou interromper a ENTREVISTA/PARTICIPACÃO em qualquer momento, sem nenhum prejuízo para qualquer outro atendimento e/ou esclarecimento, declaro que consinto em participar voluntariamente desta pesquisa.

Este documento será assinado em duas vias, sendo que uma via ficará comigo e outra com o pesquisador.

Uruguaiana, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do participante

APÊNDICE D – CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTOR E DA PROPRIEDADE

Tabela 1 - Escolaridade

Escolaridade	Frequência	Frequência Acumulada	Frequência Relativa
Ensino fundamental incompleto	4	4	12,90%
Ensino fundamental completo	7	11	35,48%
Ensino médio incompleto	2	13	41,94%
Ensino médio completo	8	21	67,74%
Curso técnico em agropecuária	3	24	77,42%
Ensino superior incompleto	2	26	83,87%
Ensino superior completo	5	31	100,00%
Total Geral	31	31	31

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Nota-se na tabela 1 que mais de 50% dos dados estão entre pessoas que possuem ensino fundamental completo, ensino médio incompleto e ensino médio completo, cerca de 1/3 possui uma escolaridade superior ao ensino médio (ensino técnico e superior), ou seja, os pecuaristas possuem uma escolaridade de nível médio e com mais indivíduos possuindo um ensino superior completo que um ensino fundamental incompleto.

Tabela 2 - Número de filhos

Número de filhos	Frequência	Frequência Acumulada	Frequência Relativa
0	7	7	22,58%
1	6	13	41,94%
2	8	21	67,74%
3	7	28	90,32%
4	3	31	100,00%
5+	0	0	100,00%
Total Geral	31	31	100%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Relacionado ao número de filhos, observa-se na tabela 2 que aproximadamente 2/3 dos dados estão entre pessoas que possuem entre 1 e 3 filhos, cerca de 1/4 não possuem filhos, ou seja, notamos que os pecuaristas também seguem a tendência nacional de que as pessoas possuam cada vez menos filhos, com frequência maior em pessoas que não possuem filhos do que em pessoas que possuem 1 filho, 90% dos dados estão contidos entre pessoas que possuem entre 0 e 3 filhos.

Tabela 3 - Localidade

Localidade	Frequência	Frequência Acumulada	Frequência Relativa
Aferidor	2	2	6,45%
Barra do Quaraí	1	3	9,68%
Caiboaté	2	5	16,13%
Cerrito	1	6	19,35%
Garupá	1	7	22,58%
Guterrez	2	9	29,03%
Imbaá	6	15	48,39%
Ipané	2	17	54,84%
João Arregui	1	18	58,06%
Passo do Silvestre	1	19	61,29%
Plano Alto	1	20	64,52%
Touro Passo	3	23	74,19%
Vertentes	3	26	83,87%
Não Respondeu	5	31	100,00%
Total Geral	31	31	100%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Na variável localidade nota-se na tabela 3 que os dados estão distribuídos de forma homogênea, com um pico na localidade de Imbaá e outros pequenos picos na região de Touro Passo e Vertentes, contendo ainda alguns questionários que não responderam sobre sua localização.

Tabela 4 - Tamanho da propriedade

Tamanho da Propriedade (em ha)	Frequência	Frequência Acumulada	Frequência Relativa
10 à 20	1	1	3,23%
20 à 50	5	6	19,35%
50 à 100	15	21	67,74%
100 à 200	8	29	93,55%
200 à 300	2	31	100,00%
Total Geral	31	31	100%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Referente ao tamanho da propriedade conhece-se na tabela 4 que são dados heterogêneos com quase 50% dos dados estão em propriedades que possuam entre 50 e 100 hectares e uma alta frequência também em propriedades que possuem entre 100 e 200 hectares.

Tabela 5 - Utilização da Internet

Utilização de Internet	Frequência	Frequência Acumulada	Frequência Relativa
Sim	16	16	51,61%
Não	15	31	100,00%
Total Geral	31	31	100%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Quanto a utilização de internet observa-se na tabela 5 que são dados homogêneos com os dados divididos quase igualmente entre as duas classes. No entanto, a maioria das propriedades possuem internet.

Tabela 6 - Descendentes no trabalho rural

Descendentes continuarão no trabalho rural?	Frequência	Frequência Acumulada	Frequência Relativa
Sim, continuarão.	17	17	54,84%
Não continuarão.	6	23	74,19%
Não sei informar	8	31	100,00%
Total Geral	31	31	100%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Na variável descentes no trabalho rural referimos na tabela 6 que são dados heterogêneos com mais 50% dos dados estão em pecuaristas que afirmaram que os descendentes vão continuar no trabalho rural e quase 20% afirmam que os descendentes não continuarão.

Tabela 7 - Número de pessoas trabalhando na propriedade

Número de pessoas trabalhando na propriedade	Frequência	Frequência Acumulada	Frequência Relativa
1	5	5	16,13%
2	19	24	77,42%
3	3	27	87,10%
4	2	29	93,55%
5	0	29	93,55%
6	1	30	96,77%
7	1	31	100,00%
Total Geral	31	31	100%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Quanto ao número de pessoas trabalhando na propriedade identifica-se na tabela 7 que são dados extremamente heterogêneos com 61,29% dos pecuaristas tendo propriedades com

dois trabalhadores e propriedades que possuem trabalhadores entre 1 e 4 trabalhadores são 93,55% das propriedades.

Tabela 8 - Atividade extra

Atividade extra	Frequência	Frequência Acumulada	Frequência Relativa
Plantação de arroz	5	5	16,13%
Ovinocultura	8	13	41,94%
Ovinocultura e criação de aves	2	15	48,39%
Piscicultura e Fruticultura	1	16	51,61%
Outras plantações	1	17	54,84%
Criação de aves e horta	4	21	67,74%
Horta e plantação de arroz	1	22	70,97%
Horta e fruticultura	1	23	74,19%
Nenhuma	2	25	80,65%
Não Respondeu	6	31	100,00%
Total Geral	31	31	100%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Referente as atividades extras tem-se uma distribuição diversa, conforme consta na tabela 8, com cerca de metade das atividades extras estando ligadas a ovinocultura, plantação de arroz, criação de aves e horta. Os outros dados estão bem distribuídos entre as demais atividades, contendo também um número razoável de pessoas que não respondeu a esta pergunta.

Tabela 9 - Renda extra

Possui renda extra? Se sim, qual?	Frequência	Frequência Acumulada	Frequência Relativa
Sim, aposentaria	9	9	29,03%
Sim, salário cônjuge	1	10	32,26%
Sim, trabalho assalariado	2	12	38,71%
Sim, plantação de arroz	4	16	51,61%
Sim, prestação de serviços	2	18	58,06%
Não	11	29	93,55%
Não respondeu	2	31	100,00%
Total Geral	31	31	100%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

De acordo com a tabela 9 a renda extra possui dados heterogêneos com cerca de 58% possuindo alguma fonte de renda extra, se destacando aposentadoria e plantação de arroz, porém uma quantia significativa, aproximadamente 35% não possuem renda extra.

Tabela 10 - Escolaridade x Tamanho da Propriedade

Escolaridade/ Tamanho da Propriedade	10- 20ha	20- 50ha	50- 100ha	100- 200ha	200- 500ha	Total
Curso técnico em agropecuária	0	1	2	0	0	3
Ensino fundamental completo	0	0	3	3	1	7
Ensino fundamental incompleto	1	0	2	1	0	4
Ensino médio completo	0	1	5	2	0	8
Ensino médio incompleto	0	0	0	1	1	2
Ensino superior completo	0	2	2	1	0	5
Ensino superior incompleto	0	1	0	1	0	2
Total Geral	1	5	14	9	2	31

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Na tabela 10 pode-se perceber que nenhum pecuarista que tenha ensino fundamental completo ou mais, possui uma propriedade menor que 20 hectares, porém não é claro uma relação entre maior escolaridade e maior propriedade ou o inverso, não é possível perceber uma relação.

Tabela 11 - Escolaridade x Descendentes na Propriedade

Escolaridade/Descendentes na propriedade	Sim	Não	Não sabe informar	Total
Curso técnico em agropecuária	2	1	0	3
Ensino fundamental completo	3	1	3	7
Ensino fundamental incompleto	3	1	0	4
Ensino médio completo	5	1	2	8
Ensino médio incompleto	1	0	1	2
Ensino superior completo	1	2	2	5
Ensino superior incompleto	2	0	0	2
Total	17	6	8	31

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Nota-se que em todos os níveis de escolaridade, conforme tabela 11, os pecuaristas dizem que os descendentes continuarão na propriedade, também sem uma relação clara entre as variáveis.

Tabela 12 - Escolaridade x Número de filhos

Escolaridade/Número de filhos	0	1	2	3	4	Total
Curso técnico em agropecuária	1	1	1	0	0	3
Ensino fundamental completo	0	1	1	3	2	7
Ensino fundamental incompleto	0	0	3	1	0	4
Ensino médio completo	3	2	1	1	1	8

Ensino médio incompleto	0	1	0	1	0	2
Ensino superior completo	2	1	1	1	0	5
Ensino superior incompleto	1	0	1	0	0	2
Total	7	6	8	7	3	31

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Observa-se na tabela 12 uma relação fraca entre os dados de escolaridade e número de filhos, pois dentre os que possuem menos escolaridade, os dados se distribuem na faixa de 2 filhos ou mais.

Tabela 13 - Escolaridade x Utilização de Internet

Escolaridade/ Utilização de Internet	Sim	Não	Total
curso técnico em agropecuária	3	0	3
ensino fundamental completo	1	6	7
ensino fundamental incompleto	2	2	4
ensino médio completo	5	3	8
ensino médio incompleto	1	1	2
ensino superior completo	2	3	5
ensino superior incompleto	2	0	2
Total	16	15	31

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Identifica-se na tabela 13 também que, em todos os níveis de escolaridade os pecuaristas possuem internet na sua propriedade, sem uma relação clara entre as duas variáveis.

Tabela 14 - Tamanho da Propriedade x Número de Filhos

Tamanho da propriedade (em ha) /Número de filhos	0	1	2	3	4	Total
10 à 20	0	0	1	0	0	1
20 à 50	1	2	1	1	0	5
50 à 100	5	3	4	2	1	15
100 à 200	1	1	2	3	2	9
200 à 300	0	0	0	1	0	1
Total	7	6	8	7	3	31

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Nota-se na tabela 14 que pecuaristas com propriedades entre 200 e 300 hectares têm 3 ou 4 filhos, com uma pequena tendência de que, quem tenha 2 ou mais filhos, possua também uma propriedade maior, mas não conseguimos estabelecer uma relação entre as duas variáveis.

Tabela 15 - Descendentes x Número de Filhos

Descendentes /Número de filhos	0	1	2	3	4	Total
Sim	4	1	5	5	2	17
Não	1	3	2	0	0	6
Não sei informar	2	2	1	2	1	8
Total	7	6	8	7	3	31

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Constata-se na tabela 15 uma relação de pecuaristas que possuem 2 ou mais filhos, afirmam também em sua grande maioria que algum descendente continuará na propriedade, com 12 respostas afirmativas e 6 respostas não afirmativas (sendo que 4 não sabe informar e 2 respostas negativas), então quanto mais filhos os pecuaristas possuem mais indícios de que terão descendentes na propriedade.

Tabela 16 - Tamanho da Propriedade x Descendentes

Tamanho da propriedade (em ha) /Descendentes na propriedade	Sim	Não	Não sabe informar	Total
10 à 20	1	0	0	1
20 à 50	3	1	1	5
50 à 100	8	4	3	15
100 à 200	4	1	3	8
200 à 300	1	0	1	2
Total	17	6	8	31

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Observa-se na tabela 16 que em todos os tamanhos da propriedade algum pecuarista afirmou que terão algum descendente na propriedade, e em propriedades que possuam entre 10 e 20 hectares e propriedades que possuem entre 200 e 300 hectares, sem relação entre as duas variáveis.

Tabela 17 - Escolaridade x Número de pessoas trabalhando na propriedade

Escolaridade/Número de filhos	1	2	3	4	5	6	7	Total
Curso técnico em agropecuária	0	2	1	0	0	0	0	3
Ensino fundamental completo	2	4	0	0	0	1	0	7
Ensino fundamental incompleto	0	2	0	2	0	0	0	4
Ensino médio completo	1	5	2	0	0	0	0	8
Ensino médio incompleto	0	2	0	0	0	0	0	2
Ensino superior completo	2	3	0	0	0	0	0	5
Ensino superior incompleto	0	1	0	0	0	0	1	2
Total	5	19	3	2	0	1	1	31

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

De acordo com a tabela 17 apenas pecuaristas com ensino fundamental completo ou ensino superior incompleto possuem mais de 4 pessoas trabalhando na propriedade, mas não conseguimos estabelecer uma relação entre as duas variáveis.

Tabela 18 - Renda extra x Número de pessoas trabalhando na propriedade

Renda extra/Número de pessoas trabalhando na propriedade	1	2	3	4	5	6	7	Total
Aposentadoria	3	4	0	2	0	0	0	9
Salário da(o) cônjuge	0	1	0	0	0	0	0	1
Trabalho assalariado	0	1	1	0	0	0	0	2
Plantação de arroz	1	2	1	0	0	0	0	4
Prestação de serviços	0	2	0	0	0	0	0	2
Não	1	7	1	0	0	1	1	11
Não respondeu	0	2	0	0	0	0	0	2
Total	5	19	3	2	0	1	1	31

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Percebe-se na tabela 18 que quem possui alguma fonte de renda extra são as pessoas que possuem menos de 5 trabalhadores, tendo uma relação fraca entre as variáveis.

Tabela 19 - Escolaridade x Renda Extra

Escolaridade/Tamanho da Propriedade	Aposentadoria	Salário da(o) cônjuge	Trabalho assalariado	Plantação de arroz	Prestação de serviços	Não responde	Total
Curso técnico em agropecuária	0	0	1	0	1	1	3
Ensino fundamental completo	3	0	0	1	1	2	7
Ensino fundamental incompleto	4	0	0	0	0	0	4
Ensino médio completo	2	0	1	1	0	2	8
Ensino médio incompleto	0	0	0	1	0	1	2
Ensino superior completo	0	0	0	1	0	4	5
Ensino superior incompleto	0	1	0	0	0	1	2
Total Geral	9	1	2	4	2	1	31

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Na tabela 19 não se consegue estabelecer uma relação entre a escolaridade e renda extra.

Tabela 20 - Tamanho da propriedade x Número de pessoas trabalhando na propriedade

Tamanho da propriedade (em ha) /Número de filhos	1	2	3	4	5	6	7	Total
10 à 20	0	1	0	0	0	0	0	1
20 à 50	1	2	1	0	0	0	1	5

50 à 100	2	10	2	1	0	0	0	15
100 à 200	2	4	0	1	0	1	0	8
200 à 300	0	2	0	0	0	0	0	2
Total	5	19	3	2	0	1	1	31

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Na relação da tabela 20 também não encontramos relação entre variáveis.

Tabela 21 – Escolaridade x Renda Extra

Tamanho da propriedade (ha) /Número de filhos	Plantação de arroz	Piscicultura e Outras plantações				Ovinocultura e horta	Horta e Horta e		Nenhuma	Não respondeu	Total
		Ovinocultura	Fruticultura	Fruticultura	Fruticultura		Fruticultura	Fruticultura			
10 à 20	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	
20 à 50	0	1	0	0	2	0	0	0	2	5	
50 à 100	4	4	1	1	1	1	0	0	3	15	
100 à 200	0	3	0	0	1	0	1	2	1	8	
200 à 300	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2	
Total	5	10	1	1	4	1	1	2	6	31	

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Na tabela 21 novamente não conseguimos estabelecer uma relação entre as duas variáveis, tamanho da propriedade e atividade extra.

Na segunda parte analisamos a segunda planilha “Aspectos administrativos e mercadológicos”, foram feitas tabelas sobre todas variáveis contextualizadas no banco de dados do Excel, com exceção das variáveis que contém respostas unânimes.

Tabela 22 – Anotações das práticas com os animais

Realização de anotação em relação às práticas com os animais	Frequência	Frequência Acumulada	Frequência Relativa
Sim	12	12	38,71%
Não	19	31	100,00%
Total Geral	31	31	100%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

De acordo com a tabela 22 referencia-se a realização de anotações em relação as práticas com animais, temos que quase pouco mais de 60% não o fazem.

Tabela 23 Utilização de aplicativos para auxiliar no acompanhamento de bovinos

Utilização de aplicativo no acompanhamento de bovinos	Frequência	Frequência Acumulada	Frequência relativa (%)
Sim	1	1	3,23%

Não	30	30	96,77%
Total Geral	31	31	100%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Vê-se na tabela 23 que quase todos os pecuaristas não utilizam aplicativos para acompanhamento dos bois, apenas um dentre toda a amostra pesquisada. Uma tendência já explanada pela instituição referenciando aspectos culturais e de formação técnica desse público.

Tabela 24 - Recursos tecnológicos para acompanhar bovinos (2017)

Utiliza recursos tecnológicos para acompanhar bovinos de corte	Frequência	Frequência Acumulada	Frequência relativa (%)
Sim	1	1	3,23%
Não	30	30	96,77%
Total Geral	31	31	100%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Tabela 25 - Recursos tecnológicos para acompanhar bovinos (2017)

Utiliza recursos tecnológicos para acompanhar bovinos de corte	Frequência	Frequência Acumulada	Frequência relativa (%)
Sim	1	1	3,23%
Não	30	30	96,77%
Total Geral	31	31	100%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Referente as tabelas 23, 24 e 25 pode-se ver que apenas um dos pecuaristas fez anotações e utilizou recursos tecnológicos para acompanhamento dos bovinos, nos anos de 2017 e 2018.

Tabela 26 - Utilização de métodos para a melhora da qualidade dos bovinos

Utiliza métodos para melhoria de qualidade dos bovinos	Frequência	Frequência Acumulada	Frequência relativa (%)
Sim	27	27	87,10%
Não	4	4	12,90%
Total Geral	31	31	100%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Na tabela 26 podemos notar uma grande diferença com as tabelas anteriores, apesar de poucos pecuaristas utilizarem recursos tecnológicos, a grande maioria, cerca de 87%, utilizam métodos para melhora da qualidade dos bovinos.

Tabela 27 - Dificuldade de vender os animais antes de melhorar a sua qualidade

Dificuldade de vender os animais antes de melhorar sua qualidade	Frequência	Frequência Acumulada	Frequência relativa (%)
Sim, falta de padronização dos animais	2	2	6,45%
Sim	17	19	61,29%
Não	12	31	100,00%
Total Geral	31	31	100%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

De acordo com a tabela 27 aproximadamente 60% dos pecuaristas possui dificuldade de vender os animais antes de melhorar a sua qualidade.

Tabela 28 - Preço maior em animais melhorados geneticamente

Animais melhorados geneticamente tiveram melhor preço de venda	Frequência	Frequência Acumulada	Frequência relativa (%)
Sim	28	28	90,32%
Não	3	31	100,00%
Total Geral	31	31	100%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Conforme tabela 28 grande parte das respostas obtidas, aproximadamente 90%, afirmam que melhorar os animais geneticamente impactou no maior preço de venda.

Tabela 29 - Critérios que orientam a compra e venda de bovinos

Critérios que orientam a compra e venda de bovinos	Frequência	Frequência Acumulada	Frequência Relativa
Demanda dos compradores e preço	2	2	6,45%
Feiras	4	6	19,35%
Feiras e Necessidade de dinheiro	1	7	22,58%
Necessidade de dinheiro/ Falta de pasto	1	8	25,81%
Necessidade de liberar o campo	2	10	32,26%
Oportunidade de compra de touros melhorados	2	12	38,71%
Oportunidade de negócios	3	15	48,39%
Padronização dos lotes de animais	1	16	51,61%
Falta de pasto	3	19	61,29%
Preço	8	27	87,10%
Renovação de rebanho	2	29	93,55%
Touro de terneiros	1	30	96,77%
Não respondeu	1	31	100,00%
Total Geral	31	31	100%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Na tabela 29 tem-se diversos fatores que orientam a compra e venda bovina, tendo como alguns que se destacam o preço, aproximadamente 26%, e as feiras, cerca de 13%.

Tabela 30 – Para quem são vendidos os animais

Para quem vende os animais	Frequência	Frequência Acumulada	Frequência Relativa
Compradores	2	2	6,45%
Corretor e feiras em Uruguaiiana	1	3	9,68%
Corretores em Uruguaiiana	6	9	29,03%
Melhor preço	2	11	35,48%
Escritórios de remates em Uruguaiiana	5	16	51,61%
Feiras	6	22	70,97%
Venda Direta	1	23	74,19%
Vizinhos	4	27	87,10%
Vizinhos e corretores	1	28	90,32%
Vizinhos, feiras e corretores em Uruguaiiana	1	29	93,55%
Não respondeu	2	31	100,00%
Total Geral	31	31	100%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Dispomos na tabela 30 diversos fatores de venda dos animais, se destacando opções, feiras e os corretores em Uruguaiiana, com aproximadamente 20% cada e os escritórios de remates em Uruguaiiana com pouco mais de 16%.

Tabela 31– Compra de insumos

Compra de Insumos	Frequência	Frequência Acumulada	Frequência Relativa
Agropecuária em Uruguaiiana	3	3	9,68%
Agropecuárias e cooperativa Quaraí	1	4	12,90%
Agropecuárias em Uruguaiiana e Itaqui	11	15	48,39%
Cooperativa e veterinária em Uruguaiiana e Quaraí	2	17	54,84%
Lojas veterinárias em Uruguaiiana/Quaraí	1	18	58,06%
Veterinárias	10	28	90,32%
Não respondeu	3	31	100,00%
Total Geral	31	31	100%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Compreende-se na tabela 31 que a compra de insumos é feita em sua grande maioria nas veterinárias e nas lojas agropecuárias em Uruguaiiana e Itaqui, cerca de dois terços da nossa amostra, com poucos pecuaristas não respondendo esta questão.

Tabela 32 - Crédito rural

Crédito rural	Frequência	Frequência Acumulada	Frequência Relativa
Sim	1	1	3,23%
Sim, Pronaf	13	14	45,16%
Sim, Crédito bancário	1	15	48,39%
Sim, Pronaf e Pronamp	1	16	51,61%
Não	15	31	100,00%
Total Geral	31	31	100%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

De acordo com a tabela 32 praticamente metade dos pecuaristas respondendo que sim, fazem uso de algum crédito rural e a outra metade não fazendo este uso.

Tabela 33 - Utilização de máquinas

Utilização de máquinas	Frequência	Frequência Acumulada	Frequência Relativa
Sim	1	1	3,23%
Sim, caminhão e caminhonete	3	4	12,90%
Sim, caminhonete e trator	2	6	19,35%
Sim, caminhonete, trator, grade, arado e semeadeira	1	7	22,58%
Sim, caminhonete	2	9	29,03%
Sim, trator	2	11	35,48%
Sim, trator, plantadeira, arado, grade e reboque	1	12	38,71%
Sim, trator, plantadeira, arado, grade e pulverizador	1	13	41,94%
Sim, trator e plantadeira	1	14	45,16%
Sim, trator, plantadeira, grade e arado	1	15	48,39%
Sim, trator, sementeira, grade e arado	1	16	51,61%
Sim, utilitários e trator	1	17	54,84%
Não	13	30	96,77%
Não respondeu	1	31	100,00%
Total Geral	31	31	100%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Na tabela 33 pode-se ver uma divisão similar a anterior, com quase metade, 42%, não fazendo uso de nenhuma máquina, e os outros 55% fazendo uso de alguma máquina e apenas um pecuarista, referente a 3% da nossa amostra, não respondeu esta pergunta.

Tabela 34 - Entidades, além da Emater, que ajudam na melhoria da propriedade

Entidades, além da Emater, ajudam na melhoria da propriedade	Frequência	Frequência Acumulada	Frequência relativa (%)
Sim, cabanhas	4	4	12,90%
Sim, cabanhas e os vendedores de insumo	1	5	16,13%
Sim, prefeitura	1	6	19,35%
Remate para venda de touro e novilhas	1	7	22,58%
Somente a Emater	5	12	38,71%
Sim, vendedores de insumo	1	13	41,94%
Não	8	21	67,74%
Não respondeu	10	31	100,00%
Total Geral	31	31	100%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Como observado na tabela 34, é possível ver que além da Emater, as entidades que ajudam na melhoria da propriedade não são significantes, visto que a Emater é a mais conhecida e outras entidades não têm impacto significativo na vida dos que responderam o questionário.

Tabela 35 - Sugestão para melhorar a assistência técnica

Sugestão para melhorar a assistência técnica	Frequência	Frequência Acumulada	Frequência Relativa
Ajuda da secretaria da agricultura para implante de pastagens	1	1	3,23%
Ajuda nas atividades de manejo e subdivisão do campo	1	2	6,45%
Mais técnicos no campo	7	9	29,03%
Maior facilidade de obter crédito	1	10	32,26%
Mais programas de repasse de touros e custeio no banco	1	11	35,48%
Mais proximidade com o produtor	1	12	38,71%
Mais visitas técnicas da Emater	11	23	74,19%
Objetividade técnica nos atendimentos	1	24	77,42%
Sem sugestão	7	31	100,00%
Total Geral	31	31	100%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Como observado na tabela 35, nota-se que a sugestão mais apropriada para a melhoria da assistência técnica é “Mais visitas técnicas da Emater” representado 35,48% das respostas.

Tabela 36 - Aonde são realizadas as anotações

Aonde são realizadas as anotações	Frequência	Frequência Acumulada	Frequência Relativa
Cadernos	12	12	38,71%
Não realiza anotações	19	31	100,00%

Total Geral	31	31	100%
--------------------	-----------	-----------	-------------

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Na tabela 36 expressamos que a maioria (61,29%) dos entrevistados não realiza anotações. Enquanto 38,71% realiza anotações em cadernos.

Tabela 37 - Participação em entidades

Participação em entidades	Frequência	Frequência Acumulada	Frequência Relativa
Associação Comunitária e CTG	1	1	3,23%
CTG	1	2	6,45%
Emater	2	4	12,90%
Não participa de nenhuma entidade	27	31	100,00%
Total Geral	31	31	100%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

A Tabela 37 indica que 87,10% “Não participa de nenhuma entidade” e 6,45% é participante da “EMATER”.

Tabela 38 - Importância da Criação

Importância da criação de gado de corte	Frequência	Frequência Acumulada	Frequência relativa (%)
Sustento da família e segurança financeira	4	4	12,90%
Sustento da família e tradição familiar	3	7	22,58%
Sustento da família, tradição familiar e segurança financeira	11	18	58,06%
Trabalho de membros da família na pecuária familiar, sustento da família, tradição familiar e segurança financeira	5	23	74,19%
Trabalho de membros da família na pecuária familiar, única alternativa conhecida para a sua propriedade gerar renda e sustento da família	2	25	80,65%
Trabalho de membros da família na pecuária familiar, única alternativa conhecida para a sua propriedade gerar renda, sustento da família, tradição familiar e segurança financeira	1	26	83,87%
Única alternativa conhecida para sua propriedade gerar renda, sustento da família, tradição familiar e segurança financeira	3	29	93,55%
Única alternativa conhecida para sua propriedade gerar renda, tradição familiar e segurança financeira	2	31	100,00%
Total Geral	31	31	100%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

De acordo com a tabela 38, percebe-se que o gado de corte tem importância para “Sustento da Família, Tradição Familiar e Segurança Financeira” com 35,49% das respostas,

seguido vem o “Trabalho de membros da família na pecuária familiar, sustento da família, tradição familiar e segurança financeira” com 16,13% das respostas.

Tabela 39 - Medidas descritivas do tamanho da propriedade em hectares

Tamanho da propriedade	
Média	97,26
Moda	80,77
Mediana	85
Desvio Padrão	58,45
Coefficiente de Variação	60,1%
Erro Padrão da Média	10,5

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Na tabela 39 com o tamanho da propriedade pode-se trabalhar com medidas descritivas. Nas medidas de posição (média, moda e mediana), a moda é a menor (80,77), seguida pela mediana (85) e a média é a maior das medidas de posição (97,26), logo se presumíssemos que elas assumem uma distribuição, teríamos uma assimetria à direita. Na medida de dispersão (Desvio padrão) observamos que ele é grande, logo a amostra é heterogênea, confirmamos essa afirmação com um coeficiente de variação muito grande.

Tabela 40 – Referente a quem fornece os serviços de melhoramento genéticos ao pecuarista

Quem Fornece os Serviços de Melhoramento	Total	Total Relativo
Emater Uruguaiana	1	4,17%
Não respondeu	18	75,00%
Particular	2	8,33%
Próprio	1	4,17%
Emater Uruguaiana/Particular	1	4,17%
Emater Uruguaiana/Profissional liberal	1	4,17%
Total Geral	24	100,00%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Na tabela 40, 75,00% Não respondeu quem fornece os serviços de melhoramento enquanto 8,33% respondeu que os serviços são fornecidos por particulares.

Tabela 41– Referente ao pecuarista notar alguma mudança nos últimos três anos

Mudança Notada nos Últimos Três Anos?	Total
Gado padronizado	2
Não	7
Não respondeu	1
Sim	17
Terneiros melhores	2
Uniformização dos lotes de terneiros	1
Sim/Terneiros mais padronizados	1
Total Geral	31

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Importante frisar que, na tabela 41, mesmo os pecuaristas que não praticam do melhoramento genético foram levados em consideração para a formulação da tabela acima, visto que haviam respondido ao item no questionário. Com isso, nota-se que 54,8%, (17 pecuaristas) respondeu que notou mudança nos últimos três anos e apenas 22,58% (7 pecuaristas) respondeu que não notou mudança nos últimos três anos.

Tabela 42 – Referente a causa que o pecuarista presume ser razão para a mudança nos últimos três anos

Causa da Mudança nos Últimos Três Anos?	Total
Adequação a época de entoure/Utilização de touros de raça definida	1
Comercialização	1
Melhoramento dos touros produz melhores terneiros	1
Melhores terneiros	2
Mercado consumidor exigente	1
Não respondeu	8
Padronização com inseminação artificial	1
Padronização da raça	3
Período correto para entourar as vacas	2
Pureza da raça	1
Seleção dos animais	2
Uso de novas técnicas de inseminação	1
Uso de touro melhorador/Inseminação artificial/Compra de matrizes	1
Uso de touros e vacas melhores	1
Uso de touros melhoradores	5
Total Geral	31

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Na tabela 42, nas causas que o pecuarista presume ser razão para a mudança nos últimos três anos destacou-se que 16,13% dos pecuaristas acredita que o uso de touros

melhoradores é a causa e 9,68% dos pecuaristas respondeu padronização da raça. Enquanto 25,80 % dos pecuaristas não respondeu.

Tabela 43 – Sobre qual a vantagem que o pecuarista vê no melhoramento genético

Vantagens do Melhoramento Genético	Total
Adaptação ao meio e maior número de crias	1
Comercialização	8
Comercialização/Padronização da raça	2
Forma cortes de carne melhores para a venda	1
Gado melhor para o comprador	1
Ganho de peso	1
Maior valor dos animais	2
Melhor do que o gado mestiço	1
Melhora geral do rebanho	2
Padronização do rebanho	7
Padronização do rebanho/Melhor renda	1
Padronização do rebanho/Melhores cortes de carne	1
Produto de qualidade para a venda	1
Uniformidade de lotes	2
Total Geral	31

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Na tabela 43, nas vantagens do melhoramento genético destacou-se que 25,80% dos pecuaristas acredita na comercialização como principal vantagem e 22,58% dos pecuaristas acredita na padronização do rebanho como principal vantagem.

Tabela 44 – Sobre o uso de pastagem artificial e qual tipo de pastagem

Uso de Pastagem Artificial	Total
Aveia e azevém	6
Azevém	15
Azevém e capim sudão	2
Azevém e trevo branco	1
Não	4
Não respondeu	3
Total Geral	31

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

A tabela 44, mostra que o tipo de pastagem mais usada é a Azevém, representada por 48,39% dos pecuaristas.

Tabela 45 – Hectares da propriedade destinados à atividades pecuárias

Hectares Destinados à Pecuária	Total	Total Relativo
1-21	3	9,68%
21-41	4	12,90%
41-61	1	3,23%
61-81	7	22,58%
81-101	7	22,58%
101-121	3	9,68%
121-141	4	12,90%
181-201	2	6,45%
Total Geral	31	100,00%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

É importante ressaltar que para a formulação da tabela 45 foi feito uma aproximação de algumas respostas. Isso é devido ao fato de que alguns pecuaristas responderam ao questionário em forma de porcentagem da propriedade, e não de maneira direta, portanto, foi levado em consideração o tamanho aproximado da propriedade desses pecuaristas – de acordo com a resposta dos mesmos na primeira planilha. Além disso, para condensar e facilitar a visualização, foi feito um agrupamento em classes. Logo, nota-se que 22,58% dos pecuaristas possui entre 61-81 Hectares destinados a pecuária e, novamente, 22,58% possui entre 81-101 Hectares destinados a pecuária.

Tabela 46– Relação entre praticar o melhoramento genético e ver mudanças na produção dos últimos três anos

Pratica Melhoramento Genético?/ Notou Mudança?	Total
Não e Não	4
Sim e Sim	20
Sim e Não	4
Não e Sim	3
Total Geral	31

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Na tabela 46 foi feita uma comparação entre as respostas da prática de melhoramento genético em relação a mudanças na produção. A ordem das respostas está de acordo com o que está apresentado na tabela e no texto desse adendo. Com isso, é visível que 64,52% dos pecuaristas pratica melhoramento genético e notou diferença.

Tabela 47 – Sobre a proporção de animais melhorados geneticamente em relação ao total de bovinos criados nas propriedades em 2017

Proporção de Animais Melhorados Geneticamente em 2017	Total	Total Relativo
0-0,1	8	25,81%
0,1-0,2	1	3,23%
0,2-0,3	1	3,23%
0,3-0,4	3	9,68%
0,4-0,5	2	6,45%
0,5-0,6	5	16,13%
0,6-0,7	3	9,68%
0,7-0,8	3	9,68%
0,9-1	5	16,13%
Total Geral	31	100,00%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Na tabela 47 foi feita uma relação de proporção, levando em consideração o total de bovinos das propriedades e quantos desses bovinos foram geneticamente melhorados. Além disso, foi feito um agrupamento de classes para a melhor visualização dos dados. Todas proporções estão em números decimais. Logo, nota-se que 25,8% dos pecuaristas possui entre 0-0,1 a proporção de animais melhorados geneticamente, 16,13% possui entre 0,5-0,6 a proporção de animais melhorados geneticamente e, novamente, 16,13% possui entre 0,9-1 a proporção de animais melhorados geneticamente.

Tabela 48 - Sobre a proporção de animais melhorados geneticamente em relação ao total de bovinos criados nas propriedades em 2018

Proporção de Animais Melhorados Geneticamente	Total	Total Relativo
0-0,1	7	22,58%
0,2-0,3	1	3,23%
0,3-0,4	5	16,13%
0,4-0,5	4	12,90%
0,5-0,6	2	6,45%
0,6-0,7	3	9,68%
0,7-0,8	3	9,68%
0,9-1	6	19,35%
Total Geral	31	100,00%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Na tabela 48 foi feita uma relação de proporção, levando em consideração o total de bovinos das propriedades e quantos desses bovinos foram geneticamente melhorados. Além disso, foi feito um agrupamento de classes para a melhor visualização dos dados. Todas proporções estão em números decimais. Logo, nota-se que 22,58% dos pecuaristas possui entre

0-0,1 a proporção de animais melhorados geneticamente, 19,35% possui entre 0,9-1 a proporção de animais melhorados geneticamente e 16,13% possui entre 0,3-0,4 a proporção de animais melhorados geneticamente.

Tabela 49 – Sobre a relação entre o número de bovinos e as raças criadas nas propriedades em 2017

Raças	Total	Total Relativo
Angus	306	12,82%
Angus e braford	25	1,05%
Braford	1085	45,45%
Braford e angus	122	5,11%
Brangus	132	5,53%
Brangus e braford	232	9,72%
Cruzas angus e braford	104	4,36%
Cruzas brangus e braford	79	3,31%
Hereford e braford	165	6,91%
Mista	41	1,72%
Não respondeu	96	4,02%
Total Geral	2387	100,00%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Na tabela 49 foi feita uma relação entre o número de bovinos que os pecuaristas tinham em suas propriedades em 2017 e o tipo de raça que criam nessas propriedades. Não há como saber exatamente quantos existem de cada raça nas propriedades que criam mais de uma raça, portanto, foram colocados juntos. A partir disso, é perceptível que a raça Braford se sobressai representando 45,45% do número de bovinos, além dela, a raça Angus representa 12,82% do número de bovinos.

Tabela 50 - Sobre a relação entre o número de bovinos e as raças criadas nas propriedades em 2018

Raças	Total	Total Relativo
Angus	301	12,37%
Angus e braford	25	1,03%
Braford	1137	46,73%
Braford e angus	118	4,85%
Brangus	132	5,43%
Brangus e braford	232	9,54%
Cruzas angus e braford	97	3,99%
Cruzas brangus e braford	89	3,66%
Hereford e braford	165	6,78%
Mista	41	1,69%
Não respondeu	96	3,95%
Total Geral	2433	100,00%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Na tabela 50 foi feita uma relação entre o número de bovinos que os pecuaristas tinham em suas propriedades em 2018 e o tipo de raça que criam nessas propriedades. Não há como saber exatamente quantos existem de cada raça nas propriedades que criam mais de uma raça, portanto, foram colocados juntos. A partir disso, é perceptível que a raça Braford se sobressai representando 46,73% do número de bovinos, além dela, a raça Angus representa 12,37% do número de bovinos.

Tabela 51 – Sobre a relação entre a quantidade de bovinos e a área das propriedades em 2017

Área (em ha)	Bovinos em 2017	Total Relativo
11-21	151	6,33%
31-41	169	7,08%
41-51	25	1,05%
61-71	275	11,52%
71-81	214	8,97%
81-91	519	21,74%
91-101	87	3,64%
101-111	156	6,54%
111-121	88	3,69%
121-131	90	3,77%
131-141	279	11,69%
181-191	132	5,53%
191-201	202	8,46%
Total Geral	2387	100,00%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Na tabela 51, foi levado em consideração a quantidade de bovinos que os pecuaristas possuíam no ano de 2017 em relação ao tamanho da propriedade deles. É notável que 21,75% dos bovinos se encontrava entre 81-91 hectares e 11,69% localizava-se entre 131-141 hectares.

Tabela 52- Sobre a relação entre a quantidade de bovinos e a área das propriedades em 2018

Área (em ha)	Bovinos em 2018	Total Relativo
11-21	131	5,38%
31-41	148	6,08%
41-51	25	1,03%
61-71	318	13,07%
71-81	210	8,63%
81-91	542	22,28%
91-101	90	3,70%
101-111	171	7,03%
111-121	88	3,62%
121-131	90	3,70%
131-141	293	12,04%
181-191	132	5,43%
191-201	195	8,01%

Total Geral	2433	100,00%
--------------------	-------------	----------------

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019). Elaboração da autora

Na tabela 52, foi levado em consideração a quantidade de bovinos que os pecuaristas possuíam no ano de 2018 em relação ao tamanho da propriedade deles. É notável que 22,28% dos bovinos se encontrava entre 81-91 hectares e 13,07% localizava-se entre 61-71 hectares.